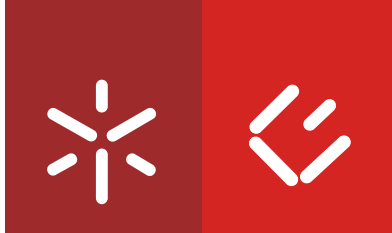


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Shiménia Monte Claro de Araújo Sobreira
**A Política Externa Brasileira em Relação à África:
O *Soft Power* em ação no caso angolano**

Shiménia Monte Claro de Araújo Sobreira

**A Política Externa Brasileira em Relação à
África: O *Soft Power* em ação no caso
angolano**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Shiménia Monte Claro de Araújo Sobreira

**A Política Externa Brasileira em Relação à
África: O *Soft Power* em ação no caso
angolano**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da

Professora Doutora Alena Vysotskaya Guedes Vieira

e da

Professora Doutora Laura C. Ferreira-Pereira

Nome:

Shiménia Monte Claro de Araújo Sobreira

Endereço electrónico: shiménia@yahoo.com.br**Telefone:** 0055 81 81943010**Número do Bilhete de Identidade:** 5602-240 SDS -PE**Título dissertação :**

A Política Externa do Brasil em Relação à África: O *Soft Power* em Ação no Caso Angolano

Orientadores:

Alena Guedes Vieira

Co-orientadora:

Laura C. Ferreira Pereira

Ano de conclusão: 2013**Designação do Mestrado:**

Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, / /

Assinatura: _____

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade de realizar este trabalho e conseguir concluir a dissertação. Agradeço também a minha família pela compreensão em relação a minha ausência e o suporte emocional especialmente da minha querida mãe Gênova Monte Claro. Quero agradecer em especial ao meu marido e amigo David Vilela pelo seu apoio durante todo o mestrado, principalmente nos momentos mais difíceis com os seus sábios conselhos.

Agradeço a minha querida e amiga orientadora professora Alena Vysotskaya Guedes Vieira pela sua paciência, orientações, dando-me a confiança necessária para continuidade dos trabalhos. A professora Laura C. Pereira por aceitar ser a minha co-orientadora.

Dedico também este trabalho a nobre amiga Marina Félix de Melo pela sua amizade e sugestões de melhorias em minha dissertação. A Íris de Mel pelo seu exemplo de dedicação e perseverança no alcance dos seus objetivos. Sou grata por todo o suporte que vocês deram-me durante a minha estadia em Portugal. Agradeço também a José Gabriel da Costa por fortalecer-me a cada dia em minha caminhada.

Meu agradecimento especial aos meus tios Verônica Labad e Oscar Janssen por acreditarem em meu potencial, por ensinar-me valores que contribuíram para minha vida profissional e pessoal.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar e explicar as ações da política externa brasileira da perspectiva do *soft power*, que tem sido levadas a cabo no continente africano, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Num contexto de Renascimento Africano e subsequente valorização do investimento em África, o Brasil procurou aproveitar a afinidade histórica que aproximava os dois países para aprofundar as relações bilaterais. A pesquisa tem por enfoque a política de Lula da Silva em Angola, o país considerado em Brasília a porta de entrada do Brasil para África, demonstrando o crescimento dessa relação durante dois períodos do governo do presidente Lula da Silva, de 2003-2006 e 2007-2010. A dissertação retrata a exportação dos conhecimentos do Brasil para Angola que resultou em cooperação em várias áreas entre os dois Estados e principalmente a mudança do discurso do presidente Lula da Silva em relação África que se repercutiu em Angola. Finalmente, tomando como elemento de comparação a postura da China em Angola, esta pesquisa analisa as opções políticas do Brasil no território angolano para aferir a materialização do uso das ferramentas do *soft power*, em contraste com as ações chinesas que estão voltadas para o *power currencies*.

Palavras chave: *soft power*, África, Angola, China, multilateralismo, política externa brasileira, Lula da Silva.

Abstract

This dissertation aims to analyze and explain in Brazilian foreign policy in Africa during the government of Luiz Inácio Lula da Silva from the soft power perspective (2003-2010). In the context of the African Renaissance, a period of renewed Brazilian interest in Africa, and subsequent appreciation of investments in Africa, Brazil sought to capitalize on the historical connections between the two countries in order to deepen bilateral relations. The research focus is the Brazil's foreign policy of Lula da Silva in Angola, considered the gateway of Brazil into Africa. The dissertation demonstrates the growth of the relationship during his governments, namely 2003-2006 and 2007- 2010. The dissertation focuses on the export of Brazilian expertise to Angola which resulted in the increase of cooperation between the parties in various areas while demonstrating the change in the discourse of the president Lula da Silva towards Africa that resonated in Angola. Finally, by comparing Brazil with China's position in Angola, this research concludes that the policy choices of Brazil in this country reflect the application of a set of soft power tools in Brazilian foreign policy, in contrast to the Chinese approach which is oriented towards *power currencies*.

Keywords: *soft power*, Africa, Angola, China, multilateralism, Brazilian foreign policy, Lula da Silva

Lista de Siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
AEBRAN - Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola
ALCA - Área de livre comércio das Américas
APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASPA - América do Sul – Países Árabes
BBC - *British Broadcasting Corporation*
BIOCOM - Companhia de Bioenergia de Angola
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEEAC - Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica
CNE - Conselho Nacional Eleitoral
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FEM- Fundo Econômico Mundial
FILDA - Feira Internacional de Luanda
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FSDEA - Fundo Soberano de Angola
G-20 - Grupo dos 20
IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IED - Investimentos Estrangeiros Diretos
IMF - *International Monetary Fund*
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organizações não governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PME - Pequenas e Médias Empresas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC - *Southern Africa Development Community*
SBA - *Stand-By Agreement*
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
UE - União Europeia
UICC - Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNCCAS - *National Union of Social Action Community Centres*
UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*
UNIDO - *United Nations Industrial Development Organization*
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Lista de Tabela

Tabela 1- Os três tipos de poderes	12
Tabela 2 - Recursos em diferentes épocas	13
Tabela 3 - Resumo dos recursos do <i>soft power</i>	20
Tabela 4-Países africanos visitados pelos presidentes brasileiros de 2000-2010.....	66
Tabela 5 - Participações em fóruns.....	67
Tabela 6 - Política de Desenvolvimento Político (PDP)	70
Tabela 7 - Resultados das eleições legislativas de setembro de 2008.....	76
Tabela 8: O <i>soft power</i> em Angola.....	103

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012.....	80
Gráfico 2- Investimento estrangeiro direto em Angola em US\$ milhões (1993-2010).....	84
Gráfico 3 - Índice de intensidade de comércio – Brasil-Angola e Brasil-Países selecionados.....	87

Sumário

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Lista de Siglas	viii
Lista de Tabela	ix
Lista de Gráficos	ix
Introdução	1
CAPÍTULO I <i>Soft power</i> : o contributo das teorias das Relações Internacionais em análise.	11
1.1 - O poder e o <i>soft power</i>	11
1.2- Recursos do <i>soft power</i> no pensamento dos teóricos em perspectiva diacrônica.....	13
1.3- Elementos do <i>soft power</i>	17
1.3.1 - O papel da cultura na corrente teórica do <i>soft power</i>	17
1.3.2- O papel da legitimidade da política externa na corrente teórica do <i>soft power</i>	19
1.3.3 - O papel dos valores políticos na corrente teórica do <i>soft power</i>	20
1.4- A perspectiva construtivista das Teorias das Relações Internacionais	21
1.5- O Construtivismo e a análise de discurso	24
CAPÍTULO II -Ação da política externa do Brasil para inserção no cenário mundial...	27
2.1- O Brasil democrático e a política externa.....	27
2.2 - O Presidente Lula da Silva e o autonomismo	33
2.3 - A política externa do Brasil no âmbito do multilateralismo	38
2.4 - Eixos estratégicos nas relações políticas do Brasil no governo Lula da Silva.	42
CAPÍTULO III- Continente africano no século XXI.....	47
3.1 - A luta pela independência africana	47
3.2 - Renascimento da África no século XXI	51
3.3 - Os desafios da nova África e os interesses internacionais	56

3.3.1 As relações políticas do Brasil e África na era Lula da Silva.....	62
CAPÍTULO IV - A importância da Angola na política externa do Brasil	71
4.1 - Contexto histórico angolano	73
4.2 - Cenário político pós-conflito em Angola.....	75
4.3 - Posição de Angola em África Subsaariana	77
4.4 -Aliança histórica entre Brasil e Angola.....	84
4.4.1 - Contra peso chinês em Angola.....	90
4.5 - A ação do <i>soft power</i> brasileiro em Luanda	95
4.6 - A ação do soft power brasileiro em Luanda.....	98
4.6.1-Discurso de Luis Inácio Lula da Silva no primeiro mandato.....	98
4.6.2- Discurso de Luis Inácio Lula da Silva no segundo mandato.....	100
Considerações finais.....	103
Referências Bibliográficas.....	111
Anexos	123

Introdução

O presente trabalho de investigação tem por objetivo analisar e explicar as ações da política externa brasileira da perspectiva do *soft power*¹, que tem sido levadas a cabo no continente africano durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). O pano de fundo para esta dissertação é a crescente relevância da política externa brasileira no sistema internacional. Para analistas da política externa brasileira, incluindo Richard Descoings e Maria Reis, foi a partir do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com o fortalecimento de suas instituições democráticas e a estabilidade política e econômica, que o Brasil passou a assumir um crescente protagonismo em temas de interesse global (Berlinck, 2011). Durante o seu mandato Lula da Silva procurou trabalhar para o desenvolvimento do país em conjunto com a justiça social no plano doméstico. Além disto, foi atribuída prioridade especial ao respeito aos direitos humanos e esforços em favor de cooperações entre os Estados, articulando-se de eixos estratégicos, tanto verticalmente (hemisfério bilateral) quanto horizontal (global-multilateral) (Pecequilo,2008).

É indiscutível que esses fatores foram relevantes para a imagem do Brasil no âmbito internacional. A política interna permitiu transmitir uma mensagem positiva subjacente na política externa brasileira, que foi essencial para a sua integração nos diferentes tabuleiros da ordem internacional, tanto no cenário econômico, como político e social. O Brasil também convergiu para novas parcerias estratégicas com outros países, principalmente com Estados considerados emergentes (i.e China, Índia e África do Sul).

Como resultado, o Brasil encontrou ferramentas apropriadas e conseguiu criar circunstâncias favoráveis para a sua inserção no sistema internacional. O governo de Lula da Silva adotou uma corrente autonomista que tinha como objetivo introduzir ações importantes na política externa brasileira de uma forma mais proativa dentro da comunidade internacional (Gomes, 2011). Almejando fazer uma política externa adequada e necessária a um país em desenvolvimento como o Brasil.

¹No decorrer da dissertação o termo *soft power* será utilizado com o mesmo sentido que poder brando.

Para atingir os seus objetivos a política externa de Lula da Silva teve como principais características uma política multilateralista. Nesta última, foram priorizadas várias dimensões, incluindo a integração da América do Sul a partir do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul); a aproximação aos países subdesenvolvidos em todos os continentes do mundo; para além da manutenção das relações com os países desenvolvidos através de parcerias estratégicas como aquelas desenvolvidas no quadro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), do G-20 (Grupo dos 20), do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), ASPA (América do Sul – Países Árabes) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); bem como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual o Brasil almeja participar como membro permanente.

O governo Lula da Silva também se posicionou em assuntos globais, para ganhar uma maior visibilidade na esfera do poder internacional. As estratégias adotadas pelo presidente Lula da Silva refletiram-se positivamente na imagem do Brasil e resultaram no engajamento de negociações e coalizões significativas para o país. Durante o governo de Lula da Silva, foi claro que as referidas estratégias enquadram-se na abordagem da obtenção de algo que se deseja sem precisar coagir ou subornar outros atores. Este fato constituiu o ponto de partida desta dissertação, subseqüentemente desenvolver a argumentação através do enfoque no conceito desenvolvido por Joseph Nye, nomeadamente, *soft power*². Mais concretamente, pretende-se com este trabalho a identificação das características do conceito de *soft power* nas ações adotadas pelo governo de Lula da Silva, no continente africano. O caso de Angola foi o objetivo da atenção especial desta dissertação, uma vez que este país foi considerado a porta de entrada do Brasil para África, enquanto se procurou demonstrar o crescimento da relação entre Brasil e Angola durante os dois governos de Lula da Silva entre 2003-2006 e 2007-2010.

²O conceito do *soft power* adotado nesta dissertação refere-se ao contributo de Joseph Nye, desenvolvido especialmente no seu livro *Soft power: The Means to Success in World Politics*, publicado em 2004. No tempo da publicação deste livro a política externa dos países como China, Índia e Brasil não eram estudados com a mesma intensidade que é o caso hoje, ao contrário da atenção aos aspectos da política, a economia e a cultura dos Estados Unidos da América (EUA). Após a crise de 2008, os países emergentes estão a conquistar mais espaço no cenário internacional, desafiando ao mesmo tempo a distribuição do poder. No seu livro *The future of power*, lançado em 2008, Joseph Nye avaliou as consequências da referida transição e difusão do poder, utilizando como quadro teórico o conceito de *smart power*, como a integração “inteligente” de redes de diplomacia, defesa, desenvolvimento e ferramentas do *soft* e *hard power*. Do ponto de vista das Teorias das Relações Internacionais o *smart power* é uma estratégia que exige uma síntese do realismo e do liberalismo. Esta estratégia particular, é denominada por Joseph Nye como realismo liberal, que combine elementos de análise do cenário doméstico e do sistema internacional, além de enfatizar a natureza contextual do poder.

Nye (2004) define a base da política *soft power* como habilidade de um Estado em obter o que se deseja no mundo político devido ao fato dos outros países admirarem os seus valores, e assim desejarem imitar o exemplo, bem como aspirarem o nível de prosperidade e quererem segui-lo (2004). Trata-se de um poder de atração que recorre aos recursos não militares para o alcance dos seus objetivos, diferentemente do poder coercivo como é caracterizado o *hard power*. O *soft power* é pautado em três recursos importantes: a cultura, os valores políticos e a política externa. Esta dissertação pretende identificar as referidas dimensões operacionais do *soft power* na política externa brasileira, focando-se nos discursos e ações do presidente Lula da Silva que tinha como objetivo de elevar a imagem do Brasil, bem como atrair parcerias estratégicas com outros países no plano político, comercial e econômico.

Nye (2004) ainda defende que muitos países que utilizam o *soft power* têm coberturas políticas maiores do que suas capacidades econômicas e militares. Para complementar a perspectiva de Nye, esta dissertação integra na sua abordagem teórico-conceitual a teoria construtivista. O objetivo deste passo analítico é de oferecer uma maior amplitude analítica para permitir ilustrar as razões de uma mudança na política externa em causa, levando a examinar todo o contexto social em que ocorre aquela aceitação de comportamento (ou então a sua rejeição), relacionando a razões no plano político, social, cultural e econômico (Nye, 2009). Neste sentido, a análise de discurso apreciada por construtivistas como Onuf, Fierke, e Kratochwil (Nogueira, 2005) foi também discutida e adotada nesta dissertação. Para estes autores, a análise das regras que regem os discursos permite compreender as ações dos atores no âmbito internacional.

Diante deste enquadramento, tal como antecipado anteriormente, o contexto do presente trabalho é marcado pelo renascimento africano e subsequente valorização do investimento em África. O renascimento do interesse por esta região durante a política externa do governo Lula da Silva levou a analistas como Saraiva (2008) a afirmar que África tem sido uma das maiores frentes internacionais do Brasil no século XXI. O continente tornou-se de relevância especial para o objetivo da crescente projeção do Brasil no cenário internacional. Durante alguns anos, no Brasil democrático (entendido desde a implementação da constituição vigente em 1988 até o governo de Fernando Henrique Cardoso até 2002) a política externa brasileira em relação à África tinha perdido a sua importância na agenda política do país. Mediante a este cenário é inegável a ação de

Lula da Silva em retomar o interesse pelo continente africano, enfrentando os desafios que o continente oferecia no campo político, social e econômico, além de concorrer com países com forte presença em África, como por exemplo, a China.

Ciente do escopo da tarefa proposta, teremos como forma de abordagem deste assunto um estudo de caso, para entendermos a política *soft power* adotado pelo Brasil no continente africano. Considerando um conjunto de fatores relevantes para a análise da política externa *soft power* na região, Angola é o país escolhido para o estudo de caso. A escolha fundamenta-se na relação histórica que se estabeleceu entre os dois países, afinidade cultural e linguística. Além disso, Angola foi formalmente considerada pelo governo brasileiro um parceiro estratégico para expansão da influência brasileira no continente africano (Uchoa, 2010).

O trabalho analisa os benefícios que esta relação Sul-Sul trouxe para ambos os países tanto no âmbito nacional como internacional. Angola tem emitido uma grande atração econômica devido ao fato de ser um dos mais ricos países em recursos naturais e também é considerado um dos países mais fortes da África Subariana, com elevado potencial econômico e militar. Angola ambiciona ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, incluindo a resolução dos conflitos em África, principalmente dos países vizinhos. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado Desenvolvimento Econômico em África 2011 Angola está classificada como um país *catching up*, ou seja, um país em recuperação que podemos considerar um fator positivo, em comparação aos outros países africanos que ainda se encontram na categoria *falling behind*, ou seja, atrasados.

O objetivo central do trabalho é analisar de que forma foram utilizados os recursos associados ao *soft power* na atuação do Brasil relativamente ao estado angolano. Tendo como recorte temporal o renascimento da importância atribuída pela política externa brasileira ao continente africano no governo de Luis Inácio Lula da Silva no período entre 2003 a 2010, a dissertação visa responder a seguinte pergunta de investigação: De que forma a política externa brasileira, adotada durante o governo de Lula da Silva, atesta a operacionalização do conceito o *soft power* em Angola?

A hipótese defendida é: As ações do Brasil em Angola enquadram-se no conceito do *soft power*, considerando os recursos definidos por Nye: a cultura, a política externa e os valores políticos.

O trabalho visa investigar de que forma estas relações de proximidade se traduzem em ações e resultados que se enquadram no conceito de *soft power*, tendo como base acordos bilaterais em áreas como saúde, educação, desenvolvimento social e principalmente na área econômica com a presença das empresas brasileiras que atuam em Angola. Diante deste contexto será analisado o comportamento político brasileiro e também até que ponto o Brasil consegue elevar a sua imagem para os angolanos através dos seus valores em temas como a democracia, direitos humanos, liberdade religiosa e política.

Para atingir os objetivos desta investigação, serão analisados os discursos de Lula da Silva em relação a Angola durante os seus mandatos. Destaca-se nesta análise um fator importante, nomeadamente o afastamento do discurso de solidariedade, presente na oratória dos discursos presidencialistas brasileiros que antecederam Lula da Silva. O presidente brasileiro tem como retórica central a dívida histórica do Brasil com a África, principalmente com os países de língua portuguesa. Além disto, Lula da Silva retrata em seus discursos a ligação entre esses dois países, como “países irmãos”. A dissertação analisa a projeção do Brasil enquanto a realização de um contributo para o desenvolvimento sustentável de Angola, ao contrário de uma postura que possa ser definida como uma nova colonização, seja pelo intuito de explorar suas riquezas ou de fazer acordos onde os benefícios seriam assimétricos.

Em termos de abordagem metodológica, o trabalho irá avaliar de que forma os recursos associados ao *soft power* foram utilizados na atuação do Brasil em Angola. A dissertação adota uma abordagem qualitativa que fará uso do estudo de caso angolano, tendo como elemento de comparação a ação chinesa em terras africanas, analisando a repercussão da imagem deste país perante os africanos, principalmente os angolanos. Diante deste contexto será averiguado se as ações chinesas podem ser enquadradas no conceito de *soft power*, e assim observar as circunstâncias específicas da política externa chinesa que divergem do comportamento da política externa brasileira. Deste modo, esta análise pretende fazer um comparativo da política externa do Brasil e da China em

território angolano e dessa forma identificar características que estão associadas ao que defende o *soft power*, já que ambos geralmente assumem esta postura perante a comunidade internacional.

Para possibilitar o alcance do objetivo proposto neste trabalho, a pesquisa será fundamentada na escolha metodológica da análise de discurso com o intuito de observar a presença ou ausência das características específicas do *soft power*. Serão analisados os discursos cruciais de Lula da Silva, incluindo o discurso em sua primeira reunião ministerial em Angola em seu primeiro mandato (2003-2006) e também o discurso de retorno ao território angolano no seu segundo mandato (2007-2010). Além disto, serão analisados pronunciamentos dos *decision makers* da política externa brasileira, dos representantes das Organizações Internacionais (OI) sobre o Brasil, bem como as declarações do governo chinês. Como já mencionado, a postura chinesa será analisada tanto no território angolano, como também em outras regiões africanas.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo pretende compreender as características inerentes ao conceito do *soft power*, para melhor identificar seus atributos nas ações da política externa do Brasil em Angola. A estrutura deste capítulo é a seguinte: em primeiro lugar, estabelece-se uma definição do conceito do *soft power*, analisando o contributo de Joseph Nye, enquanto se considere os seus antecedentes históricos, nomeadamente Max Weber que enfatiza a legitimidade de um país como um fator essencial de aprovação social, bem como Antonio Gramsci, que ressalta a importância da hegemonia de um Estado, elementos que estão relacionados ao *soft power*. Em segundo lugar, o capítulo introduz uma visão sobre os recursos na política externa dos Estados, que representam uma categoria analítica de grande relevo para o pensamento da corrente *soft power*. Em terceiro momento, o capítulo dedica uma seção aos instrumentos específicos do *soft power*. Em seguida é apresentado o contributo dos analistas da corrente de *soft power*. A seção aborda três dimensões de *soft power*: (a) cultura, (b) política externa, e (c) valores comuns. A seguir, estas três dimensões separadas da corrente do *soft power* estão analisadas do ponto de vista construtivista numa seção separada. Finalmente, a última parte do capítulo dedica-se à corrente da análise do discurso e avalia o seu potencial para responder a pergunta de investigação.

O segundo capítulo versará sobre a política externa do Brasil durante o governo Lula da Silva. Sob o prisma do Brasil democrático, este capítulo propõe analisar a política externa do Brasil em diferentes momentos da sua história, frisando os principais atos políticos dos seguintes governos: Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no que se refere à imagem do Brasil no cenário internacional. Em seguida o trabalho prioriza o governo de Luis Inácio Lula da Silva, com sua política autonomista, na defesa dos seus interesses que são constatadas através da análise de seu discurso durante o Fórum Econômico Mundial (FEM). Este capítulo também irá destacar a valorização da importância dos *decision makers* tais como o ministro das relações exteriores Celso Amorim, o secretário das relações exteriores Samuel Pinheiro Guimarães e o assessor especial para assuntos internacionais para a presidência, o professor Marco Aurélio Garcia. Trata-se de nomes importantes que assessoraram o presidente Lula da Silva durante o seu governo, ajudando-o a construir a imagem do Brasil. Em seguida será abordada a defesa do multilateralismo cultivada pelo governo Lula da Silva que caracterizou três linhas prioritárias: a integração da América do Sul a partir do Mercosul e subsequente apoio a Unasul; o estabelecimento de novas parcerias estratégicas (i.e CPLP, G-20, IBAS, ASPA, BRICS); e a reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por último, o capítulo salienta a importância dos eixos estratégicos na política externa brasileira que representam uma visão sobre as relações estratégicas do Brasil no tabuleiro internacional.

O terceiro capítulo abordará o ressurgimento das relações Brasil e África. Inicialmente será feita uma abordagem histórica da luta pela independência africana no período colonial que se desdobrou em quatro etapas: o primeiro momento antecedeu a Segunda Guerra Mundial; seguido por um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o fascismo e o nazismo; o momento da luta pela soberania se deu após a Segunda Guerra Mundial; e por último a luta através da guerrilha contra o governo de minoria branca na década de 1960. Logo em seguida abordaremos o renascimento da África no século XXI, uma nova fase na inserção internacional. Trata-se de um momento de otimismo, uma busca pela sua autonomia que resultou na criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) em 2001. Criou-se uma situação favorável para um crescente interesse da comunidade internacional em investir economicamente na região, tanto para parceiros tradicionais, quanto para países emergentes como a China.

Um momento que também trouxe desafios a serem enfrentados por esta nova fase do continente africano. E por fim, o capítulo analisa as relações desenvolvidas por Brasil-África durante o governo Lula da Silva.

O quarto capítulo tem como foco Angola e a ação do *soft power* da política externa do Brasil nesse país. O capítulo começa com uma breve revisão do contexto histórico angolano que serve como enquadramento para o momento atual. Abordaremos momentos importantes como a conquista da sua independência, o surgimento da guerra civil que se alastrou no país pela falta de consenso entre os movimentos nacionais de Angola como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Este primeiro momento também pretende retratar como Angola sempre foi alvo de interesses de países como os EUA, a China, a África do Sul, Cuba e a antiga União Soviética.

Em seguida retrataremos a posição angolana na África Subsariana, focando-se na pretensão do país em aumentar a sua capacidade de atuar de modo mais firme e positivo no cenário internacional, e destacando a sua influência nas resoluções de conflitos em África participando ativamente das organizações internacionais como: União Africana, *Southern Africa Development Community* (SADC), Comissão do Golfo da Guiné, Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), CPLP e Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O capítulo explora as ações angolanas para atrair importantes investidores estrangeiros para ajudar no crescimento do país e dessa forma criar uma imagem economicamente positiva na comunidade internacional.

A seguir será abordado a aliança histórica que une Brasil e Angola, tendo como fato importante o Brasil ter sido o primeiro ator internacional a reconhecer a independência angolana. Passamos em seguida para a análise da evolução nas relações bilaterais entre os dois países: um momento de menor intensidade, na década de 1990 que evolui para um momento áureo no período do governo de Lula da Silva, destacando importantes dimensões da cooperação entre ambos os países. Neste capítulo terá ênfase a presença da China como um contra peso nas relações de Brasil e Angola. Assim, será estudado a atuação da China sob a ótica do *soft power*, um país considerado como um forte parceiro comercial de Angola, bem como a utilização do seu *power currencies* na

realização de voluptuosos investimentos a fim de ter maior acesso ao petróleo angolano. Por fim, será explorada a ação do *soft power* brasileiro junto as autoridades angolanas em Luanda, com o objetivo de retratar de que maneira o Brasil está atuando em Angola e aplicando os recursos do *soft power* e de que forma as ações brasileiras estão contribuindo para o desenvolvimento do povo angolano. Este capítulo demonstra como os discursos de Lula da Silva enfatizaram os elementos do *soft power* a fim de refletir a imagem do Brasil perante os angolanos.

Por fim, após a análise teórico conceitual do *soft power* e análise empírica do estudo de caso da política externa do Brasil, em Angola, teceremos algumas considerações finais acerca da presença do *soft power* na política externa do Brasil em terras angolanas.

CAPÍTULO I – *Soft power*: o contributo das teorias das Relações Internacionais em análise

1.1 O poder e o *soft power*

Ao longo da história muito se tem discutido o papel do poder nas relações internacionais, porém não há muita discordância a respeito tanto do papel como também da natureza do poder. Para escola realista o poder é um conceito chave nas relações internacionais, porém admite que sua própria definição permanece uma questão de controvérsia (Baldwin,2002). Robert Gilpin (1981) descreve que uma das mais problemáticas questões no campo das relações internacionais é conceituar o poder. As teorias das Relações Internacionais são divididas por Wendt entre aquelas que enfatizam a força material bruta como a base do poder e aquela que vê o poder como constituído principalmente pelas ideias e contextos culturais (Baldwin, 2002). Entretanto, ambas tem por objetivo influenciar pessoas (nações) a tomarem atitudes que normalmente não tomariam (Dahal, 2001).

As diferentes formas de interpretar o poder nas relações internacionais levam ao surgimento de novos conceitos acerca do assunto. A partir das teorias desenvolvidas por estudiosos tais como Kenneth Waltz, Hans Morgenthau e Robert Keohane, ensaiam-se, à luz do contexto histórico, as explicações para as ações e as intenções dos países que fazem parte do sistema internacional, visto cada época ter fatores relevantes que influenciam o comportamento dos atores internacionais baseados no poder. Momentos que envolvem grandes mudanças no âmbito internacional requerem não apenas a mudança na agenda da política internacional, mas também nas abordagens acadêmicas sobre as questões mundiais.

Através das análises do que é o poder procura-se explicar determinados comportamentos e resultados que fogem das regras das correntes tradicionais. No entanto, considerando a importância dos aportes teóricos, fornecidos pelo surgimento de outros novos, Joseph Nye em 1990 descreveu um sentido de poder do Estado que até aquele momento não recebia muita atenção, porém já estava presente no conceito de Wendt no que retrata o poder das ideias e contexto cultural, o chamado *soft power*, que nas palavras do criador significa:

“A habilidade de estabelecer preferências tende a ser associada com ativos intangíveis tais como um atrativo de personalidade, cultura, valores e instituições políticas. A política é vista como legítima ou uma autoridade moral. Se um líder representa valores que os outros querem seguir custará menos para lidera-lo... O país pode obter os resultados que ele quer na política mundial porque outros países admiram seus valores e imitam o seu exemplo, aspirando o seu nível de prosperidade e abertura, querem segui-lo”³. (Nye, 2004:5)

Conseguir o que se deseja por meio de atração em vez de coerção ou pagamentos de subornos faz parte das características do *soft power*. Esse poder de atração surge da cultura, dos ideais e das políticas de um país e de sua propagação pelo mundo. Quando tais políticas são vistas com legitimidade na perspectiva de outros atores o *soft power* é exaltado e o país encontra menos resistência para a realização de seus desejos. Nye (2004) nos dá o exemplo do *soft power* dos EUA como o Plano Marshall na Europa, a política da boa vizinhança, os intercâmbios culturais com alunos do mundo todo e a inspiração de sonhos e desejos de milhares de pessoas devidos às imagens de propagandas, pelo cinema e televisão.

Na visão de Nye (2004) o poder de um país para obter o que se deseja está relacionado à habilidade de influenciar o comportamento dos outros países. No entanto, Nye faz uma alerta sobre um grande desafio a ser enfrentado que é a conversão do poder para se obter o que se deseja. Esta conversão ocorre quando pensamos o poder em termos de recursos. Ou seja, é a capacidade de converter o poder potencial, conforme medido pelos recursos, em poder realizado, avaliado pela alteração do comportamento de outros países.

Tabela 1 – Os três tipos de poderes

Tipos de Poderes	Comportamentos	Moedas Primárias	Políticas Governamentais
Poder Militar	Coerção, Dissuasão Desencorajamento Proteção	Ameaça Força	Diplomacia Coercitiva Guerra Aliança
Poder Econômico	Indução Coerção	Pagamentos Sanções	Ajuda Subornos Sanções

³ Tradução livre

Poder Brando	Atração Formação da Agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia Pública Diplomacia Bilateral ou Multilateral
--------------	----------------------------------	---	---

Fonte: NYE, Joseph S. *Soft Power – The Means to Success In World Politics*. New York: Public Affairs. 2004:31.

1.2- Recursos do *soft power* no pensamento dos teóricos em perspectiva diacrônica

Saber utilizar bem os recursos para a manutenção do poder é algo que exige uma análise do contexto que a sociedade está a viver. Neste sentido é importante frisar que o recurso utilizado para realizar algo desejável foi sempre mutável em nossa história, uma vez que cada época destacava-se pelas suas peculiaridades em termos econômicos, filosóficos e sociais. Neste contexto, levanta-se a questão sobre até que ponto o contexto social vivenciado em uma determinada época irá determinar quais as estratégias que serão utilizadas para a expansão do poder de um Estado. Em comparação com a complexidade social que temos hoje, antigamente era mais fácil reconhecer os recursos de poder conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 – Recursos em diferentes épocas

Período	Estado líder	Principais recursos
Século XVI	Espanha	Reservas de ouro, comércio colonial, exércitos mercenários, laços dinásticos
Século XVII	Holanda	Comércio, mercados de capitais, marinha de guerra
Século XVIII	França	População, setor rural, administração pública, exército, cultura (poder brando)
Século XIX	Grã-Bretanha	Indústria, coesão política, finanças e créditos, marinha de guerra, normas liberais (poder brando), localização em ilha (fácil de defender)
Século XX	Estados Unidos	Escala econômica, liderança científica e técnica, cultura universalista e regimes liberais internacionais (poder brando)
Século XXI	Estados Unidos	Liderança tecnológica, escala militar e econômica, eixo de comunicações transnacionais (Soft Power)

Fonte: Nye, Joseph. *Cooperação e Conflitos nas Relações Internacionais*. Edt. Gente. São Paulo. 2009:78

Temos acima momentos distintos: cinco períodos em que se destacam diferentes recursos, onde desempenharam um papel determinante no comportamento dos estados na época. Neste sentido, podemos afirmar que as fontes do poder nunca são estáticas e ainda continuam em transformação. Por exemplo, o óleo nem sempre foi tão cobiçado como é hoje com a revolução industrial, como também o urânio era insignificante antes da era

nuclear. Como diz Nye: “Antes de julgar quem está segurando as cartas mais altas você precisa entender qual jogo que você está jogando e como o valor das cartas pode estar mudando⁴”(2004:4). Deve-se salientar que o poder baseado em recursos materiais não é tão fungível quanto o dinheiro, e que não é uma garantia que um Estado irá obter o resultado que se deseja. Dadas estas alterações relativas aos recursos críticos, faz-se necessário observar as mudanças comportamentais dos estados e a forma como eles se relacionam entre si.

No século XXI o *soft power* está a tornar-se mais relevante nas relações entre as sociedades pós-industriais dentro de uma era de informações, em que o equilíbrio do poder está intimamente atrelado à interdependência econômica entre os países. É importante salientar que somente essas ações não são suficientes para elevar sua imagem, como afirma Nye, “A imagem ou atratividade de um país é composta de atitudes externas em variedade de tipos e níveis⁵” (2004:35).

As origens do conceito introduzido por Nye encontram-se nas principais obras das teorias das Relações Internacionais, como por exemplo, o liberalismo. O liberalismo é uma teoria que busca identificar o lugar do indivíduo na sociedade, o papel do Estado e a legitimidade de suas instituições. Esta corrente reconhece a anarquia do sistema internacional, mas defende que não é imutável, afirmando que a existência da cooperação e a harmonia dos estados irão promover uma nova ordem política (Nogueira, 2005). Os teóricos liberais se apoiam em três linhas: livre comércio, democracia, e instituições internacionais. Sendo esses três pontos responsáveis por uma maior interligação entre os estados, bem como uma convivência pacífica, cooperativa e harmoniosa.

A teoria realista, enquanto contrapeso à teoria liberal, também teve a sua influência na contextualização do *soft power*. A escola realista é uma representante dos aspectos militares como estratégia prioritária, caracterizando o *hard power*, contrapondo ao *soft power*. A força militar é o instrumento de manutenção da paz e determinante nas relações internacionais. Contudo, há certas características defendidas por alguns representantes da escola realista pela qual encontramos elementos básicos do *soft power*. Edward Carr, um realista clássico, descreveu o poder internacional em três categorias: O militar, o

⁴ Tradução livre

⁵ *idem*

economico e o poder sobre a opinião. Esta ultima categoria é um dos recursos defendidos pelo *soft power*. Outros autores discutiram a relevancia da opinião pública como Kissinger(1998), que retratou os efeitos da moral e da opinião pública nas relações internacionais. Revista a contribuição de alguns elementos das teorias clássicas que auxiliaram em alguns aspectos a contextualização do *soft power*, destaca-se também dois nomes que construíram a plataforma para o conceito do *soft power*, Antonio Gramsci e Max Weber.

Quando Joseph Nye cunhou o conceito de *soft power*, um dos objetivos também desse trabalho foi devolver a legitimidade dos Estados Unidos, que por causa da invasão do Iraque⁶ sofreu uma crise de autoridade devido à falta de legitimidade, além de ressaltar a hegemonia dos EUA. Antonio Gramsci defende que o poder estatal depende do controle exercido pelo aparelho legal do país, ressalta a importância do termo hegemonia de um Estado:

“A hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social, não se restringindo ao aspecto político, mas compreendendo um fato cultural, moral, de concepção do mundo. Gramsci ainda ressalta que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”.
(Gramsci, 1978: 37)

Na perspectiva Gramsciana, o poder hegemônico combina e articula a coerção (*hard power*) com o consenso ou consentimento (*soft power*). A definição da hegemonia muda de autor para autor: ora enfoca o aspecto militar (Kennedy,1989), ora o econômico (Kindleberger, 1986), ora o político, cultural e tecnologico (Nye, 2002). É importante destacar que o poder hegemônico defendido por Gramsci apresenta-se como uma fonte inspiradora relevante para a contextualização do *soft power*. A concepção de hegemonia supõe diferenças, multiplicidades, conflitos e interdependências entre as sociedades.

⁶ Os Estados Unidos, com sua incontestável força militar (*hard power*) resolveram atacar o Iraque a despeito das manifestações contrárias do Conselho de Segurança da ONU e de protestos ao redor do mundo. Uma ação unilateral que implicou na legitimidade do país, sendo alvo de muitas críticas tanto internas quanto externas. O Estado como instituição continua sendo o centro de poder administrativo e coercitivo, sendo objeto de legitimidade. É ele que controla o comércio, finanças, segurança, a área jurídica, tendo plenas condições de cumprir os compromissos políticos (Halliday 2001).

Portanto, o país que se propõe a ser hegemônico deve demonstrar a sua capacidade de persuasão e de direção, muito mais que força e dominação (Semeraro, 1999).

Nye (2002) afirma que muitos países que utilizam o *soft power* têm coberturas políticas maiores do que suas capacidades econômicas e militares porque inserem causas de atração, como ajuda econômica a países menos favorecidos, incentivos à paz, a educação, saúde, ao bem estar social. Fatores que levam ao fortalecimento da legitimidade, um instrumento essencial na aplicação do *soft power*. Para Weber (1999), a legitimidade é uma forma de aprovação social essencial para a estabilização das relações de poder, aparecendo quando as pessoas reconhecem que alguém tem o direito de mandar em alguma área da vida humana e quando aquele que é mandado considera o dever de obedecer. Um poder legitimado é considerado uma autoridade formal, que na maior parte das organizações e instituições é o burocrático. Weber (1999) esclarece que há três tipos de autoridade:

Legal: Seu tipo mais puro é a dominação burocrática. Sua fundamental ideia é que através de um estatuto sancionado corretamente quanto à forma, se podia criar qualquer direito e modificá-lo.

Tradicional: Dominação tradicional em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal.

Carismática: Mediante a dedicação afetiva a pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos (carisma), em especial: capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito e do discurso. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o “apóstolo”. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por seus valores excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste.

Entre as três autoridades classificadas por Weber (1999) o poder carismático é que mais se aproxima do *soft power*. Valores é uma das moedas primárias do *soft power* e para o poder carismático os valores de um líder devem ser exemplares para os seus seguidores elevando dessa forma a sua legitimidade perante aos seus discípulos, contribuindo para a sua autoridade, como defendido por Weber e também por Nye e

também Gramsci que afirma que ao deter a hegemonia um determinado grupo consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu modo de vida, de pensar e agir, e conseqüentemente usaria o máximo de consenso e o mínimo de força (Kritsch, 2013). Podemos atribuir este cenário nas relações entre os países, no qual a utilização destes valores influencia no poder de persuasão de um país sobre outro e dessa forma conduzirá a hegemonia do Estado perante uma região. O *soft power* defendido por Nye trouxe novamente para debate internacional uma atualização da teoria de Gramsci, que dividia as nações entre as que exerciam um poder de hegemonia dirigente no campo da cultura e das ideias (Villaverde, 2011). Gramsci associava à política de dominação a cultura, e não o da economia, já que no campo da cultura se encontrava a resposta para o consentimento e não a resistência em matéria política de uma determinada região (Kritsch, 2013).

Portanto, as teorias de Gramsci no que diz respeito à cultura foi também adotada na teorização do *soft power*, desenvolvido por Nye, como uma ferramenta para o alcance dos seus objetivos de um determinado país sobre outro sem coerção ou suborno, e sim pela admiração dos seus valores que está atrelado a sua cultura. Podemos observar que tanto Gramsci, Web e Nye são teóricos distintos, em épocas diferentes, porém há aspectos que se cruzam em suas teorias e verificamos na atualidade através da aplicação do *soft power*.

1.2 Elementos do *soft power*

No pensamento de Joseph Nye (2004), o *soft power* é sustentado por três recursos: a cultura, os valores políticos e a política externa (quando vista com legitimidade e autoridade moral), que analisaremos, em detalhe, nas linhas seguintes.

1.3.1 – O papel da cultura na corrente teórica do *soft power*

Como registra Nye, a cultura é o conjunto de valores e práticas que criam um significado para a sociedade. Entre manifestações da cultura é comum distinguir entre a alta cultura como a literatura, arte, educação, que apela para as elites, por um lado, e a cultura popular que foca no entretenimento da sociedade, por outro lado. A relação entre cultura e poder dos Estados/atores da política internacional é a seguinte: “Quando a cultura de um país inclui valores universais e/ou as suas políticas promovem valores e interesses que outros compartilham, aumenta-se a probabilidade de obter o que é

desejado. O aumento desta probabilidade deve-se a relação de atração que foi criada” (Nye, 2004:49).

Enquanto alguns analistas, como Niall Ferguson, confundem o recurso cultural com o comportamento de atração (Ferguson, 2004). Nye (2004) alerta para a necessidade de não tratar o *soft power* como um poder de cultura popular, bem como não equiparar o comportamento do poder brando com o recurso cultural, mesmo que as vezes o *soft power* ajude a produzi-lo. Relativamente a este ponto, Joseph Nye cita e critica Niall Ferguson que descreve o *soft power* como uma força não tradicional, como por exemplo, uma boa cultura e comércio (2004:11). Ao mesmo tempo, os contributos das correntes do *soft power* salientam o fato que os recursos do poder dependem de contextos. George Kennan, da escola do realismo clássico da balança do poder, mencionado por Nye, defende que o contato cultural entre os países significa combater impressões negativas sobre o país que tanto marca a opinião mundial (2004:45).

O *soft power* pode ser utilizado para legitimar meios e objetivos, a exemplo do terrorismo. Nye descreve que os terroristas utilizam o *soft power* para conseguir apoio geral as suas ações, bem como novos recrutas para as ações terroristas, e dessa forma legitimar suas causas (2004:25). Outro fator levantado por Nye é o avanço da globalização que mudou algumas naturezas do poder, como a tecnologia nuclear que radicalizou a estratégia militar, a tecnologia de comunicações que fomentou e expandiu o nacionalismo e a tecnologia como as de internet que também “democratizou” o terrorismo (2004:30).

Dadas às variações do contexto e especificidades dos atores, de acordo com Nye, existem países que se adaptam mais a promoção do *soft power* do que outros. Brasil, China e Índia são países citados por Nye como emergentes com potencial de disseminar seus poderes brandos nesta era de informação global. Nye enfatiza a importância da inserção internacional de um país por meio do *soft power* para aumentar, assim, seus recursos através de uma entendida correta condução de sua política externa. Nye argumenta como políticos tender-se-ão a beneficiarem-se do *soft power* na medida que se tornam a competir por atração, legitimidade e credibilidade. Neste aspecto, o Brasil projetaria certa atração de ambas as formas, numa suposta cultura vibrante e com futuro.

1.3.2- O papel da legitimidade da política externa na corrente teórica do *soft power*

A política externa, dentro dos recursos do *soft power*, ou seja com autoridade moral é, no entanto, a mais visível no sistema internacional. Segundo Nye (2004), todos os países perseguem seus interesses nacionais pela política externa. Esta engloba fatores como formação de tópicos de agenda, diplomacia, coalizões, fóruns multilaterais e acordos internacionais. Como atributo mais tangível de poder brando, todos os países perseguem seus interesses nacionais pela política externa. Isso é imediatamente identificável na análise de discurso da política externa oficial de um governo. Neste recurso abordado por Nye, ele alerta para o erro de se tratar o poder brando como uma questão apenas de imagem, relações públicas e popularidade efêmera. O *soft power* corresponde aos meios de se obter um resultado esperado. Como o poder brando é a habilidade de mobilizar a cooperação dos outros países sem ameaças ou pagamentos, seu sucesso depende em parte de como o país que quer explorar seu *soft power* molda os seus próprios objetivos. Nye ainda afirma que: “Quando a política externa perde credibilidade e legitimidade na perspectiva dos outros países surgem atitudes de desconfiança que reduzem sua influência” (2004:130). No entanto, o *soft power* não é apenas um poder de influência, mas também de atração.

Para países que adotam o *soft power* em sua política externa é essencial a busca por cooperação multilateral. Para John Ruggie (1992) o multilateralismo é a coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com certos princípios. Ao considerar a definição genérica de instituição de Keohane: “conjunto de normas persistentes e conectadas, formais ou informais, que prescrevem padrões comportamentais, guiam atividades e moldam expectativas” (Keohane *apud* Ruggie 1992:570). Para Ruggie o multilateralismo caracteriza como uma forma institucional nas Relações Internacionais. No entanto, no âmbito comercial, seria um erro tornar-se um jogador unidimensional, pois, ao longo do prazo, seria derrotado em um jogo tridimensional do mundo globalizado contemporâneo (Nye, 2004). A atração é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma cooperação multilateral entre os países e pode ser mensurada realizando pesquisas de opiniões (*polls*) ou grupos de focos. Pesquisas deste tipo são componentes essenciais para transmitir a imagem do poder nacional.

1.3.3 – O papel dos valores políticos na corrente teórica do *soft power*

Os valores políticos representam mais um recurso do *soft power*. Valores como democracia, direitos humanos, liberdade religiosa e política podem ser poderosos recursos de atração. Este tipo de recurso nem sempre é suficiente para proclamar o *soft power*. Nye afirma que admiração pelos valores do país não necessariamente implica que outros findem por imitar os caminhos do país-modelo, que tanto pode causar admiração como provocar rejeição por parte dos demais Estados. Ele cita como exemplo que apesar da admiração pela liberdade de expressão dos Estados Unidos, países como Alemanha e África do Sul condenam certos crimes que não seriam condenados pelo sistema judiciário dos EUA. Os valores políticos domésticos correspondem a um dos pilares do *soft power* (Nye, 2004).

Tabela 3 – Resumo dos recursos do *soft power*

Recursos do Soft Power	Tipos	Manifestações
Cultura	Cultura/ Identidade cultural	Literatura, arte e música.
Política Externa	Política externa, atuação comercial, legitimidade e credibilidade	Diplomacia, coalizões, fóruns multilaterais, acordos internacionais.
Valores Políticos	Ideais, valores políticos/ domésticos.	Defesa da democracia, direitos humanos, liberdade religiosa e política e igualdade social.

Fonte: Sumário da Autora

Os valores tanto políticos quanto domésticos influenciam na constituição da identidade de um Estado, e que por sua vez os agentes definem os interesses em função das identidades e que através de suas práticas e ações constroem o meio social. A dimensão cultural e das identidades são ignoradas pelas teorias tradicionais das relações internacionais.

1.4- A perspectiva construtivista das Teorias das Relações Internacionais

Tendo esses fatos em mente o que se vê atualmente é a recorrência a enfoques de dimensões culturais e de identidades, ignoradas pelas abordagens tradicionais para analisar as relações internacionais. Estas novas abordagens levaram à formação da teoria construtivista. Para Zehfuss: “A corrente construtivista veio trazer uma visão nas relações internacionais que muito se difere das correntes pré-existentes, liberalismo e realismo, e que enfrentam muitas críticas das referidas correntes⁷”(2004:3). Contudo, esta corrente ganhou evidência no meio acadêmico, transpondo não apenas de uma questão simplesmente teórica nas mentes escolares, mas também para fora dela, tais como revista, jornais especializados na área, por exemplo, *Foreign Policy*. Todas admitem que o construtivismo está inserido dentre as três formas de análise da política internacional

O construtivismo é considerado uma teoria social, no qual as teorias construtivistas de política internacional, como por exemplo, sobre a guerra, a cooperação e a comunidade internacional se baseiam. O construtivismo pode iluminar características importantes da identidade de cada estado e sua política externa que leva à manifestação de coalizões, fóruns multilaterais e acordos internacionais, estratégias que fazem parte do *soft power*. A teoria construtivista complementa a ação do *soft power*, no sentido de indagar o porquê da mudança, e examinar todo o contexto social que conduziu aquela aceitação de comportamento até a sua rejeição, busca razões no âmbito político, social, cultural e econômico (Nye, 2009). Por exemplo, tanto o escravismo no século XIX, quanto o *apartheid* racial na África do Sul, chegaram a serem admitidos pela maioria dos estados, mas depois foram rigorosamente condenáveis. Uma análise construtivista baseia-se em uma visão de uma identidade nacional que por sua vez constitui em função da vida internacional na interação entre os agentes. Uma ferramenta que ajuda outras nações que tem interesse em demonstrar sua legitimidade e hegemonia de uma forma persuasiva e não coercitiva naquele país ou região.

⁷ Tradução livre

A política externa de um Estado, conforme tabela 3, é um dos recursos do *soft power*. A teoria construtivista auxilia a compreender o comportamento de um estado perante o sistema internacional. Ajuda a analisar os paradigmas da política externa e entender as estratégias utilizadas para obter-se o que deseja. Cooperações, coalizões, participação de fóruns e acordos internacionais são manifestações que em algumas ocasiões são motivados não só pelos interesses materiais, mas também pelo seu sentido de identidade, moralidade, e pelo o que a sociedade ou cultura considera adequado. Tem-se como sua premissa básica um mundo em que nós construímos, no qual somos os principais protagonistas e que é produto de nossas escolhas. É um mundo em permanente construção, edificado pelos então conhecidos agentes na visão construtivista. Podemos mudá-lo, transformá-lo ainda que dentro de certos limites, ou seja, o mundo é socialmente construído. Essa construção expõe a imagem de quem o faz, o comportamento de um Estado nesta construção exhibe os valores adotados e dessa forma cria admiração de outros países. Segundo Nye: “A imagem ou atratividade de um país é composta de atitudes externas em uma variedade de níveis e tipos” (2004:35)

Diferentemente dos neorealistas, que fazem uso de capacidades materiais, e dos neoliberais, que se baseiam das capacidades de estruturas institucionais, como base material, os construtivistas findam as ideias como base material do sistema. Segundo Wendt: “Embora as forças materiais não sejam descartadas, o fator fundamental na política internacional para os construtivistas é a distribuição de ideias nesse sistema” (1999:96). Para os neorealistas e os neoliberais, os estados agem de acordo com os seus interesses nacionais, porém é em cima desse pensamento que os construtivistas os acusam de pecar no sentido de que eles têm pouco a dizer sobre como esses interesses são moldados ou mudam com o passar do tempo.

Outro ponto relevante defendido pelos construtivistas é em relação à anarquia no sistema internacional. Os realistas com uma visão limitada ao materialismo e ao pessimismo veiculam a anarquia nas relações internacionais entre os estados à ausência de um órgão soberano a todos, e que leva a ausência de uma ordem. Já para os construtivistas, como Wendt, a anarquia é “*What’s states make of it*” (Zehfuss, 2004). Eles defendem que há um conjunto de normas e regras que organizam e norteiam as relações internacionais. A anarquia internacional é socialmente construída, ou seja, ver as relações entre os países como uma zona de conflito e de competição permanente é

parcialmente correto. Já que a natureza da anarquia não é predeterminada devido ao fato de ser socialmente construída, o sistema internacional pode variar entre o conflito e a cooperação, depende do que os Estados querem fazer dela (Wendt,1999). O construtivista Onuf ainda afirma que a sociedade na qual faz parte os estados é mais corretamente descrita como uma sociedade heterônoma que uma sociedade anárquica (Nogueira, 2005).

O mundo social para os construtivistas, os estados podem agir mediante aos seus próprios interesses, mas eles continuam a (re) definir o que aquilo significa. A sua identidade pode mudar. Normas ajudam a definir situações, bem como entusiasmo a prática internacional em um determinado segmento. Entretanto, ao analisar esta influência de identidades e/ ou normas, faz-se necessário explorar o que está implícito, ou seja, a intersubjetividade do significado da ação. Esta análise sob a ótica construtivista ajuda aos Estados adeptos do *soft power* a entenderem as questões identitárias e/ ou normativas de uma determinada região, deste modo, elaborarem suas estratégias.

Os construtivistas percorrem caminhos e disciplinas diferentes das correntes existentes nas Relações Internacionais para examinar os processos pelos quais os representantes de Estados, a população e as culturas alteram as suas preferências, moldam a sua identidade e adotam um novo comportamento (Nye, 2009). Por esta razão esta corrente é objeto de muitas críticas. Como escreve Jorgensen:

“O construtivismo é mais uma metateoria do que propriamente uma teoria. Os construtivistas não tem se envolvido em desenvolver uma teoria das relações internacionais, mesmo que no nível meta teórico, erram por não dizer nada sobre os fenômenos internacionais”⁸. (2001:36)

Por outro lado, Jorgensen (2001) também exalta uma contribuição positiva desta corrente, que foi o fato de trazer para as Relações Internacionais conceitos importantes da teoria social e na medida em que questionou o próprio conceito de teoria e teorização nas Relações Internacionais. Entretanto, pensar o construtivismo como um modelo de raciocínio e não como uma teoria, induz teórico a identificar múltiplas versões da teoria construtivista, na qual está inserida uma gama de variedades de enfoques nas quais devem-se estar atentos.

⁸ Tradução livre

1.5- O construtivismo e a análise de discurso

Conforme descrito anteriormente, a teoria construtivista tem uma abordagem diferente das correntes existentes nas Relações Internacionais e por esta razão é alvo de críticas. Tenta-se compreender como as ideias e os valores influenciam na constituição ou reprodução das identidades, das influências e quais recursos necessários para tal feito. Mediante esta questão, o contributo construtivista que melhor enquadra-se à proposta defendida neste estudo é o de Kratochwil.

O objetivo do trabalho de Kratochwil é explorar o papel das regras e normas na vida política. Autor conhecido pela crítica à pobreza epistemológica da disciplina das Relações Internacionais. Para ele, a questão que se impõe aos construtivistas é relativa à correspondência entre o mundo que se observa e o conhecimento que se constrói em torno dele. Contudo, essa questão não deveria impedir a elaboração de pesquisas empíricas. Kratochwil admite que a intersubjetividade da linguagem, o partilhamento de discursos e significados de valores são premissas comuns a todos os construtivistas.

No entanto, é neste item que os construtivistas começam a divergir de Kratochwil quanto à importância e centralidade da virada lingüística, muito mais importante para um construtivista como Onuf, Fierke, e o próprio Kratochwil que para Wendt (Nogueira, 2005). A virada linguística defendida por alguns construtivistas coloca em apreciação a análise de discurso e mais especificamente regras e normas que organizam e regem os discursos, o tornando central na análise de eventos sociais em geral, bem como, nas relações internacionais, que nos permite aprender a realidade que vivemos.

Para Kratochwil, as normas informam os discursos e estes não são apenas instrumentos para a ação política porque são antes a própria ação política. A ação humana é moldada e regida por regras. Por isso, a análise das ações dos agentes deveria constituir não na análise dessas ações, mas sim na análise das regras e normas que orientam suas escolhas. Para Kratochwil, os processos de comunicação social e de intersubjetividade são centrais para o entendimento do processo por meio do qual as decisões e ações são analisadas. Decorre assim a necessidade de analisar e entender as normas que organizam o discurso. O mesmo afirma que a função das normas na vida social é estabelecer a relação entre a linguagem que usamos para nos referir ao mundo lá fora é a linguagem

como forma de intervenção. Diferentemente de Wendt, onde os agentes permanecem mudos e suas comunicações são unilaterais de agentes que são seguidos por ações unilaterais de outros agentes, sem que isso represente uma comunicação intersubjetiva (Nogueira, 2005).

Neste sentido, Kratochwil afirma que é possível compreender as ações dos atores mediante análise das regras que regem seus discursos. Existem premissas gerais aos agentes tomadores de decisões que reduzem a complexidade do contexto dos quais eles fazem as suas escolhas. O entendimento dos fenômenos humanos está ligado às normas que direcionam as condutas dos agentes. Analisar as ações desses agentes através do uso apenas da ideia, da racionalidade, como fazem os neorealistas, conduz a uma compreensão bastante limitada da realidade (Nogueira, 2005). Portanto, analisar as regras que organizam os discursos e as ações dos agentes facilita uma compreensão mais profunda sobre esses fenômenos. Assim, a desconstrução dos discursos das relações internacionais consiste na identificação das práticas dominantes e excludentes contidas no discurso.

A análise de um discurso dentro de um contexto intelectual tem como base uma postura crítica, defende que o mundo é relativo do ponto de vista histórico-cultural, que o conhecimento é socialmente construído e que está ligado a ações e práticas. Um discurso bem estruturado tem a capacidade de produzir um mundo e reproduzir as coisas. Para Gill (2002) a análise de discurso rejeita a noção realista de que a linguagem é um meio neutro de reflexão ou de descrever o mundo, e o mesmo defende que uma importância central na construção da vida social. O significado mais verdadeiro para a análise de discurso é o fato de estar sempre embutido em lutas de poder pela nomeação e legitimidade dos seus enunciadorees (Silveira, 2005). Logo, pode-se dizer que o discurso clarifica o contexto, isto é, que a produção da linguagem seria reveladora das opiniões das crenças de um sujeito que está homogeneizado e fracionado em pensamentos, emoções e comportamentos a respeito do mundo que o rodeia.

Neste sentido é possível analisar também as principais categorias do *soft power* através da análise de discurso. Isto é a cultura, valores comuns e a política externa refletem-se no discurso dos principais atores internacionais na tentativa de alcançar os seus objetivos.

A análise de discurso oferece algumas formas de organização de análise. Por exemplo, a análise de discurso, defendido por Gill (2002), está relacionada com quatro temas básicos:

- 1- A preocupação com o discurso em si;
- 2- A linguagem como construtiva, criadora e construída;
- 3- O discurso como forma de ação, ou seja, a orientação da função do discurso;
- 4- A organização da retórica do discurso

Na primeira abordagem os estudiosos estão focados no conteúdo e organização dos textos e descartam o discurso como um meio de impetrar outras realidades. A abordagem número dois rescinde com a tradição realista de que a linguagem reflete de forma transparente os acontecimentos. A terceira abordagem está ligada ao discurso como prática social, ou seja, não ocorre no vazio social. Este item defende a ideia de que o discurso é circunstancial e que o contexto interpretativo também deve ser estudado. O quarto incide na ênfase da natureza da retórica dos textos com enfoque nas maneiras como ele é organizado a fim de tornar-se persuasivo.

Sendo assim, o discurso possibilita um curso de ação particular para alcançar os objetivos de uma nação, firmando a sua legitimidade, a fim de realizar determinadas práticas políticas e econômicas dentro dos recursos do *soft power*.

CAPÍTULO II – Ação da política externa do Brasil para inserção no cenário mundial

2.1- O Brasil democrático⁹ e a política externa

Vivemos atualmente no tempo de mudanças estruturais onde o centro da gravidade econômica do mundo mudou para o hemisfério Sul do planeta, ou seja, para as economias emergentes. Está é uma reflexão com que se depararam estudiosos, tais como Amado Luiz Cervo (2009). Diante dessa nova configuração do poder político e econômico global os países desenvolvidos, segundo sua influência política e econômica como os Estados Unidos, não estão mais incondicionais nas resoluções das questões da agenda internacional. Recentemente comprovamos essa posição com a crise mundial de 2008, que demonstrou que cooperação era necessário para enfrentar a crise e os chamados países emergentes, dentre eles o Brasil, ganhariam maior importância no cenário internacional como define Jaguaribe:

“As respostas à crise evidenciam fatos que tem implicações importantes sobre as leituras possíveis das relações internacionais e como se poderia interpretar a multipolaridade política e econômica. Isto é: não obstante a globalização das finanças as economias nacionais responderam a crise e aos estímulos financeiros de formas muito diferentes, torna-se evidente o papel significativo dos mercados internos das economias emergentes como fator de crescimento econômico e da mesma forma ficam mais claras as diferenças regionais entre os países emergentes nas suas inserções no mercado global.” (2011:35)

Percebe-se que os problemas estão cada vez mais transnacionais, e como consequência também ocorre uma parcial transnacionalização nas decisões a serem tomadas acerca de assuntos como segurança energética, terrorismo, crise financeira, meio ambiente. Assim apresenta-se uma nova interação entre atores internacionais incluindo cada vez mais os países emergentes.

Frente a essa nova mentalidade relacionada aos países emergentes, espera-se que mude a maneira pela qual os países desenvolvidos olhem para os países em

⁹ Entendido desde a implementação da constituição vigente em 1988 aos dias atuais. No entanto, o Brasil durante o período de 1946 a 1964 também foi um período democrático, uma fase da história que tentou-se avançar para uma verdadeira democracia. Porém, em 1964 ocorreu o golpe militar no Brasil que durou de 1964 a 1985 e o período após esse regime é conhecido tanto como período democrático ou redemocrático.

desenvolvimento, bem como os países em desenvolvimento olhem para si e busquem fazer jus a essa nova abertura política que está a apresentar-se. A política externa do Brasil mostrou transformações substanciais nos recentes anos. Observamos uma combinação de conteúdos substantivos e dimensões institucionais que foram vivenciados no passado a envolver metas e articulações interburocráticas e políticas inovadoras. Na década de 90, como antecipava a teoria de interdependência complexa (Keohane, 1989), pareceram ganhar peso questões econômicas, ambientais, comerciais, competitividade, fluxos tecnológicos, investimentos, fluxos financeiros, direitos humanos e sociais, além de temas que compõem o *soft power* de um país, conforme abordado no capítulo anterior. Diante dessas transformações vividas pela comunidade internacional, o Brasil trabalhou para ampliar os seus interesses e ambições neste novo cenário sendo favorecido pelo momento global e regional que sopraram a favor.

“A política exterior correspondeu, nos dois últimos séculos, a um dos instrumentos com que os governos afetaram o destino de seus povos mantendo a paz ou fazendo guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e de desenvolvimento ou atraso e dependência.”
(Cervo e Bueno, 2010:11)

Observamos que tanto a política externa, quanto a interna andam lado a lado, e qualquer posicionamento político ou econômico na política externa de um país refletirá em seu desenvolvimento interno. Nye (2004) já afirmava que a política externa é um dos recursos do *soft power*, dentre os outros pilares que o compõe, que primeiro gera o impacto no relacionamento com outros países, onde dirigentes dos Estados buscam um cenário favorável as implementações de suas políticas para o alcance de suas metas. O Brasil por sua vez pleiteou um ambiente favorável no âmbito internacional através deste recurso. O período de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como presidente do Brasil, ele empenhou-se em conservar certas posturas em seu governo que mobilizou a cooperação com outros países que fizeram elevar a sua credibilidade como presidente do Brasil.

O Brasil na década de 90 estava inserido num quadro não muito diferente dos outros países latino-americanos. O País vivia uma hiperinflação, estagnação, instabilidade, pressões da comunidade internacional diante da abordagem dos “novos temas” tais como meio ambiente, segurança e direitos humanos. O Brasil neste período

era visto pela comunidade internacional como uma nação periférica numa perspectiva política, econômica e social, com opções limitadas de ação. Quanto sua inserção na esfera internacional, esta era atrelada a uma relação privilegiada com os EUA, sendo assim uma década bilateral (Pecequilo, 2008).

O governo que iniciou esse processo foi o de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Primeiro presidente eleito democraticamente após o fim do regime militar, tendo como prioridade política promover o realinhamento com os EUA e demais países desenvolvidos. Em contrapartida, o País receberia reconhecimento político, concessões comerciais e ajuda financeira (Vizentini, 2008). O governo de Collor de Mello, apesar das promessas de superação da crise que garantiria o apoio da população ao seu governo, promoveu medidas impopulares, que mostraram-se ineficientes, como por exemplo, o congelamento da poupança dos cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo, o governo estava a promover o processo de liberalização da economia brasileira que na visão do presidente Collor de Mello seria o espaço para que o País se integrasse com vantagens com o mundo globalizado, além da abertura às proposições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Devido à política adotada de relações subordinadas aos EUA o Brasil foi obrigado a abrir os seus mercados.

O Ministério das Relações Exteriores não teve participação decisiva na política externa de Collor, segundo Vizentini (2008), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) só se limitou, ocasionalmente a tentar minimizar os efeitos de sua ação no âmbito externo. As ações de Collor de Mello promoveram um retrocesso às iniciativas ligadas a ideia do Brasil enquanto uma potência tanto regional quanto internacional, bem como aos novos temas abordados pela comunidade internacional. Ainda segundo Vizentini (2008), a noção de soberania também foi esquecida, o que levou a um encolhimento drástico da diplomacia brasileira e a dilapidação do patrimônio acumulado nessa área ao longo de décadas. Eventualmente, os maus resultados políticos e econômicos de Collor de Mello levaram a um isolamento em termos de apoio por parte da própria população. O cenário tornou-se pior quando ele e seus sucessores foram acusados de corrupção, o levando ao impeachment em 1992.

Em 29 de dezembro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) assumiu o poder e tentou estabilizar o Brasil e minimizar os efeitos negativos das escolhas

políticas do governo Collor de Mello. Ele objetivou revalorizar a presença do Brasil no Cenário Mundial a partir de fóruns multilaterais e da integração regional. Uma das conquistas importantes teve a ver com a ONU: durante o mandato de Itamar Franco, o Brasil foi eleito por dois anos, membro do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, Itamar Franco propôs uma Agenda de Desenvolvimento ligada a uma Agenda da Paz¹⁰, e resolveu pendências econômico-comerciais com diversos países herdadas do seu antecessor, Fernando Collor de Melo. Itamar Franco buscou também desenvolver parcerias com países vizinhos e os de língua portuguesa (Mercosul e CPLP). Além disso, advogou o multilateralismo nos planos econômicos e políticos, bem como a consolidação de sua atuação junto a órgãos internacionais, como ONU, OMC e blocos regionais. Para Vizentini (2008), foram posições que visavam combater o protecionismo dos países ricos e lutar para que o Brasil tivesse acesso à tecnologia de ponta.

A integração regional foi outra prioridade no governo de Itamar Franco. O Mercosul ganhou dimensão estratégica que até o momento não possuía. Durante o seu mandato ele realizou diversas visitas aos países fronteiriços como Uruguai, Colômbia, Argentina. O Brasil foi também visitado pelos seus líderes, vindo a fortalecer as relações comerciais com os países que integram o Mercosul, especialmente a Argentina. Itamar Franco desenvolveu parcerias na área tecnológica com a Rússia e com países do Oriente Médio, onde objetivou retomar antigos contatos. Com os países árabes, o Brasil procurou manter relações bilaterais em áreas das forças armadas, transportes e econômica. Durante o governo de Itamar Franco foram desenvolvidas novas abordagens que se distanciavam do alinhamento com os EUA e procuravam ampliar de forma horizontal o relacionamento do Brasil com outros países. Com estes exemplos verificamos que Itamar Franco trouxe de volta ao Brasil a defesa da nacional e mostrou que o Brasil buscou adaptar-se de forma sistemática as regras que o momento pós Guerra-Fria exigia. Nas palavras de Maluf:

“A soberania nacional é originária da nação, no sentido estrito de população nacional (ou povo nacional), não do povo em sentido amplo. Exercem os direitos de soberania apenas nacionais ou nacionalizados, no gozo dos direitos de cidadania, na forma da lei. Não há que confundir com a “teoria da soberania popular”, que amplia o exercício do poder soberano aos alienígenas residentes no país.” (2007:33)

¹⁰ O Brasil durante o governo de Itamar Franco participou de sete operações de paz e defendeu a não proliferação de armas de destruição em massa. Por esta razão ele defendia que a Agenda de Desenvolvimento deveria estar ligada a uma Agenda da Paz entre as nações.

Nas eleições de 1994, apoiado pelo próprio Itamar Franco, foi eleito o seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o idealizador do plano real¹¹ durante o governo de Itamar Franco. No governo de Fernando Henrique Cardoso verificava-se a predominância de institucionalistas pragmáticos, que para Vizentini (2008) preocupava-se mais em dar apoio aos regimes internacionais em vigor, como por exemplo, o FMI, e a Organização Mundial de Comercio (OMC). Tullo (2007) defende que a política de Fernando Henrique Cardoso procurou ter um perfil mais moderado da política externa brasileira. Esta abordagem proporcionou um contexto de colaboração com iniciativas resultantes das organizações internacionais, evitando ao mesmo tempo assumir um papel internacional que resultasse em responsabilidades e riscos. O governo de Fernando Henrique Cardoso retomou o projeto neoliberal, incluindo na sua dimensão da política externa brasileira. Ainda na visão de Vizentini (2008), Fernando Henrique Cardoso comandou a política externa pessoalmente e o MRE apenas ocupou aspectos técnicos e burocráticos das iniciativas políticas e econômicas decididas fora do ministério. Neste sentido, o papel do MRE durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi muito mais parecido com o papel exercido durante o governo de Collor de Mello do que Itamar Franco.

Já para o historiador Amado Cervo (2009) a consciência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em ter uma imagem de presidente eticamente correto e de intelectualidade renomada contribuiu para a expansão do universalismo da política exterior do Brasil por meio de uma diplomacia pessoal. As linhas de ações prioritárias foram:

- Avançar no caminho da integração regional aprofundado pelo Mercosul;
- Estimular as estratégias de diversificação de parceiros nas relações bilaterais;
- Insistir junto às organizações econômicas multilaterais, principalmente OMC no ideal de multilateralismo, sempre sustentado pelo País;

¹¹ Programa brasileiro de estabilização econômico considerado o mais bem sucedido de todos os planos lançados para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994. (Ministério da Fazenda) Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>

-
- Concentrar esforços para elevar a condição de potencia internacional do Brasil, tornando-se membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante o seu governo Fernando Henrique Cardoso criou a estratégia de não se referir mais o Brasil como um país subdesenvolvido, além da substituição de América Latina para América do Sul, delimitando uma nova esfera geográfica de política regionalista¹². Essa diretriz teve uma dimensão prática muito importante na agenda diplomática sul-americana (Vizentini, 2008). O Mercosul passou a ser o exemplo mais importante dessa estratégia que fez valer o artigo 4, parágrafo único da Constituição brasileira de 1988: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Lei que é carregada de um intenso simbolismo que enaltece uma longa tradição de conveniência pacífica entre o Brasil e os demais países da América do Sul. O contexto interno brasileiro de estabilidade monetária levou Fernando Henrique Cardoso a uma inserção no processo de globalização econômico-financeira, porém sem repetir a desordenada política realizada no governo de Collor de Mello. Fernando Henrique Cardoso durante o seu mandato intensificou o processo de privatizações das grandes empresas públicas brasileiras.

Durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso a política externa sinalizou para a instauração de novos projetos e parcerias para o Brasil. A direção da política com princípios ajudou a melhorar o relacionamento com os Estados Unidos de uma forma contínua. Ao mesmo tempo, a relação com a União Europeia (UE) foi bem valorizada, os países da UE foram os principais mercados para produtos brasileiros e a principal fonte de investimentos diretos do Brasil. Havia parcerias prioritárias com vários de seus membros, como por exemplo, a Espanha nos quais os investimentos diretos ultrapassou a Alemanha devido às privatizações (Vizentini, 2008). Durante esta fase, o trabalho diplomático para promover o aprofundamento da parceria Brasil-Europa esteve em grande medida concentrado em negociações entre o Mercosul e União Europeia. Houve também crescentes intercâmbios com os países asiáticos, assim como houve uma busca de parcerias mais profundas com países africanos.

¹² Em 2000 foi realizada a I Reunião de Presidentes da América do Sul com a iniciativa para a integração física da América do Sul que faz parte de um movimento que vem desde o início de 1990, quando se processa uma mudança na referência regional da identidade regional do Brasil. Assume uma “sul-americanidade” que vinha a substituir o conceito de América Latina, que perdia o sentido no cenário Pós-Guerra Fria (Lafer,2001)

2.2 – O presidente Lula e o autonomismo

Nas eleições presidenciais de 2002 saiu vitorioso Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). Recebido com entusiasmo pela imprensa e pelo público devido a uma trajetória peculiar do presidente¹³, bem como uma postura incisiva e afirmativa em torno regional e internacional nos debates eleitorais. Durante o seu mandato Lula da Silva buscou preservar um espaço de flexibilidade para as decisões internacionais do Brasil, manteve uma postura multilateralista. Entretanto, Lula da Silva defendeu a soberania nacional com maior ênfase do que a administração anterior de Fernando Henrique Cardoso. Miriam Gomes define bem a visão do governo de Lula da Silva:

“A corrente autonomista foi predominante na política externa do governo de Lula da Silva. O seu governo buscou uma projeção mais autônoma e proativa dentro da política internacional, ou seja, uma reforma da dinâmica das instituições multilaterais com o objetivo de criar um espaço de atuação do Brasil, assumindo assim um perfil revisionista da ordem internacional.” (2011:2)

Conforme mencionado por Miriam Saraiva a corrente autonomista esteve presente nas ações e nos discursos do Presidente Lula da Silva. Os autonomistas defende uma projeção mais independente e ativa do Brasil na política internacional; teria preocupações de caráter político-estratégico dos problemas Norte-Sul, a fim de buscar um papel de maior liderança na arena internacional. Diferentemente dos institucionalistas pragmáticos que valorizam mais o apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência (Saraiva, 2011). Lula da Silva em seus discursos deixava transparecer a predominância da corrente autonomista como podemos constatar em seus discursos no FEM¹⁴: “Se querem ser coerentes com a sua experiência vitoriosa, não podem obstruir o caminho dos países em

¹³ Lula é considerado um dos presidentes mais populares da história do Brasil e do mundo, segundo o jornal Folha de São Paulo, ao divulgar 83% de aprovação do seu governo, um recorde histórico no Brasil <http://www1.folha.uol.com.br/poder/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml>. De origem humilde Lula começou sua carreira profissional como metalúrgico, em 1975 chegou a presidência do sindicato dos metalúrgicos. Em 1980 juntamente com outros intelectuais e líderes sindicais fundou o partido do PT (Partido dos Trabalhadores). Em 1986 foi o deputado federal mais votado do Brasil. Concorreu a presidência da República em 1989, quando foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello, e em 1994 e 1998, quando perdeu para Fernando Henrique Cardoso.

¹⁴ Instituição Organizacional Independente que realizam reuniões anuais na cidade de Davos onde estão presentes principais líderes mundiais, políticos e empresários onde debatem questões consideradas urgentes pelos idealizadores políticos que o mundo contemporâneo está a enfrentar, ou seja, fazer avançar coordenações políticas entre os principais atores da economia mundial, estados e companhias globalizadas que através de um diálogo informal fazer surgir novas ideias que possam ser concretizadas no terreno das políticas práticas.

via de desenvolvimento. Ao contrário podem e devem construir conosco uma nova agenda de desenvolvimento global”. (Discurso - Lula da Silva 2003)

Este foi o primeiro discurso realizado por Lula da Silva como presidente do Brasil no encontro do FEM em Janeiro de 2003. Já no início deste discurso o presidente deixa claro para a comunidade internacional alterações na estratégia a ser adotada na política externa durante o seu governo. Neste trecho do discurso o presidente refere-se à importância da atuação na arena internacional dos países desenvolvidos deixando nas entre linhas que o Brasil adotará políticas ativas, ou seja, autonomistas. Nos anos decorrentes de seu governo e da sua participação neste Fórum em alguns momentos dos seus discursos reafirmava a sua posição:

“No meu discurso de 2003, eu disse, aqui em Davos, que o Brasil iria trabalhar para reduzir as disparidades econômicas e sociais, aprofundar a democracia política, garantir as liberdades públicas e promover, ativamente, os direitos humanos. Iria, ao mesmo tempo, lutar para acabar sua dependência das instituições internacionais de crédito e buscar uma inserção mais ativa e soberana na comunidade das nações.” (Discurso de Lula da Silva, 2010)

Em janeiro de 2010, sete anos depois do seu primeiro discurso e já no final do seu segundo mandato, o presidente Lula da Silva foi o primeiro líder de estado a receber o prêmio oferecido pelo FEM pela sua liderança política econômica de destaque na arena mundial. Segundo o fundador do FEM, Klaus Schwab:

“O presidente do Brasil demonstrou um verdadeiro comprometimento com todos os setores da sociedade (...) esses comprometimentos tem sido de mão e mão a integrar crescimento econômico e justiça social. O presidente Lula é um modelo a ser seguido pela liderança global.” (Klaus *apud* Roncaglia, 2010)

Para Vigevani (2007) o posicionamento do Brasil diante de diferentes temas deve ser visto à luz de fatores constitutivos da política externa que estão enraizados na sociedade e no estado brasileiro: a autonomia e o universalismo. Pode-se dizer neste caso que o universalismo está relacionado à ideia de estar aberto para manter relações com todos os países, independente da localização geográfica, tipo de regime ou opção econômica. Ainda segundo Vigevani este comportamento significa independência em

relação à potencia hegemônica e pode ser atrelado ao comportamento de *global player*. A autonomia é definida como margem de manobra que o país tem nas suas relações com os demais estados e em sua atuação na política internacional.

O crescimento do pensamento autonomista, notavelmente expressado em discursos do presidente Lula da Silva, tornou-se a base de políticas estrangeiras do Brasil durante o seu governo. Esta linha de pensamento surgiu um grupo de *decision-makers*¹⁵ que montou novas propostas para a política externa brasileira durante o mandato de Lula da Silva. Um dos responsáveis por esta nova visão da política externa do Brasil foi o diplomata Celso Amorim que em seu discurso de posse em 01 de Janeiro de 2003, na qualidade de ministro das relações exteriores do governo Lula da Silva, transpareceu a crença que iria orientar a política externa do Brasil na sua autonomia, ação universalista e a ideia de que o País iria ocupar um lugar de mais destaque na política internacional. Transmitiu, igualmente, a utilização de estratégias multipolares para o alcance dos seus objetivos no cenário internacional:

“O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários fóruns internacionais, internacionais, regionais e globais”. (Celso Amorim, Discurso proferido da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 09/01/2003).

Miriam Saraiva (2011) ressalta a importância deste grupo na política externa brasileira. A visão política e a percepção dos interesses nacionais e internacionais por parte deste grupo influenciaram a escolha das estratégias externas do País. A relevância dos *decision-makers* torna-se clara ao comparar o governo de Fernando Henrique Cardoso e o governo de Lula da Silva. Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso o papel do Brasil como líder era visto como consequência da gradual superioridade econômica do País e que deveria limitar-se à assuntos regionais, como América do Sul, por causa da escassez de recursos (financeiros, bélicos, políticos e profissionais)

¹⁵ Como será referido adiante, este grupo incluía oficiais como Celso Luis Nunes Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia.

disponíveis para a ação mais externa do Estado. No entanto, os formuladores da política externa do governo de Lula da Silva acreditavam que o papel de liderança pode ser alcançado por meio de uma ação diplomática mais ativa e dinâmica, assim como da continuidade da defesa de temas universais (Tullo, 2007).

Para Almeida (2005) os principais formuladores e executores da política externa governamental durante o governo do presidente Lula da Silva, a seguir uma ordem hierárquica após o presidente da república foram: o Chanceler embaixador Celso Luis Nunes Amorim (já mencionado acima), o secretário geral das relações exteriores embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor especial para assuntos internacionais da presidência, professor Marco Aurélio Garcia. Em mandatos anteriores a figura do Secretário Geral do Itamaraty ainda que envolvido na implementação prática da política externa, estava enquadrada à administração rotineira (e interna) do Itamaraty. Limitava-se às vezes a um papel coadjuvante nas negociações entre os países. No entanto, não foi esse o quadro que o presidente Lula da Silva aplicou em seu governo. O Secretário Geral das Relações Internacionais, Samuel Guimarães, era descrito como o ideólogo das novas linhas da política externa, onde atuou intensamente em assuntos, que em muitos casos, ultrapassaram inclusive os limites da diplomacia estrito senso. Samuel Guimarães defendia a seguinte posição no cenário internacional:

“O mundo multipolar sem hegemonias em que todos os Estados obedeçam ao Direito Internacional e procurem resolver suas controvérsias de forma pacífica é o mundo que mais interessa à nação brasileira. Cada dia, cada ato da Chancelaria, deve procurar contribuir para esse objetivo. As organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas e a OEA, devem contribuir para esses objetivos, e o Brasil nelas atuará de forma ativa.” (Guimarães, 2003)

Lula da Silva também teve um assessor presidencial ativo e participante, e não apenas um espectador engajado: Marcos Aurélio Garcia. Por tradição a sua posição limitava-se apenas a uma consultoria direta e geralmente discreta do presidente em temas de política externa, uma espécie de introdutor diplomático. No entanto, o professor Marcos Aurélio Garcia assumiu um papel relevante em vários processos que envolvia a diplomacia oficial na definição e até mesmo na execução de certas linhas da política externa do governo Lula, especialmente relativas ao cenário regional latino-americano.

Este cenário traduz a repercussão da política externa de Luis Inácio Lula da Silva. Na gestão da política externa ele não foi absoluto, dando o devido espaço para outros atores (dentro do País) atuarem. Buscou fazer uma política externa adequada e necessária a um país em desenvolvimento como o Brasil, com o intuito de afirmar-se de forma soberana tanto no contexto regional como internacional. A presença do Brasil nos fóruns internacionais, como também o posicionamento na condenação da invasão do Iraque e também nas relações com Irão para discutir questões nucleares, mesmo divergindo das grandes potências são exemplos desta postura soberana. Luis Inácio Lula da Silva defendeu políticas de combate a erradicação a pobreza e a fome, luta por igualdade social e distribuição de renda, apoiado da população. Diante dessas políticas ele definiu suas convicções na rede do Sistema Internacional. Comportamentos que transmitiu a identidade brasileira durante o seu governo para comunidade internacional. Tais fatores influenciaram na imagem que o mundo tem do Brasil.

No plano econômico Lula da Silva buscou tanto na América do Sul como no continente africano projeção para as empresas brasileiras. De modo mais geral, empreendeu uma política forte de busca de mercados para as exportações do País dando prioridade aos parceiros emergentes. Este fato pode ser ilustrado pela afirmação de Celso Amorim em seu discurso de posse de 2003: “Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial.” Essa atenção especial foi constatada na atuação das agências do governo brasileiro, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que financiou obras de infraestrutura em países africanos, especialmente em Angola. Todo este movimento de fortalecimento de sua política levou o Brasil ao papel de *global player*. Como argumenta, entre vários autores, “... o Brasil deixou de ter interesses defensivos, como era no passado, para interesses mais ofensivos”. (Hirst, 2010:10)

As estratégias internacionais de Lula da Silva além de serem coordenadas com outros órgãos governamentais foram também acompanhadas por uma intensa atividade empresarial focando países em desenvolvimento tanto na América Latina, Ásia e África. Dessa forma o Brasil estava a buscar sua influência como jogador no tabuleiro tridimensional ao traduzir os seus interesses e valores na agenda internacional, como defende a abordagem do *soft power*. A boa fase econômica deu fôlego ao Brasil para

participar e posicionar-se em assuntos internacionais levando-o ao engajamento de uma série de negociações e cúpulas multilaterais que o conduziu a coalizões significativas com países em desenvolvimento.

2.3 – A política externa do Brasil no âmbito do multilateralismo

A crescente projeção da política externa do Brasil dava-se nos fóruns multilaterais internacionais, nas relações bilaterais, e nas diversificações de temas em discussões. O governo de Lula da Silva sempre procurou posicionar-se, ou seja, o Brasil tornou-se menos reservado em sua afirmação como potência emergente no cenário internacional. Segundo o Ministro das Relações Internacionais do atual governo de Dilma Roussef, Antonio de Aguiar Patriota: “O Brasil estabeleceu como prioridade “comunicar-se” com o mundo” (Fellet, 2011).

Como já referido, Luis Inácio Lula da Silva tinha um estilo próprio, devido a sua trajetória de vida. Além disso, um dos pontos fortes de seu governo foi o acervo de políticas sociais que atuavam na pobreza e na desigualdade social no plano doméstico, tornando-se, ao mesmo tempo, numa mensagem subjacente à política externa do Brasil. Ações políticas que foram admiradas por países que enfrentam quadro semelhante de desigualdade social, especialmente países africanos. Devido a esta semelhança do Brasil com algumas regiões africanas o modelo político brasileiro foi importado por alguns estados africanos. A política no combate às desigualdades sociais foi uma ferramenta na aplicação da estratégia brasileira de expansão do poder de uma maneira *soft*, como veremos nos próximos capítulos em relação ao continente africano.

Diante da política multilateralista defendida por Lula da Silva, Mapa (2010) caracteriza três linhas prioritárias seguidas pela diplomacia do governo. A primeira, se refere ao esforço de integração da América do Sul a partir do Mercosul e seu subsequente apoio à Unasul¹⁶, com o objetivo de fortalecer os países da região frente aos Estados

¹⁶ A União de Nações Sul-Americanas é formada pelos doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011. A Unasul tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Unidos e à União Europeia, principalmente nos espaços de negociação comercial multilateral. Assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo de Lula da Silva também tinha como prioridade a América do Sul, especialmente no fortalecimento das relações com Argentina. Esta relação foi o pilar da construção do bloco. Em seu governo ele defendeu a ideia de uma integração em diversos planos, desde a um espaço econômico unificado com base no livre comércio até aos projetos de infraestrutura em áreas de transporte, comunicações e energia (Amorim, 2003c). Tudo isso objetivava repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo, além de ser um instrumento estratégico para sua posição de liderança na América do Sul.

A segunda linha corresponde ao estabelecimento de novas parcerias estratégicas, com o objetivo de demonstrar uma diplomacia brasileira universalista e ancorada em iniciativas inovadoras, bem como fortalecer parcerias já existentes com países em desenvolvimento, tais como:

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁷: A CPLP tem lugar de destaque na política externa brasileira. É uma comunidade que tem um grande potencial para promover a política, diplomática, o intercâmbio e a cooperação em diversas áreas dos países que dela fazem parte. Segundo nota oficial do Itamaraty as políticas brasileiras em relação à CPLP singularizam-se pelo princípio da solidariedade. A organização constitui, ademais, foro internacional único para o Brasil, que se beneficia de laços históricos, culturais e linguísticos comuns para cooperar. Todas as decisões são tomadas por consenso. A cooperação técnica prestada aos países da CPLP pelo Brasil no período 2003-2010 insere-se no paradigma da cooperação Sul-Sul, o qual se distingue por padrões próprios de gestão, diferentes daqueles aplicados à tradicional cooperação Norte-Sul. Pretende-se, sobretudo, sem imposições ou quaisquer condicionalidades, o desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, dos países parceiros. A

¹⁷ A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, e São Tomé e Príncipe. Concentra suas ações em três objetivos gerais: concertação político-diplomática entre os seus membros para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios inclusive educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.; e a promoção e difusão da língua portuguesa. No âmbito da política, destacam-se a coordenação de posições nos fóruns multilaterais, bem como a cooperação na área eleitoral, inclusive por meio de missões conjuntas de observadores nas eleições dos Estados membros. Na cooperação técnica vale salientar que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), juntamente com Timor Leste são atualmente, os principais beneficiários da cooperação prestada pelo Brasil, a qual tem priorizado a capacitação nas áreas de formação profissional, segurança alimentar, agricultura, saúde e fortalecimento institucional, entre outras.

prestação de cooperação do Brasil distingue-se, ademais, pelo envolvimento direto de instituições brasileiras de renomada “*expertise*” técnica em áreas estratégicas para o desenvolvimento dos países envolvidos, como é o caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ademais, o Brasil propaga, no âmbito internacional, o fortalecimento da língua portuguesa no mundo como fator de projeção internacional do espaço lusófono e de seus valores de solidariedade. A atuação do Brasil como prestador de cooperação tem levado doadores tradicionais, bilaterais e multilaterais a manifestar interesse em projetos juntamente com o Brasil nos países que fazem parte da comunidade.

- G-20¹⁸: Para estudiosos como Ramazini (2006) nas ações diplomáticas brasileiras em relação ao G-20 havia componentes de equilíbrio em relação às potências globais. Através do G-20 o Brasil quis reafirmar um discurso de cooperação pela justiça, ou seja, o conceito de autonomia, presente na política exterior do Brasil, que utiliza-se dessa concepção para o alcance do poder. Com o G-20 o Brasil posicionou-se na defesa dos direitos de potências menores, ao mesmo tempo em que aspiraria ao *status* das grandes potências (Garcia, 2005). O Brasil como um dos líderes dessa coalizão procurou relançar, através de outros meios, o perfil reivindicatório da política externa brasileira. Contudo, impulsionados pela atuação do G-20, os países em desenvolvimento alcançaram maior poder no processo negociador da OMC. O Brasil junto com a Índia passou a integrar os cinco atores, ao lado dos Estados Unidos, União Europeia e Austrália.

- Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) ¹⁹: Bem como o G-20 o IBAS também representa uma estratégia da política externa do Brasil na sua atuação internacional. As propostas de ação do fórum têm como objetivo a cooperação entre os membros, visando intercâmbios técnicos e comerciais; cooperação entre países em desenvolvimento, além de cooperação política que buscava um novo equilíbrio de poder. Para Nogueira (2008) é

¹⁸ É um agrupamento de países em desenvolvimento de três continentes, constituído no período que antecedeu a V Reunião Ministerial da OMC em Cancun, com o objetivo de unir países com especial interesse na eliminação das distorções e na liberalização do comércio agrícola. No período posterior à Reunião de Cancun, o Grupo consolidou-se como interlocutor essencial nas negociações agrícolas da OMC e teve atuação decisiva na fase final de negociação do acordo-quadro em agricultura, aprovado pelos Ministros em Genebra no dia 31 de Julho de 2004.

¹⁹ Estabelecido em junho de 2003, quando foi emitido o primeiro documento do grupo, a “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes, três países emergentes, três democracias multiétnicas e multiculturais, que estão determinadas a contribuir para uma nova arquitetura internacional, a unir voz em temas globais e aprofundar o seu relacionamento mútuo em diferentes áreas. Ele se concentra em três pilares: concertação política, cooperação setorial e o fundo IBAS.

importante ressaltar o caráter desenvolvimentista da política externa brasileira nas propostas de ação do Fórum IBAS. Destacou-se a proposta brasileira para a diminuição das desigualdades internacionais, ou seja, unir vozes em temas globais, além de aprofundar o relacionamento mútuo em diferentes áreas na arquitetura internacional.

- ASPA (Cúpula América do Sul -Países Árabes)²⁰: Em 2003 Luis Inácio Lula da Silva propôs a criação desta cúpula, e em 2005 foi formalmente criada na I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorrida em Brasília. Segundo Fagundes (2011) o incremento das relações comerciais e diplomáticas entre duas regiões que concentram grandes reservas de petróleo apenas ratifica a importância estratégica do multilateralismo adotado pelo governo de Lula da Silva. Pontos estratégicos são comuns para os integrantes da ASPA junto a organizações internacionais, sobretudo a ONU, sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável e ao combate da pobreza nos países menos desenvolvidos.

- Cúpula BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China África do Sul) ²¹: O objetivo desta cúpula é a formação de alianças flexíveis com o objetivo de promover ações conjuntas para o maior equilíbrio nas relações internacionais, especialmente nas instâncias multilaterais. Um importante ponto de convergência entre os BRICS é a demanda por maior representação nas instituições financeiras. A iniciativa dos BRICS corresponde a uma diplomacia abrangente que busca o reforço das relações econômicas. Esta coesão pode gerar blocos econômicos ou pelo menos acordos nesta área que aumenta o crescimento dos seus membros, o que pode conseqüentemente torná-los mais aptos a exercer influência internacional (Flemes, 2010). Através das ações conjuntas realizadas pela Cúpula BRICS, o Brasil tem condições de sugerir reformas, atualizações das instituições financeiras, além de fazer avançar discussões em relação a temas globais, como por exemplo, o acesso aos recursos naturais do mundo e a própria governança mundial.

A terceira linha consiste na defesa e fortalecimento do multilateralismo, especialmente, pela reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a inclusão dos países em desenvolvimento entre os membros permanentes, de modo

²⁰ Integram a ASPA 34 países, entre Estados sul-americano e árabes, sendo o Brasil o coordenador regional sul americano. As ações de seguimento da ASPA são conduzidas por meio de intensa agenda de reuniões de ministros, altos funcionários e especialistas, bem como por intermédio de cinco comitês Setoriais que conduzem ações de cooperação nas áreas econômica, cultural, científico tecnológica, ambiental e social.

²¹ A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "*Building Better Global Economics BRICs*". Fixou-se como categoria da análise nos meios econômicos financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa do Brasil, Rússia, China e por último em 2011, África do Sul.

a reforçar a sua legitimidade e representatividade. O Brasil almeja participação como membro permanente já desde os governos anteriores, notadamente desde o governo de Itamar Franco. Mapa (2010) observa que tal objetivo durante o governo Lula da Silva recebeu grande impulso pelas ideias do Ministro Celso Amorim: “O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial e econômico e cultural” (2003b: 43).

Como vimos no capítulo anterior a política externa entre os recursos do *soft power* é a mais visível. Lula da Silva tornou-se, como uma habilidade do *soft power*, um jogador tridimensional no âmbito internacional através de suas cooperações com países de diferentes parte do mundo, uma estratégia que eleva o seu poder de atração perante a comunidade internacional. Um fator essencial para o *soft power* que pode ser mensurado realizando pesquisas de opiniões (*polls*) ou grupos de focos. No entanto, o Brasil mediante a uma postura de “comunicar-se” com o mundo, principalmente a adoção de políticas de valorização com os continentes africano e asiático resultou em uma imagem positiva na comunidade internacional. Como relata uma pesquisa anual do serviço mundial da *BBC POLL 2011* conduzido por 27 países revela que as opiniões positivas sobre o Brasil tiveram o maior aumento entre as nações pesquisadas passando de 40% para 49%. Já a visão negativa sobre a atuação brasileira caiu três pontos percentuais para 20% (Fellet, 2011).

2.4 - Eixos estratégicos nas relações políticas do Brasil no governo Lula da Silva

Na visão de Pecequillo (2008) a política externa brasileira focava na importância de articulação de eixos estratégicos, sendo estes o vertical (hemisférico-bilateral) e o horizontal (global-multilateral). Os EUA foi um importante parceiro nesta relação vertical. Reconhece-se a necessidade de incrementar o poder de barganha nacional à medida que este país realiza negociações com outros Estados, considerados fortes. Ainda conforme Pecequillo o conceito dos EUA em relação ao Brasil durante o governo de Lula da Silva era de um poder estabilizador nas contenções de instabilidade na América do Sul. O Brasil durante este período demonstrou capacidades diplomáticas e habilidades políticas para resolver os conflitos existentes nos países vizinhos, a assumir o papel de mediador de conflitos locais, como conflitos na Venezuela (2003), Bolívia (2003 e 2006),

Equador (2004), Honduras (2009) e Haiti (2003). Esse posicionamento foi visto de uma forma positiva pelos EUA, como ressalta a secretária de Estado na época Condoleezza Rice em dois momentos distintos:

“(...) os EUA busca no Brasil um parceiro regional e um líder global (...)” (Rice, 2005).

“O Brasil vem desempenhando um papel muito positivo nos últimos eventos aqui na região. Portanto, o Brasil que é uma grande democracia multiétnica deve desempenhar um papel fundamental não só nos assuntos regionais, mas nos globais.” (Rice, 2008)

Esta nova imagem que o Brasil estava a conquistar levou um amadurecimento nas relações com os EUA e a UE onde diálogos estratégicos foram mais frequentes com ambas as regiões. As ações brasileiras na América do Sul, na ONU, na OMC e em questões específicas do Oriente Médio (nas negociações de Annapolis em 2007 o Brasil foi convidado como interlocutor do processo de paz patrocinado pelos EUA) contribuíram para o Brasil conquistar uma maior credibilidade no cenário internacional.

O eixo horizontal é representado pelas parcerias com as nações emergentes, por suas semelhanças como grandes estados periféricos e países em desenvolvimento como Índia, China, África do Sul e Rússia, como já mencionado acima os BRICS. A agenda também é composta por países menos desenvolvidos da África, Ásia e Oriente Médio, cuja influência no cenário internacional é menor do que o do Brasil. Este eixo representa a dimensão terceiro mundista da política externa, também definida como relação Sul-Sul (Pecequilo, 2008). Diante deste cenário e dos comportamentos reproduzidos pode-se dizer que os benefícios potenciais deste eixo são econômicos, estratégicos e políticos. O então ministro das relações exteriores em entrevista concedida a Paiva em 2008 resume o crescimento da ação brasileira no eixo horizontal:

“Ao criarmos o G-20 acabamos por extrapolar o âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Isso nos valeu uma credibilidade enorme com os países em desenvolvimento que acaba enfim se refletindo no clima dos negócios. Entre 2003 e 2007 num contexto em que as relações comerciais do Brasil cresceram como nunca, a participação dos países em desenvolvimento no montante de nossas exportações que era de 45%, trocou de posição com dois países desenvolvidos que correspondia a 55%. Hoje é exatamente o contrário, o que nos deu

um colchão para enfrentar a crise. A maioria dos economistas está dizendo agora que a esperança de crescimento do mundo reside nos países emergentes (...). Nós tivemos a intuição- ou percepção- disso antes das coisas acontecerem.” (Amorim *apud* Paiva, 2008, J5)

Os críticos eventuais tais como o Albert Fishlow (2008) mencionou que o desenvolvimento dessas relações Sul-Sul é uma das razões pelas quais o Brasil encontra-se menos vulnerável aos problemas na economia dos EUA. Fishlow, economista, da Columbia University, sempre defendeu a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) no lugar das iniciativas do Brasil com a China, a África, os países árabes e, sobretudo com a própria América do Sul. Porém, quando se fala agora sobre o Brasil e a crise dos EUA, não há questionamentos de que o Brasil optou pelo caminho certo (Fishlow, 2008). A visão do Brasil hoje, até mesmo por alguns críticos, é de um país ao qual cabem as responsabilidades crescentes e um papel cada vez mais central nas decisões que afetam os destinos do mundo.

As coalizões estratégicas do Brasil com os países emergentes demonstra um elemento que mexe com as estruturas nas relações internacionais que estavam até então vigentes. Como referido no primeiro capítulo os países emergentes como Brasil, China e Índia são citados por Nye com um potencial de disseminar seus poderes brandos nesta era da informação global. A notabilidade dos países emergentes e seus envolvimento com as questões internacionais cria um novo equilíbrio no sistema internacional, ou seja, um contrapoder no século XXI. A história da diplomacia brasileira há tempos direciona-se para um mundo em desenvolvimento, especialmente logo após a Segunda Guerra mundial. Chanceleres como San Tiago Dantas, Gibson Barbosa, Azeredo da Silveira, Saraiva Guerreiro, Chanceleres a serviço do paradigma desenvolvimentista procuravam cooperação de capitais, ciência e tecnologia do norte, como também almejavam os mercados do sul para exportação de manufaturados, sendo a primeira linha de indução e a segunda de sustentação do processo desenvolvimentista. No entanto, segundo Cervo (2009), a relação com os países emergentes, durante o Brasil democrático, especialmente na era de Fernando Collor de Melo foi sacrificado e contrariado durante o ciclo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

As relações com os países emergentes envolvem algumas dimensões do modelo de inserção internacional, que demonstra a importância da conveniência do universalismo

da política exterior (Cervo, 2009). Os emergentes contribuem de modo concreto para o estabelecimento da ordem internacional na era da globalização, com o objetivo de tornar suas regras e regimes compatíveis com a comunidade internacional como todo, e não mais promotores de interesses materiais e bem estar de uma parte da humanidade. Eles também estabelecem mecanismo entre si, que promovem diversificação dos mercados e exportações de melhor qualidade, facilitam à internacionalização das empresas, bem como a cooperação científica, cultural e acadêmica o que resulta em progresso e promoção do bem estar de suas populações. Dessa forma o Brasil ao ampliar sua presença aos arredores do mundo demonstra a sua tendência de país universalista, cooperativo e não confrontacionista, ou seja, um atuação branda como defende o *soft power*.

Esta coadunação de eixos, como afirma Pecequilo (2008), tem se provado essencial para a recuperação do *status* de potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós Guerra Fria. Portanto, não existe escolha entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, os eixos Norte-Sul, horizontal ou vertical, mas sim a sua combinação. Por vários séculos a nossa visão estava atrelada as percepções colhidas por observadores europeus e norte-americanos sobre sociedades geograficamente distantes da nossa como Ásia, Oriente Médio e até mesmo da nossa vizinha África. No entanto, a intensificação do diálogo e do intercâmbio direto com essas e outras regiões exige, sobretudo vontade política, como destaca Celso Amorim:

“O grande diferencial é que deixamos de lado a velha dicotomia (...) Melhoramos as nossas articulações com África, China, Índia sem hostilizar os EUA e UE que tem tido conosco um dialogo muito privilegiado(...) Por outro lado não preciso olhar para EUA e Europa para enxergar o Oriente Médio e a África”.(Amorim *apud* Paiva, 2008, J5)

A participação do Brasil na esfera da governança global refletiu uma participação pró-ativa no tabuleiro do jogo internacional de coalizões, que envolveram algumas nações emergentes, apresentando limites oriundos das carências do recurso de poder e que assim permitiu ao Brasil um posicionamento privilegiado de liderança, como por exemplo, nações do continente Africano. O Brasil durante o governo Luis Inácio Lula da Silva fez surgir um novo capítulo nas relações com o continente Africano.

O governo Lula da Silva aumentou o perfil das relações com os países africanos principalmente os de língua portuguesa, tendo em vista não apenas as relações econômicas, mas também como já fora mencionado o resgate da dívida humana, social e cultural. Com o fim do regime do *apartheid* e a superação dos conflitos internos em Angola e Moçambique as sociedades africanas movimentaram-se para sanar as problemáticas deixadas pelos conflitos e um novo olhar para um futuro mais promissor começou a ser traçado pelos africanos. Surge então um processo de renascimento africano e o Brasil teve como compromisso fazer parte desse renascimento através de uma renovada agenda política, econômica, social, comercial e cultural com alguns países africanos. Segundo Celso Amorim (2003b) em visita ao continente Africano: “Os caminhos para a África se reabrem e apontam um reencontro solidário de brasileiros e africanos, em sintonia com a motivação e as aspirações de amplos setores de nossa sociedade”.

CAPÍTULO III – Continente africano no século XXI

3.1 – A luta pela independência africana

A África contribuiu para mudar o curso da história mundial de uma forma que ela não é mais um continente passivo submetido às ações dos demais estados, sobretudo a partir dos anos de 1960. As ações da África igualmente contribuíram para transformar os destinos de outros países. No entanto, após a independência, a maioria dos países africanos, como por exemplo, Angola, Congo, Moçambique, tiveram dificuldades para se colocarem como um todo com vistas ao desenvolvimento político e econômico.

Kwame Nkrumah o presidente de Gana (1960-1966) foi um dos fundadores do Pan-Africanismo²². Um grande ativista para a descolonização da África. Para Nkrumah: “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento” (Nkrumah *apud* Mazrui, 2010:126). Esta posição defendia primeiramente a solidificação política do estado, que estaria atrelado à independência dos países africanos e como resultado traria melhorias para o continente.

No entanto, esta posição política vai de encontro a uma lógica no campo filosófico que fala de condição suficiente e condição necessária. A soberania política, ou seja, o reino político, era uma condição necessária para que a África realizasse suas aspirações políticas essenciais que a independência vos traria, porém ela por si só não seria suficiente. A última frase “todo o restante vos será dado em suplemento”²³ não seria algo que se veria na prática (Mazrui, 2010). A “soberania política” chegou para alguns países através da independência, porém, estes países não estavam preparados economicamente e muito menos politicamente para andar com as suas próprias pernas. Os estados africanos que conseguiram a liberdade logo em seguida mergulharam numa profunda guerra civil. Essas guerras foram a causa mais imediata da pobreza do continente, onde os recursos que poderiam ser usados para o desenvolvimento do País foram desperdiçados nos conflitos,

²² O Pan Africanismo é um movimento político, filosófico e social que promove a defesa dos direitos do povo africano e da unidade do continente africano no âmbito de um único Estado soberano para todos os africanos, através do reagrupamento das diferentes etnias divididas pelas imposições dos colonizadores. Em parte foi responsável pelo surgimento da Organização da Unidade Africana. O movimento foi bastante difundido fora da África. Valorizam a realização de cultos aos ancestrais e defendiam a ampliação do uso das línguas e dialetos africanos, proibidos ou limitados pelos europeus.

²³ Para os marxistas esta declaração se aplicaria da seguinte forma: “Procurai primeiramente o reino econômico e todo o restante vos será dado em suplemento” (Mazuri, 2010:126)

como foi o caso de Angola que estudaremos mais adiante²⁴. Essa situação corroborou que mediante a lógica condição suficiente e condição necessária, a soberania política por si só não foi o suficiente, pois os seus líderes não tinham a condição necessária para estabilização econômica na região que desencadearam os conflitos em algumas regiões africanas, como Angola.

A luta pela soberania política em alguns estados africanos no período colonial se desdobrou em quatro etapas e por vezes se interligavam (Mazrui, 2010). O primeiro momento antecedeu a Segunda Guerra Mundial marcada pela agitação das elites africanas por uma maior autonomia. As organizações das elites foram figuradas em associações culturais e os grupos de interesses. Surgem nas colônias vários tipos de associações, tais como: sindicato dos leiloeiros de Lagos, em 1932; associação dos pescadores de Lagos, em 1937; associação dos motoristas de taxi, em 1938. Estas associações surgiam ou pela etnia, ou pelo parentesco, quer da solidariedade existente no seio da urbanizada mão de obra migrante, ou quer sob um sentimento de alienação ressentido pelos africanos no sistema de exploração colonial.

Na África mulçumana as organizações culturais estavam ligadas à religião muito mais que etnia. No estrangeiro formara-se também outras organizações culturais de interesse da elite instruída entre africanos e afrodescendentes. As técnicas empregadas contra o imperialismo durante esta fase tinham, essencialmente, um caráter não violento e fundavam-se na agitação. Porém, houve exceções como à luta dos etiopeses contra a ocupação italiana (Mazrui, 2010).

Surgiu em seguida um período caracterizado pela participação das massas africanas na luta contra o fascismo e o nazismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a África teve que escolher entre o imperialismo liberal e burguês e um imperialismo situado sob o símbolo de uma nova ameaça – o nazismo e o fascismo. Este dilema esteve mais presente nas colônias francesas, uma vez que a França estava submetida à ocupação e dividida em duas. Ainda no período da Segunda Guerra Mundial o continente africano foi amplamente

²⁴ Os conflitos na África levaram a um impacto econômico, segundo mostra o relatório da ONG Oxfam, Iansã e Safewood onde US\$ 284,00 foi o custo para o desenvolvimento do continente causado pelos conflitos armados entre 1990 e 2005. A investigação mostrou que essa soma foi aproximadamente ao valor de toda a ajuda financeira internacional recebida pela África no mesmo período (Africa's missing billions, IANSA, Oxfam, and Saferworld, October 2007)

envolvido na guerra, através de suas metrópoles que fizeram surgir dúvidas se esta participação era devido à colaboração com as potências colônias, ou, ao contrário, uma fase particular na luta anticolonial na região. Para Mazrui:

“O engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo, mas uma luta contra a forma de hegemonia ainda mais perigosa. Paradoxalmente, o engajamento da África na guerra representou uma parte integrante da luta contra a exploração estrangeira e a busca da dignidade humana.”
(2010:113)

Diante deste questionamento, era claro o favorecimento do continente africano às metrópoles (em particular a Grã-Bretanha e a França) que os africanos já estavam familiarizados, ao invés do domínio do nazismo e o fascismo. Especialmente da Alemanha, onde os africanos já experimentaram a severidade alemã, antes do nazismo (como os povos da Tanganyika e do Tongo). Os germânicos já eram considerados pelos africanos como uma das potências imperialistas mais brutais que a África já conhecera.

Outro momento da luta da soberania política se deu após a Segunda Guerra Mundial com a luta não violenta das massas por uma total independência. Fundado por Mahatma Mohandas, Gandhi conduziu a primeira campanha de desobediência civil lançada na África do Sul. Nos anos 1950, o Congresso Africano e o Congresso Sul-Africano Indiano esforçaram-se para coordenar a luta dos africanos, dos indianos e dos mestiços em uma campanha de massas contra a legislação relativa ao passe livre, o *Group Areas Act*, ato jurisprudente organizador da segregação promotora da retribalização dos africanos. A campanha foi bem sucedida com uma expressão da solidariedade entre vítimas das opressões, porém, foi um fracasso ao que se refere o objetivo que lhe impunha a luta contra os opressores (Mazrui,2010).

Keneth Kaunda, líder político em Zâmbia, insistia na necessidade de recorrer a resistência passiva ou a desobediência civil. Ele buscava a soberania política de forma não violenta “Eu rejeito categoricamente a violência sob todas as formas como solução para os nossos problemas”(Kaunda *apud* Marzuri 2010: 143). A oposição africana a luta armada também se manifestou na primeira Conferência dos Povos Africanos, em 1958 em Gana, onde a independência se tornara uma realidade.

As estratégias gandhistas de libertação tiveram sua aplicação suspensa na África nos fim dos anos 1950. Quando a Argélia se tornou independente em 1962 ficou muito evidente que as colônias portuguesas e os territórios onde o poder estava nas mãos de minorias brancas dificilmente seriam libertados de forma pacífica. Para os africanos, métodos de desobediência civil de Gandhi não teriam possibilidade alguma de sucesso, e sim, teriam como consequências repressões violentas como massacres de civis desarmados, como ocorrera o massacre de Sahrerville²⁵, em março de 1960.

Logo em seguida veio a era de libertação armada pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, principalmente a partir dos anos 1960. As lutas armadas nesse período eram consideradas as lutas armadas mais modernas e fortemente internacionalizadas. Nas colônias portuguesas na África Austral e na Argélia foram confrontos que tiveram a participação de países fora do continente africano. Esta participação dava-se desde a ajuda financeira ao fornecimento de armas, incluindo o envio de tropas. O exemplo foi a intervenção das tropas cubanas na luta em defesa da soberania de Angola. Um dos maiores apoios externos para uma guerra de libertação africana. A luta armada na África Austral foi o meio mais utilizado na conquista da independência dos estados africanos e que deixou algumas metrópoles em situação difícil. Entre eles, Portugal, que durante esse período teve sua imagem desgastada e levou ao golpe de Estado em abril de 1974, seguido pelo outono do Império português. A luta armada desdobrou-se na independência do Zimbábue, em 1980 e Namíbia, em 1990 (Mazrui, 2010).

Como referido anteriormente, a luta africana pelo reino político e suas fases para a conquista da independência política era uma condição necessária, mas certamente não o suficiente para a realização de uma África completa em suas ambições. Pelo contrário, a situação em que ficaram alguns países elevou o continente a uma imagem pessimista perante outros países e perpetua até os dias atuais para alguns países que fazem parte do sistema internacional. Países economicamente arruinados como Gana, e outros

²⁵ Ocorreu na cidade de Sharpeville, na província de Gauteng, África do Sul, um protesto realizado pelo Congresso Pan-Africano contra a Lei do Passe que os limitavam onde eles podiam ir. Marchavam pacificamente e foram metralhados pela polícia onde morreram 69 pessoas. Depois deste ocorrido a ONU focou a sua atenção pela primeira vez a questão do apartheid e implementou o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial.

politicamente devastados como Uganda, são exemplos que confirmam a lógica de condição necessária e condição suficiente.

3.2 - Renascimento da África no século XXI

No século XXI uma nova África está a formar-se e pode ser constada essa nova fase com a inserção internacional dos estados africanos e o crescente interesse de grandes potências internacionais no continente neste século. A África está a buscar nos últimos anos a superação do drama histórico de conflitos civis, o avanço gradual de democratização dos regimes políticos e o controle dos conflitos armados. Vale salientar também o favorável crescimento econômico que os Estados africanos estão a viver associado a reformas macroeconômicas satisfatória com responsabilidade fiscal e preocupação social (Saraiva, 2008). Esse novo quadro eleva a confiança dos investidores nesta região.

Antigos poderes estão sendo superados, ou seja, uma democratização dos regimes políticos ocorre em várias partes da África. Neste âmbito de cooperação identifica-se a utilização da teoria construtivista para explicar certas questões na África, como foi mencionado no primeiro capítulo, a teoria construtivista complementa a ação do *soft power* no sentido de fazer indagações sobre as mudanças e examinar o contexto social. Uma Análise construtivista de uma determinada região destaca características importantes de identidade que influencia na natureza da cooperação tanto com os doadores como também com os investidores, principalmente em setores econômicos onde identidades e interesses são socialmente construídos ou já existentes, como exemplo a relação Brasil e Angola (Herman, 2013).

África negra, considerada a região mais pobre do mundo, cresce desde 2003 5% e 6%²⁶ anualmente. A globalização movimenta a economia de todo continente. Reformas econômicas, redução da vulnerabilidade externa gerada por saldos exportadores e a crescente atração de investimentos externos são fatos que sinalizam a sustentabilidade da economia africana que chama atenção das agências internacionais como o FMI e o Banco

²⁶ Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, o PIB da região cresceu de 4% em 2003, para 5,7% em 2004, 5,6% em 2005, 4,8% em 2006 e 6% para 2011 e 2012. O crescimento da África foi no período mencionado, acima da América Latina e do crescimento brasileiro. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/reorepts.aspx?ddlYear=-1&ddlRegions=11>

Mundial. “A África vem sendo escolhida como parte das prioridades para novas áreas e carteiras de empréstimos do Banco Mundial” (Saraiva, 2012). Para Sophie *apud* Taylor:

“Uma análise madura do lugar da África no mundo necessita entender como as relações estado-sociedade, a sociedade dos estados e do mundo não-estatal interagem com a política econômica global e influencia nos negócios das pessoas e comunidades da África Subsariana.”²⁷(9: 2013)

O crescente interesse da comunidade econômica internacional pelo continente africano está levando algumas regiões em África a um momento de otimismo, principalmente a África Subsaariana. Desenhos de uma África mais democrática eleva a confiança dos mercados internacionais. Iniciativas políticas e culturais fazem ressurgir uma nova África, totalmente diferente das nascentes independências em fins dos anos de 1950 e início da década de 1960, quando predominavam sentimentos rancorosos do anticolonialismo, e muito menos do renascimento político dos anos de 1960 e 1970 que foram momento das guerras civis. O renascimento do século XXI mostra uma África que quer caminhar para frente e evidencia outra forma de renascer, mais eficaz que anterior, mais pragmática, a fazer referência a outras formas de africanidade pelos discursos políticos e com outras alusões culturais, políticas e sociais.

Observa-se que a cultura, a política e a economia começam a caminhar juntas e de forma mais estruturada para os africanos do século XXI. Uma visão mais positiva é comprovada com a presença de autoridades chinesas, norte-americanas, brasileiras, agentes de empresas multinacionais e organizações não governamentais (ONG) em terras africanas (Saraiva, 2008). Vale salientar que esta última, no que concerne às questões humanitárias, está cada vez menos presente e o que observamos é a presença cada vez mais de atores econômicos e estratégicos globais na região. Isso já demonstra que os africanos não querem ser vistos apenas como uma fonte de imaginação política dos outros, ou mesmo de seus descendentes nas Américas, ou apenas como um lugar sagrado do passado, de dívidas históricas espalhadas por todo o mundo que leva a viver apenas de doações pela compaixão (Saraiva, 2008).

²⁷ Tradução livre.

A nova visão que este continente está a conquistar é de senhora de recursos minerais globais. A África é fonte de cobiça por 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e de 10% a 15% do petróleo. São aproximadamente 30 os recursos minerais do mundo que a África detém. Porém, até o momento só participa de 2% do comércio mundial e possui apenas 1% da produção industrial global (Saraiva, 2012). Deste modo a África representa um panorama atrativo para investimentos externos, bem como a sua reinserção na política internacional. Com o mundo atento a África o preconceito e o pessimismo que relacionados com a marginalização da região está a ser gradualmente superado com ajuda de relatórios e publicações mais otimista acerca deste continente. “Mais do que nunca, os discursos de marginalização da África é um discurso sem sentido.” (Taylor & Williams *apud* Saraiva 2012:62)

O resultado é a crescente internacionalização do continente africano. Porém, surge uma preocupação de políticos e intelectuais africanos que estes novos mecanismos entre as elites locais e internacionais não tragam a autonomia decisória, nem o desenvolvimento sustentável ao continente, com o receio de uma nova partilha da África. Nas palavras de Saraiva:

“Se os investimentos externos diretos crescem de forma consistente, oriundos tanto das grandes empresas financeiras quanto das produtivas, é também verdade que estes investimentos estão dirigidos por certa lógica de ocupação territorial e estratégica da África por grandes potências, instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais ancorados em bases estatais.” (2012:65)

Ali Mazrui, um dos mais influentes politólogos africanos, chamou atenção durante uma conferência internacional que a África está em busca da sua própria doutrina Monroe: África para os africanos. A redução dos conflitos armados internos ou que envolvem relações internacionais em África não pode ter apenas soluções “exógenas”, pois o principal é a solução doméstica que vem a ser conduzida entre o povo e elites locais. Mazrui alerta (2002: xi): “A busca da paz dos africanos pelos próprios africanos, não é apenas uma extensão da paz internacional, mais é um processo de Pax Africana²⁸.”

²⁸ Tradução livre.

Diante desta preocupação, os africanos estão a construir uma autonomia mais decisória, buscam soluções nacionais para os seus desafios na área social e da cidadania e procuram canalizar suas energias em projetos mais produtivos para elevar o seu desenvolvimento. Uma das ações dessa vontade política foi o fim dos conflitos existentes internamente, além de engajar-se em programas voltadas para metas do milênio, como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e assim modificar os indicadores sociais. Não podemos deixar de mencionar o desenvolvimento de parcerias internacionais, só que dessa vez horizontalmente e não mais verticalmente com os velhos e novos parceiros como, por exemplo, a Cooperação Sul-Sul.

Uma ação também muito importante nessa busca de autonomia perante outras potências foi a criação da NEPAD em 2001. O desejo de alcançar a capacidade de construção do futuro, as lideranças africanas estão atrair para si a responsabilidade de superação da marginalização que lhe foi imposta na década de 1990. Como lição aprendida, a luta por um lugar mais ativo, menos subsidiário na altura de globalização assimétrica atual representa o quadro estratégico da NEPAD (Saraiva, 2012).

A NEPAD é um programa da União Africana adotado em 2001 com propostas de melhorias locais vista com seriedade pelos africanos com o objetivo de reverter à situação de pobreza, capacitar às mulheres e elevar os países africanos, tanto individualmente quanto coletivamente, no caminho do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e acabar com a marginalização da África.

Erradicar a pobreza na África e colocar os países africanos, individual e coletivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é o objeto no processo de globalização. (NEPAD, documento oficial, 2001 parágrafo 67)

A iniciativa de criar um programa como este demonstra a retomada da confiança e reconstrução da identidade do continente. Com metas similares aos Objetivos do Milênio proposto pelas Nações Unidas e outras bem mais ambiciosas, como atingir o Produto Interno Bruto (PIB) médio dos países em 7% a.a nos quinze anos seguintes a elaboração dos documentos (Gilley, 2010). Instituições financeiras avaliam como plano de

desenvolvimento, um mecanismo que trabalha para melhorar os esforços para o desenvolvimento da região africana.

A NEPAD retrata o desejo do continente africano em ter um lugar mais ativo, menos subsidiário na globalização assimétrica atual, uma ação estratégica. Tendo a democracia como seu eixo transversal ela teria o objetivo, no campo da cidadania e da tranquilidade social, de ser o instrumento para consolidar a democracia e de engendrar a adequada gestão econômica no continente. Lideranças africanas estariam engajadas no envolvimento social, ou seja, na inclusão do povo no processo. Além disto, a ideia do envolvimento da sociedade civil representa o ponto alto na formulação da NEPAD. A vontade política dos líderes deve corresponder à exortação das sociedades africanas nas suas adversidades, como retratado no parágrafo 55 do texto oficial de 2001, no sentido de que se mobilizem para pôr fim à marginalização internacional (Saraiva, 2012).

A sua formação teve contribuições de projetos anteriores, como Renascimento Africano em 1990, o Plano Omega, do Senegal, a Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação da África, da África do Sul, e da fusão de ambos na Nova Iniciativa Africana, bem como nas incursões da Comissão Econômica para a África. Todas estas reformatações partilharam uma característica comum: eram voltadas para a construção de uma nova política de desenvolvimento para a África. Entretanto, desde a sua criação, a NEPAD vem construindo o seu próprio caminho, mesmo sendo alvo de muitas críticas. As últimas tiveram a ver com o fato de grande parte das metas estabelecidas pela NEPAD ainda não terem sido alcançadas. Para Gilley (2010) esta iniciativa não conseguiu vencer a corrupção, nem o surgimento de governos que buscam perpetuar-se no poder, tornando-se quase numa ditadura. No campo econômico esperava-se uma sinergia, um cometimento maior dos países desenvolvidos.

Saraiva (2012) defende esta ausência de sucesso a alguns aspectos, dentre eles o surgimento da NEPAD no mundo pós-11 de setembro, momento em que o ambiente internacional estava voltado ao combate do terrorismo internacional. Este foi o momento em que houve menor permissibilidade aos projetos da NEPAD. Contudo, o Brasil não passou despercebido nesta discussão e demonstrou o seu interesse durante Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, como algo positivo esta iniciativa Africana:

“A NEPAD é uma das razões para o otimismo. Ela significa o reconhecimento de que a África, ela mesma possui a chave para o seu próprio desenvolvimento. É uma iniciativa que nasce na África baseada no profundo conhecimento das realidades diárias do continente. E inclui reforço mútuo na direção da criação de um ciclo virtuoso de inclusão social, desenvolvimento e paz”.
(Amorim *apud* Saraiva 2012:90)

3.3 - Os desafios da nova África e os interesses internacionais

O surgimento e a extensão de desafios ainda persistentes em África muitas vezes não acompanham a rapidez da sua integração na comunidade internacional no que se refere às soluções para estes desafios. Segundo Saraiva (2012), quatro são os desafios que a África ainda irá vagar nos próximos anos. O primeiro deles é o que concerne à baixa alternância do poder no continente, ou seja, perpetuação de governantes. Esta situação persiste no continente, porém ganha uma nova proporção na passagem da primeira para a segunda década do século XXI. Isto acontece até mesmo em países politicamente estáveis, como Angola que está em processo de crescimento notável. Outro caso é Gabão, um dos países mais prósperos em recursos naturais da África Subsariana, é comandado por um governante envelhecido, sem criatividade e visão política necessária para o desenvolvimento do País. Esta situação deixa de lado reformas democratizantes, mesmo com a presença de elites no País que estão ligadas ao mundo contemporâneo e almejam permanecer no próprio País e contribuir para o seu desenvolvimento (Saraiva, 2012).

O segundo desafio está atrelado à formação de novas elites políticas que lutavam pelo controle do Estado e de setores médios das populações urbanas das grandes metrópoles do continente que se vinculam ao tema do narcotráfico internacional. É um problema relativamente novo, com raízes nos recursos utilizados na guerra em África, bem como nas guerras pelos diamantes, como vivenciada em Angola. Esta situação evidencia o problema das conexões transnacionais características da era global e as novas formas de organização e violência que corresponde a um composto de guerra praticado ou pelos estados ou por grupos políticos, de crime organizado e de violações aos direitos humanos. O surgimento de novas guerras com caráter essencialmente político, onde a globalização é um contexto fundamental para se compreender a manifestação dos novos tipos de organização da violência, tem como consequência o impacto da intensificação

das interconexões globais. Nesse sentido ocorre a uma privatização da violência levando a uma desintegração do Estado, a perda da sua legitimidade, a redução de recursos e fragmentação militar (Kaldor,1998).

As políticas públicas são o terceiro desafio que o continente enfrenta para manter e ampliar o ganho econômico dos últimos anos em um momento em que há o maior crescimento econômico global de sua história. “A África necessita de uma elite africana mais comprometida com autonomia decisória e de boa integração do continente aos processos econômicos globais.” (Saraiva 2012:82). Apesar da África, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ter passado a receber mais recursos advindos de investimentos do que de ajuda internacional, essa equação poderá se inverter se não houver responsabilidade dos seus governantes em administrar esses recursos. Controle da inflação e responsabilidade fiscal, como já foi mencionado antes, foram movimentos importantes de normalização por governos responsáveis no final da década de 1990. Pode-se dizer que: se houver uma regressão nessa área, o crescimento da dívida externa seria arrasador para os avanços já conquistados pelo continente africano.

Quarto e último desafio que pode ser enfrentado pelo continente nos próximos anos está relacionado com as novas dificuldades que chegam mediante ao novo cenário internacional que os estados africanos estão a viver, daí fraquejar mediante aos desafios e recorrer ao velho discurso de vítimas que perdurou por muitos anos (Saraiva,2012). Discurso que não mais condiz para os africanos que constroem no dia a dia o seu futuro. Como já mencionado, cada vez mais a África recebe menos ajuda humanitária, como as que foram recebidas pelo continente na década de 1990, mas que só trouxe resultados práticos reduzidos para as populações e que no final das contas só reforçavam os esquemas de poder das elites perversas. Uma falsa piedade que contribuía para aumentar as diferenças sociais, econômicas e políticas.

“O desafio psicológico e social é portanto, o do principio clássico do ensinamento do pescar, e não comer o peixe pescado por outros. Se pela primeira vez na história o continente recebe mais investimentos que ajuda, e avançou tão bem, o modelo que deve dirigir a relação da África com o mundo é o modelo do investimento, não o da esmola.” (Saraiva, 2012:83)

O apelo para mais investimentos econômicos e menos ajuda humanitária, corresponde ao crescente interesse da comunidade internacional em investir em negócios no continente africano, especialmente na África Subsaariana. E o que chama mais ainda atenção em relação a estes investimentos é a forte presença dos países emergentes²⁹ na região. Esse novo grupo de atores econômicos tem se mostrado fundamental para o processo de transformação econômica do continente, que está a resultar em parcerias mais diversificadas e com orientação frequentemente comercial (World Bank, 2011). Além disso, os países africanos têm-se beneficiado no campo do comércio, da saúde, da educação e de transferências financeiras adicionais. A relação de parceria com estes países emergentes está a diversificar as condições e os termos do desenvolvimento econômico que está a refletir na normalização das relações pós-coloniais do continente.

Em contrapeso com os parceiros tradicionais, as chamadas “potências emergentes” estão mais habituadas aos desafios no que concerne ao desenvolvimento que o continente africano enfrenta. Esses países emergentes, bem como alguns estados africanos, fazem parte da cooperação sul-sul. Cooperação que está associada ao conceito de não exclusividade e a relação *win-win*, adota uma abordagem holística, no qual o comércio e os investimentos são concebidos como meios legítimos e eficientes de alcançar um maior desenvolvimento para ambas as partes (Haibin, 2010). Diante deste conceito, os países africanos procuram compartilhar estratégias de boas práticas e soluções baseadas nas próprias experiências dos países emergentes. Essa relação proporcionou para África uma nova gama de produtos, bens de capital, comércio e tecnologia. Tecnologias elaboradas em países recentemente industrializados, especialmente naqueles que oferecem tecnologia tropical, ou seja, adaptáveis às circunstâncias africanas, principalmente os países da África Atlântica.

Os parceiros tradicionais ainda têm um maior peso, eles representam 80% dos fluxos dos investimentos estrangeiros diretos em África (Saraiva, 2012). Todavia, sua importância tem diminuído em comparação aos investimentos dos países emergentes e um dos fatores é que os emergentes não têm somente como meta os investimentos estrangeiros, mas sim, eles procuram ampliar parcerias com o continente africano em diversos setores como veremos mais adiante. Dessa forma os auxiliam a mudar a direção,

²⁹ Países considerados de economias emergentes no contexto global. Suas relações econômicas com a África foram marginais até a última década, mas que atualmente estão em expansão com a África.

ou seja, a não olhar mais para o passado a procura de culpados, mas sim caminhar adiante. O renascimento do século XXI é mais altruísta, evidencia outra forma de renascer, mais pragmática, bem como novos consensos, com outras referências culturais, políticas e sociais, diferentes do que se pregava na primeira geração das independências do século XX, onde muitos estados africanos mergulharam em longos anos de guerras civis.

Entre os emergentes que têm uma forte presença em África, está a China, cujo comércio exterior mais que triplicou durante o período de 2000 a 2009, passando de 5% para 16% e ultrapassando no ano de 2009 os Estados Unidos. Em comparação com as economias emergentes a China representa 38% do comércio exterior africano, seguido pela Índia (14,1%), Coreia do Sul (7,2%) e pelo Brasil (7,1%).³⁰ Com esses dados podemos perceber a presença dos países emergentes, como China, Índia e Brasil que fazem parte dos BRICS (além da Rússia e África do Sul), em África, já referido no capítulo anterior. Eles estão a atuar estrategicamente neste continente elevando o otimismo que a África está a viver, bem como, proporcionando a popularidade dos países emergentes e seu crescimento econômico.

Cada país tem suas próprias diretrizes políticas no continente africano e por sua vez os países africanos possuem especificidades e preferências em relação aos novos aliados. Neste capítulo destacaremos um dos integrantes do BRICS, a China. Um país distintos com forte presença em África imbuídos pelo mesmo sentimento de levar a sua influência aos países africanos, através de uma atração ao invés de coerção ou pagamentos, como defende a abordagem analítica do *soft power*. A China é considerada um país emergente que também partilha o objetivo do desenvolvimento econômico, da projeção internacional e expansão do acesso aos recursos naturais. O continente africano exerce um papel relevante nestas questões.

Habilidade na elaboração estratégica em relação à África fica patente na política da China, nos finais da década de 1980 e início da década 1990. Isolada pelos países ocidentais devido ao regime político de Pequim, China começa a promover a conexão África-China. Segundo Saraiva: “... tem todas as condições de ser a mais duradoura sobre todos os demais intentos de qualquer unidade estatal, mesmo dos Estados Unidos, de

³⁰ AFDB/OECD/UNDP/UNECA. 2011. Africa Economic Outlook 2011: Africa and its emerging partners. OECD Publishing.

estabelecer bases de cooperação ativa com o renascimento africano” (2012:63). Desde então, as relações sino-africanas estão constantemente intensificadas de maneira significativa por ambas às partes. A China tem como estratégia a exportação para a África do modelo político e econômico chinês com implicações para temas da agenda internacional, apresentando-se como um representante natural dos países em desenvolvimento. A exportação de bens industriais, armas e importação de produtos primários, exploração das fontes de recursos minerais estratégicos e de energia garantem a sustentabilidade do crescimento chinês.

A China por sua vez realiza investimentos, empréstimos e doações e contribui para a cooperação técnica e tecnológica, além da influência política sobre as elites africanas. No novo momento que a África está a viver a presença da China é um fator relevante. A sua atuação está direcionada para negócios em diversas áreas econômicas estratégicas, e não está voltada somente para comercialização de *commodities*, a exemplo dos setores de comunicações, indústria farmacêutica, infraestrutura pública. Um exemplo específico é a cooperação entre China e Angola na área da saúde que vai ser abordado no próximo capítulo.

A presença da China em África é alvo de visões diferenciadas por estudiosos da área das Relações Internacionais. A Deborah Brautigam vê este contexto de forma positiva onde há uma compatibilidade de interesses. Segundo autora:

“Assim, o governo chinês vem usando seu extraordinário amplo poder mais diretamente ao lidar com os líderes dos governos africanos e oferecendo-lhes muitos incentivos tais como empréstimos para o governo, muitas vezes, com taxas de juros muito baixas, ou permitindo isenção de impostos de produtos africanos na China com todas as outras atrações e concessões.”³¹
(2009:68)

No entanto, para Brautigam a China não veio assumir a África, mas sim criar oportunidades para o sucesso das suas empresas estatais. Esta abordagem representa uma estratégia política chinesa para salvar as empresas falidas, já que há um número elevado de empresas estatais no continente que fazem parte do grupo de organizações que se encontram obsoletas na China. Do lado africano a referida abordagem chinesa vai ao encontro da aspiração em garantir novos investimentos necessários em setores

³¹ Tradução livre.

econômicos importantes (Brautigam, 2009). Por base, a estratégia da China é estabelecer parcerias com empresas africanas para recuperar as empresas chinesas numa região onde tudo praticamente está para ser construído, onde os projetos desde a reconstrução das cidades até os de infraestrutura possam ser financiados pelo Partido Comunista da Republica Popular da China através das empresas estatais.

Outra corrente que circula nos debates acadêmicos sobre a presença da China na África levanta questão de uma nova forma de exploração e colonialismo. Para esta corrente os chineses desejam apenas extrair a maior quantidade possível de petróleo e outros recursos naturais africanos. Para Saraiva (2012), a presença da China em África é esquematicamente apresentada em torno dos seguintes pontos: exportação para África do modelo Chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como um representante natural dos países em desenvolvimento; exportação de bens industriais e armas; e importação de produtos primários, mas também exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégia energética para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico chinês.

Pequim fornece suporte financeiro e político a países como o Sudão³², uma republica autoritária, dificultando os esforços da comunidade internacional em promover a democracia na região. Em seis meses Pequim adquiriu petroleiras na Nigéria, Gabão e Camarões, ações levadas pelo déficit energético da China. As empresas chinesas são constantemente acusadas de serem negligentes com a proteção do meio ambiente e de competirem injustamente no mercado (Huse e Muyakwa, 2010). Pequim é caracterizado como desumano com os trabalhadores com o objetivo de obter baixos custos de produção, com exploração da mão de obra tanto dentro da própria China, como também nos países africanos.

As referidas ações políticas de Pequim são consideradas duvidosas, sendo assim alvos de críticas. Ultimamente, a posição assumida pela China não se enquadra na ação no sentido do *soft power*. Sindicatos em alguns países africanos, exemplo da Zâmbia exportadora de cobre e outros metais, estão a relatar das dificuldades em conviver com os imigrantes chineses, o que ocasiona tensões sociais e impulsiona a insatisfação de uma parte da população do país com os chineses. Outro problema é a concorrência em postos

³² Pequim apresentou um projeto para construir um oleoduto no Quênia, que permitirá extrair o petróleo do Sudão.

de trabalhos e especialmente a dificuldade de negociar com os empregadores chineses por melhores condições de trabalho e salário (Alden, 2008). O comportamento da China no caso de Zâmbia não difere de outros países africanos onde eles também estão presentes na região e que não há um ganho mútuo, ou seja, é um crescimento assimétrico. Segundo representante da união comercial de Zâmbia:

“Nós temos problemas trabalhando com os chineses. Eles pagam baixos salários; eles desencorajam atividades sindicais e dizem que as nossas demandas vão além do que foi acordado entre os dois presidentes (China e Zâmbia). Quando nós reclamamos, eles dizem: “vão e perguntem ao seu presidente o que nós combinamos!” Como nós podemos lidar com esta situação? Nós não sabemos o que foi combinado entre o nosso presidente e o presidente chinês. Nós precisamos de ajuda”. (Huse e Muyakwa,2010:46)

3.3.1 As relações políticas do Brasil e África na era Lula da Silva

Em termos históricos, a África, principalmente os países da região atlântica, teve uma grande influência na formação da sociedade e da economia do Brasil. Os escravos provenientes da África foram importantes na organização social da colônia portuguesa nos trópicos americanos e das bases sociais desiguais na organização do império do século XIX. Os laços entre Brasil e África desenvolveram-se no contexto da economia do tráfico de pessoas, mas também incluíram outras dimensões com aspectos importantes para a evolução da cultura afro-brasileira. Em termos de intensidade de interação destaca-se pelo distanciamento entre as partes o período do fim do século XIX e a primeira metade do século XX. Durante este período, a África lidava com a colonização das metrópoles europeias, enquanto o Brasil voltava-se para seus projetos domésticos.

Já na segunda metade do século XX e início do XXI, a relação Brasil e África migrou para geopolítica e, logo em seguida, para o atlantismo sul-sul da diplomacia e do comércio entre as duas regiões. O atlantismo sul-sul é estratégico para política externa do Brasil, tanto para uma atuação social quanto cooperativa (Saraiva, 2012). Percebe-se na prática que essas relações e aspirações de autonomia animam os movimentos da diplomacia, e também de empresários, além das sociedades civis que estão a organizar-se no próprio continente africano, após períodos de conflitos civis.

Para Saraiva: “O Brasil parece necessitar da África na mesma proporção que os africanos admiram as relações atlânticas com o lado de cá” (2012:17). A África foi se incluindo lentamente como um ponto de manobra para interesses de inserção internacional do Brasil e sua afirmação no pós-guerra. A relação Brasil e África fez brotar uma noção de responsabilidade no atlântico sul, o que conduziria a conceitos de paz e cooperação, que foram consolidados como iniciativa política nos anos 1980, com aprovação na ONU da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPACAS).

Na perspectiva histórica, a parceria do Brasil com o continente africano teve um ponto de partida importante, nomeadamente o reencontro com África no início da década de 1960. Nessa altura, o presidente Jânio Quadros (1961) restaurou ideias magistrais do segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) acerca da dimensão estratégica do relacionamento com a África. Jânio Quadros inseriu a dimensão africana da política externa brasileira, estabelecendo assim a aproximação atlântica. Os resultados foram evidenciados quando a reciprocidade africana levou Gana e Senegal a abrir embaixadas no Brasil em 1962. Brotava-se um núcleo de diplomatas africanos no país, o primeiro da América Latina. Os diplomatas brasileiros referiam-se a estes acontecimentos com base na afinidade que o Brasil tinha com o continente africano.

Os objetivos diplomáticos do Brasil foram, principalmente, os de projetar a imagem de um poder tropical e industrial, de um país que um dia foi colônia, e de convencer os estados africanos de que as relações históricas do Brasil com Portugal, última metrópole colonial na África, não inibiriam o desenvolvimento de relações com os países dessa região. No plano bilateral, esses objetivos organizaram-se em torno de quatro eixos: a assinatura de tratados de cooperação comercial e técnica, o aumento de rotas de comércio no atlântico e a abertura de investimento para projetos de desenvolvimento e retomada do discurso culturalista do início dos anos 1960.

Durante as décadas de 1970 e 1980, as relações econômicas do Brasil com a África haviam sido insignificantes, quando comparadas com o intercâmbio brasileiro em outras dimensões. No início da década de 1970 a África representava apenas 2% dos intercâmbios comerciais brasileiros. Já na década de 1980, esse percentual chegou a 10% da balança comercial do país e era superior ao comércio total com os vizinhos da América do Sul (Saraiva, 2012). Foi um momento em que a economia brasileira estava voltada

para exportação, estava a buscar diversificar parceiros no comércio internacional a fim de assegurar mercados consumidores devido ao fato de encontrar em alguns países barreiras protecionistas impostas pelos países desenvolvidos.

Na década de 1980, a importância econômica do continente africano ficou mais evidente para as companhias exportadoras brasileiras. Foi uma oportunidade que o Brasil teve de se reinserir comercialmente no então chamado “Terceiro Mundo”. A diplomacia brasileira, as agências do governo e as empresas estatais e privadas estiveram envolvidas nesse projeto comercial nas duas décadas referidas. A articulação dos diversos setores da economia brasileira, conforme mencionado, resultou no estabelecimento de acordos bilaterais de comércio e instalação das primeiras companhias brasileiras em África. Os países da África atlântica estavam a procurar uma parceria comercial com um país que oferecesse tecnologia tropical adaptada às circunstâncias africanas. Por outro lado a expansão do petróleo que alguns países africanos estavam a viver era conveniente ao Brasil devido à relevância do petróleo e aos mercados de consumo.

Na última década do século XX esta parceria perdeu força e mergulhou em um declínio. Deixou o contexto atlântico com uma visão desinteressada. Para o contínuo investimento, agora faltavam interesses pontuais brasileiros em África devido à baixa prioridade da política africana no Itamaraty. Os percentuais da participação dos africanos na balança comercial do Brasil retornaram aos números anteriores à década de 1960. Foi nítido o declínio nas relações do Brasil-África durante a década de 1990.

Para especialistas no continente africano, como Saraiva, foram algumas razões que justificaram esse declínio. Uma delas foi a marginalização da África no sistema internacional. O fato do continente africano ter sido reprimido por difíceis transições para a vida democrática e ter sofrido um descrédito dos centros de decisões econômicas, resultou na diminuição de diálogos da África com o mundo. O continente Africano estava imerso numa profunda crise mesmo depois de quatro décadas do início das independências. Por outro lado, foi um período que o Brasil teve em sua agenda outras prioridades, deixando adormecer a participação no desenvolvimento africano e deixando-se dominar pelo negativismo que a África estava a ser vista pela comunidade internacional (Saraiva, 2012). Esta visão impossibilitava um diálogo produtivo com um

continente cada vez mais pobre e limitado em termos de participações nas decisões internacionais.

Já o governo de Lula da Silva fez resurgir, com bases mais sólidas e permanentes, a política africana do Brasil. Durante o seu governo o Brasil voltou a desempenhar um papel político, econômico e cultural em África, e esta atuação foi reconhecida por órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, além de relatórios chineses encomendados pelo presidente da China. Estudos que provam o rompimento do silêncio do Brasil com a África (World Bank, 2011).

Lula da Silva reiniciou um círculo virtuoso de cooperação e projetos direcionados para este continente, a provar que o Brasil de Luis Inácio Lula da Silva quis investir e fazer parte do renascimento africano no século XXI. Assim sendo, expôs uma nova vontade política de reverter o quadro de inconstâncias dos anos 1990. Ele deixou claro esse posicionamento em seu primeiro discurso como presidente: “Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (01/01/2003 – Discurso de posse de Luis Inácio Lula da Silva).

Logo em seguida, em novembro do mesmo ano, Lula da Silva fez a sua primeira viagem a África Subsaariana: Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia e São Tomé e Príncipe, e no ano seguinte retornou a São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde. Durante os seus oito anos de governo, Lula da Silva realizou doze missões para África, conforme tabela abaixo, e durante essas missões se fez acompanhar por ampla caravana ministerial, empresariais e também acadêmicos. Atitude que evidencia a nova fase da política externa brasileira em relação à África, para Saraiva (2012) um ciclo virtuoso nas nossas relações com os países ribeirinhos do Atlântico Sul.

Tabela 4 - Países africanos visitados pelos presidentes brasileiros de 2000-2010

Ano	Países
2000	Moçambique
2001	Nenhum
2002	Nenhum
2003	São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Líbia
2004	São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde
2005	Camarões, Gana, Nigéria, Guiné-Bissau e Senegal
2006	Argélia, Benin, Botswana, África do Sul e Nigéria
2007	Burkina Faso, Congo, África do Sul e Angola
2008	Gana e Moçambique
2009	Líbia
2010	Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul e Moçambique

Fonte: Preparado pela IPEA baseada nas informações da MFA.

Além do presidente do Brasil, o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim realizou 67 visitas oficiais para os 34 países africanos, e Samuel Pinheiro priorizou a África ao preparar diplomatas brasileiros. Como já mencionado, esta postura justificou a abertura de novas embaixadas no Continente. Líderes dos estados africanos, bem como os ministros, foram recíprocos às visitas de Lula da Silva. Esta troca de visitas foi cultivada durante o governo do Presidente. Em 2010, já no final do seu mandato foram realizadas 15 visitas ao Brasil de ministros africanos, um acréscimo de 30% em relação a 2009 (Saraiva, 2012).

O Brasil de volta a África foi evidenciado no século XXI com o aumento de números de embaixada que passou de 17 no início do século XXI para 37 embaixadas em missões permanentes na região até 2011. Isso demonstra os vínculos, de solidariedade e interesses do Itamaraty, das empresas e das sociedades civis que corroboram para um novo quadro histórico das relações atlânticas. Em resposta ao esforço do Brasil, atualmente em Brasília há 34 embaixadas e missões diplomáticas africanas, que para Saraiva representa uma “Comunidade de causar inveja aos grandes polos de poder global.” (2012: 13)

O presidente do Brasil também negociou o débito de muitos países africanos. Essa negociação financeira ultrapassou a \$1 bilhão de dólares que representou 75% do total da dívida renegociada pela administração de Lula da Silva (IPEA 2010^a). Ações estratégicas que firmaram a ideia de parceria para o desenvolvimento e superação de assimetrias

sociais e econômicas entre um país e um continente. Estas estratégias assentavam-se em novas bases. Em primeiro plano uma estratégia concertadas em interesses nacionais e seus protagonistas, especialmente empresários da expansão do capitalismo brasileiro e dos agentes da diplomacia no continente africano. Outro ponto político marcante no ressurgimento dessa política foi a realização, em Fortaleza, do Fórum Brasil-África: Política, cooperação e comércio, em fins de maio de 2003 que proveu de acabamento estratégico (Saraiva, 2012).

Lula da Silva priorizou em seu governo iniciativas de cooperação, fóruns e reuniões ministeriais com países em desenvolvimentos especialmente com estados africanos, dentre eles a CPLP, além de participar como convidado em reuniões da União Africana. Estas ações estratégicas proporcionaram ao Brasil o compartilhar das preocupações comuns com os parceiros africanos.

Tabela 5 – Participações em fóruns

Evento	Data	Local
I Fórum de Diálogo do IBAS (Índia-Brasil e África do Sul)	5–6/Jun/2003	Brasília
IV Fórum de Diálogo do IBAS (Índia-Brasil e África do Sul)	28/mar/06	Rio de Janeiro
VII Fórum de Diálogo do IBAS (Índia-Brasil e África do Sul)	31/Aug/09	Brasília
III Nações Unidas para Aliança das Civilizações	27–29/May/2010	Rio de Janeiro
Reunião Ministerial do Sistema Geral de Comércio Preferências (SGPC)	16/Dec/10	Foz do Iguaçu

FONTE:Ministerio das Relações Internacionais preparado pela IPEA

A política doméstica do presidente Lula da Silva despertou o interesse de alguns líderes africanos. As estratégias desenvolvidas pelo governo brasileiro na área social, tais como redução da miséria (Programa Fome Zero) e maior número de crianças na escola (Bolsa Família) serviram de exemplo e admiração para países como Gana, o primeiro a solicitar formalmente ao Brasil para dar suporte nos programas sociais similares que o país estava a implantar. Em julho de 2009, o presidente do Brasil foi convidado XIII Cimeira da União Africana, realizada em Sirte, Líbia, em reconhecimento ao empenho do presidente brasileiro e o sério compromisso do Brasil em relação à África. O que podemos observar que este interesse é um exemplo típico do *soft power*, o Brasil tem valores que outros países querem seguir, o presidente Lula da Silva na sua atuação

doméstica representava um atrativo de personalidade e de valores e como resultado atraía seguidores.

O presidente Lula da Silva não apenas criou fortes laços com os estados africanos, mas também com organizações regionais tais como as comissões econômicas regionais da África e a União Africana e dessa forma aprofundar a coordenação de projetos. Esta sinergia é o resultado das inovações conceituais e práticas de cooperações e negócios. Para Saraiva (2012), uma dessas inovações está atrelada à revisão do discurso culturalista de antes. Lula da Silva e a diplomacia brasileira inovaram esta relação, ou seja, encerrou-se em parte o discurso culturalista que havia permeado historicamente as inflexões do Brasil em África. E substitui esse discurso por outro: o da dívida histórica do Brasil em relação à África. A segunda dimensão conceitual foi a renovada atuação política para a África que se fez mais pública e legitimada por consenso social e político na sociedade brasileira através de instituições como o parlamento, universidades, grupos afro-brasileiros e empresas.

O governo do Presidente Lula da Silva dentro do plano da política internacional trabalhou com a África em favor de mais arranjos Sul-Sul e a construção de uma plataforma comum de interesses, objetivando ser o porta voz de demandas africanas no sistema internacional. No plano bilateral, a investida de projetos cooperativos Sul-Sul, que envolveram investimentos diretos de empresas brasileiras operando nos países africanos. Durante o mandato do presidente Lula da Silva, como define o conceito *soft power*, ele buscou expandir a sua influência com a utilização de recursos que o levou a ter um papel de destaque junto a parceiros africanos, a presença de valores que criaram uma coesão entre si, e assim alcançar suas próprias metas e conseguir que o outro faça sem precisar coagi-lo ou suborná-lo. Para alguns países africanos, especialmente da África Subsaariana, as lideranças do Brasil desenvolveram projetos de importância crítica para os países africanos, como por exemplo:

- Programas inovadores de proteção social que ajudaram 20 milhões de pessoas a saírem da pobreza extrema em menos de uma década;
- Projetos no âmbito de medicina tropical, onde o Brasil é reconhecido como líder mundial;

-
- Projetos que envolvem tecnologia brasileira, facilmente adaptável em partes da África que compartilha de condições climáticas e geológicas similares a do Brasil;
 - Projetos no âmbito da formação profissional, proteção social e energia.

Durante o governo de Lula da Silva foi também crescente o interesses dos países africanos em criar parcerias em outras áreas que o Brasil era especialista, tais como desenvolvimento da capacidade do funcionalismo público, liderança e planejamento estratégico, desenvolvimento e gestão dos mercados de seguros, bem como o desenvolvimento em áreas como ensino superior e esporte. Os esforços brasileiros foram recebidos muito positivamente em África. Este fato está bem retratado na declaração do Ministro da Agricultura de Ghana, Kwasi Ahowi:

“Brasil está oferecendo uma direção e esperança para África. O país conseguiu através da implementação de políticas e programas estratégicos atingir o desafio de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Estes programas podem ser adaptados para a África.”
(ABC 2010)

Nesse âmbito de atuação é mais evidente a nova política africana implantada por Lula da Silva. Ele demonstrou coragem em romper com o assistencialismo internacional, através de diferentes formas existentes de cooperação que foram desenvolvidas entre Brasil e África. Observa-se também uma dimensão cidadã e de reconhecimento na nova política externa brasileira, que engloba na sua dimensão africana como a Fiocruz³³, fundação que tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação na área da saúde desenvolvida pelas unidades da Fiocruz com os países africanos, a experiência tropical do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), através de orientações para empreendimentos das pequenas e médias empresas em África, e também a expertise da EMBRAPA³⁴.

³³ Os principais serviços da FIOCRUZ em África são: Cursos de pós-graduação em diferentes áreas; capacitações em serviço; ensino a distância e formação politécnica; implantação e reformulação dos institutos nacionais de saúde dos países da CPLP; transferência de tecnologia para a área de produção e apoio diferenciado para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP.

³⁴ Os projetos da EMBRAPA em África tem a finalidade de auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária.

Desde o primeiro ano do governo de Lula da Silva o Brasil procurou ter iniciativas para o desenvolvimento econômico nacional que estava atrelado a uma ação internacional que conduziria o Brasil a ter uma maior autonomia no cenário internacional. Uma das ações a esse respeito foi a elaboração do programa Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), do governo federal, a qual estabelece cinco grandes estratégias para elencar o desenvolvimento nacional conforme tabela abaixo:

Tabela 6- Política de Desenvolvimento Político (PDP)



FONTE: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Política de Desenvolvimento Produtivo

No entanto, o continente africano foi favorável à implementação dessas estratégias. Principalmente no que concerne a manutenção e posicionamento dessas empresas na atuação brasileira em África. Na prática verificamos empresas brasileiras especializadas em energia e infraestrutura que reforça a estratégia da liderança mundial da PDP, como por exemplos temos a Petrobras e Vale do Rio Doce e também empresas de construção civil como Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão. Estas empresas destacam-se, tanto para a população local quanto governamental em relação às demais provenientes de outros países, como por exemplo, as chinesas, devido à maneira das empresas brasileiras conduzirem os negócios, incluindo a tendência de contratar moradores locais para os seus projetos e também desenvolver a capacidade local, contribuindo deste modo para a qualidade de vida do povo africano.

O exemplo mais importante é a companhia brasileira Odebrecht que em 2010 chegou a empregar 12 mil pessoas e em momentos de alto no comércio a empresa chegou a empregar 30 mil pessoas. Dados que a torna a segunda maior empregadora em Angola, só perdendo para a estatal petrolífera angolana, a Sonangol (Uchoa, 2010). A atuação da empresa Odebrecht em solo africano propicia uma vinculação de forma mais incisiva das economias brasileira e africana conduzindo a resultados econômicos expressivos para ambos, além de outros benefícios intrínsecos dessa relação estratégica com o continente

africano. Entre eles está o aumento da presença brasileira em África sob a orientação de uma política externa que auxilia a reatar e aprofundar laços econômicos e culturais com os países africanos.

A recuperação, no governo de Lula da Silva, da política africana, permitiu ao Brasil uma participação mais ativa nessa área do planeta, fronteira atlântica do Brasil, e concedeu funcionalidade dos interesses brasileiros, além de certos valores a projeção internacional do país. A África recebeu investimentos, empresas brasileiras estão presentes em todo continente, jovens das mais diversas partes do Brasil, mesmo de pequenas cidades, trabalham hoje em empresas brasileiras e internacionais em países e canteiros de obra. (Saraiva, 2012).

CAPÍTULO IV - A importância da Angola na política externa do Brasil

4.1 – Contexto histórico angolano

Com uma população de 19 milhões de habitantes, Angola é um dos maiores países da África, porém, escassamente povoado. É também um dos mais ricos países em recursos naturais dotado de grande quantidade de diamantes, fosfato, minérios de ferro e, o mais importante, petróleo. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana depois da Nigéria. O país foi colônia portuguesa e em 1961 começou a luta armada pela independência contra Portugal conquistando sua independência após 14 anos em 1975. A referida luta transformou-se numa disputa entre os movimentos de libertação (disputa entre irmãos angolanos) que levou o país a uma guerra civil.

A guerra civil vivenciada pelo país refletia à falta de consenso interno entre os movimentos nacionais a MPLA e dois outros movimentos, nomeadamente, a FNLA e a UNITA. A evolução desta disputa tinha como consequência o envolvimento de atores internacionais no conflito, o que levou ao agravamento da situação³⁵. Nas palavras de Vines, o problema se resumiu ao seguinte:

“Instabilidade pós-independência tem suas raízes profundas na experiência colonial de Angola, sob o domínio português. Entre as dinâmicas mais importantes foram, em primeiro lugar, a falha de Portugal em preparar as suas colônias à independência, e, em segundo lugar, as divisões etnoregionais entre os movimentos nacionalistas que lutaram contra seus senhores coloniais e, em seguida, viraram-se uns aos outros.”³⁶ (2011:4)

O MPLA é o partido que está no poder desde a independência angolana, tendo como o primeiro presidente Agostinho Neto que criou uma disciplina partidária dentro dos moldes socialistas. No entanto, a sua gestão tornou-se fraca e comprometida pelos internos conflitos e luta pelo poder. Como consequência, o partido deixou de prestar serviços públicos, especialmente nas áreas rurais, onde a UNITA estava mais presente. É importante salientar que não se pode entender a guerra civil que sucedeu em Angola sem

³⁵ A UNITA foi uma dissidência da FNLA. Porém ambas declaravam-se militares no campo anticomunista, e receberam apoio da África do Sul, China e especialmente EUA, e assim faziam oposição a MPLA que era apoiada por Cuba e a antiga União Soviética. Foi um conflito gerado e sustentado por forças externas.

³⁶ Tradução livre.

analisar a internacionalização do conflito. O fornecimento de armas, recursos financeiros, treinamento militar e até mesmo tropas do exterior, como foi o caso de Cuba e África do Sul, foram determinantes para o resultado final do conflito. Pode-se dizer que esses apoios externos alimentaram a guerra e representavam a materialização da Guerra Fria no continente africano, especialmente em Angola. Neste sentido, Angola foi um caso típico de conflito na África potencializado pela Guerra Fria.

Após o falecimento de Agostinho Neto em 1979, quando José Eduardo Santos assumiu a MPLA, o partido estava mais centralizado e sob o firme controle político. José Eduardo dos Santos continuou concentrando o poder na presidência, e assim cresceu a sua autoridade para controlar e revogar todos os atos executivos, assumindo uma responsabilidade sobre o controle do partido. Esta posição teve como consequência uma burocracia estatal cada vez mais disfuncional que começou a ruir no final dos anos 1980. Em 1990, a MPLA intitulou-se como arquiteta da paz, da democracia diante da opositora UNITA. Neste mesmo ano foram assinados em Portugal os Acordos de Bicesse³⁷, entre a UNITA e a MPLA, que propuseram o fim da guerra que abalou o país desde a sua independência. Os acordos acenderiam formalmente o caminho para a institucionalização do regime democrático, ou seja, as eleições para o ano seguinte.

Em 1992, a MPLA ganhou as eleições presidenciais. Porém, este resultado foi rejeitado pela UNITA e o país prosseguiu com a guerra civil. O processo de democratização só foi retomado em 2002 com o fim da guerra civil. Para Zau: “Este povo sofrido, multicultural e plurilíngue, com elevados índices de iliteracia viu nascer um nacionalismo fracionado, em poucos meses teve que aprender o que eram eleições, democracia e vontade da maioria” (2007: 15). Durante o alastramento da guerra por diversas cidades do estado angolano, mais de 350.000 angolanos e portugueses abandonaram o País. Houve perda de mais ou menos 30.000 técnicos superiores e médios, 2.500 empresas do setor produtivo deixaram de funcionar; dezenas de pontes destruídas dificultando a circulação de pessoas e de bens. Serviços de administração pública e estabelecimentos comerciais deixaram de funcionar. Seguiram altos índices de

³⁷ Os Acordos Bicesse visavam, entre outras coisas, a preparação das primeiras eleições gerais, multipartidárias como ponto de partida do processo de realização de eleições regulares, livres e justas, como via de legitimação e escolha de dos titulares de cargos do poder político.

mortalidade infantil e também de crianças órfãs pelas ruas que perderam suas famílias nos conflitos (Zau, 2007).

Como podemos observar, a guerra teve um forte impacto em todos os setores da sociedade e nas vidas dos angolanos. Apesar da enorme riqueza natural do País, os principais indicadores do desenvolvimento humano colocavam Angola entre os países mais desfavorecidos do mundo. Em 2001, Angola ocupava 146^a lugar no Índice de Desenvolvimento Humano³⁸. No mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) atribuía Angola o 181^o lugar no índice do Sucesso dos Sistemas de Saúde³⁹. Segundo dados oficiais, a alfabetização dos adultos era de 66,8%⁴⁰ e o acesso a abastecimento adequado de água era de 61,6%, (44,4% da população urbana e 22% da zona rural)⁴¹. Quanto ao relatório de esperança de vida, era de 46 anos para os homens e 43 para mulheres.⁴² Outro fator agravante era a presença de minas terrestres, que dificultava a produção agrícola e a prestação dos serviços de saúde. Na época, Angola era considerada o país com o maior número de minas terrestre no mundo: em 35% do território nacional havia a presença das minas⁴³.

Este era o cenário em que Angola encontrava-se no fim do conflito em 2002. O fim da guerra civil foi devido à morte de um dos líderes, Jonas Savimbi da UNITA, que levou ao enfraquecimento do partido. O seu sucessor, Antonio Dembo, retomou às negociações para o fim dos conflitos, que resultaram no Memorando de Entendimento do Luena assinado em 4 abril de 2002. Alguns meses depois, a UNITA declarou-se desarmada e registrada como partido político democrático. Hoje a UNITA não tem a capacidade e muito menos vontade, de voltar a guerra. O tratado de paz concedeu novas oportunidades, e ao mesmo tempo, trouxe novos desafios ao país, bem como à comunidade internacional.

4.2 - Cenário político pós-conflito em Angola

Em setembro de 2008 foram convocadas novas eleições legislativas pelo presidente José Eduardo dos Santos e a MPLA ganhou de forma esmagadora: 81,64% contra 10,39%

³⁸ Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2001.

³⁹ OMS, Desempenho Geral dos Sistemas de Saúde, Relatório da Saúde no Mundo, 2001.

⁴⁰ INE, Inquérito ao Multi-indicator Cluster (MICS) 2001.

⁴¹ Ministério da Energia e Água, Direção-Geral da Água, 'Estratégia e Plano de Desenvolvimento do Sector de Águas - abastecimento de Água e Saneamento; Reunião Metodológica e de Balanço do Sector de Água e Saneamento', Luanda, 13-16 Fevereiro de 2001.

⁴² PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2001: Pôr as novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento humano, Nova Iorque, 2001.

⁴³ Avaliação Comum e Estratégia da ONU para os Países (UNCCAS), Luanda, Abril de 2002, p 11.

da UNITA de Isaias Samakuva⁴⁴. Em 2010 foi aprovada uma nova Constituição angolana, que além de anular a pena de morte, anulou também a eleição direta do Presidente da República. Na prática, esta alteração reforçou o poder do atual presidente José Eduardo dos Santos, que lidera o país há mais de 30 anos. Com a nova Constituição, as eleições presidenciais foram abolidas e causou revolta dos opositores. Estes últimos afirmavam que esta nova Constituição representava a morte da democracia no País, bem como uma monarquização do sistema político em Angola (Naves, 2010).

Tabela 7 - Resultados das eleições legislativas de setembro de 2008

Partido	Total de Votos	% de Votos Válidos	Número de Assentos
MPLA	5.266.112	81,64%	191
UNITA	670.197	10,39%	16
PRS	204.478	3,17%	8
ND	77.405	1,20%	2
FNLA	71.600	1,11%	3
Outros Partidos	160.615	2,49%	0
Total	6.450.407	100%	220

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral - Angola. Resultado divulgado pela CNE

O presidente Eduardo Santos é o segundo presidente africano que está há mais tempo no poder (ultrapassado apenas por Theodoro Obiang Nguema, do Guiné Equatorial). Isso demonstra a força política do MPLA baseada em três fatores principais: governar até cumprir a sua promessa de dar a paz a um país cansado de guerra; usar as receitas do petróleo para a reabilitação das principais infraestruturas econômicas e sociais destruídas durante a guerra; e promover diálogo político com a oposição política.

Na opinião de estudiosos políticos como Vines (2011), a estabilidade política do país e a longevidade de Eduardo Santos no poder estão atreladas à memória da guerra civil que ainda é recente nas mentes de muitos cidadãos. Pode-se dizer que a memória coletiva da geração antiga de anos de guerra é definida pela violência, miséria, medo e a imagem de Eduardo Santos que estivera no poder quando a tão sonhada paz chegou, fato que o eleva como um herói que ajudou a pôr fim nos conflitos. Na opinião de Vines⁴⁵:

⁴⁴ Conselho Nacional Eleitoral –Angola – Disponível em <http://www.cne.ao/noticias.cfm?id=281>

⁴⁵ Tradução livre.

“O MPLA pretende dominar o debate público e incentiva a disciplina do partido e controle de vozes dissidentes. Por exemplo, cadeia de comando do MPLA chega até todos os níveis da sociedade angolana até mesmo os complexos habitacionais do bairro, e o partido está representado em todas as localidades do país. Muitas vezes, os escritórios do MPLA estão melhores equipados do que os escritórios do governo e os departamentos locais e provinciais.”(2011: 14)

Desde o fim do conflito, Angola tem feito progressos. A paz e a segurança foram restabelecidas e a sua reconstrução continua em ritmo acelerado. O país está a conquistar o seu espaço no cenário internacional, surgindo como um estado de poder em África devido ao fato de ser uma das nações mais ricas do continente africano em termos de recursos naturais, especialmente o petróleo. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, o que ajuda o país a se estruturar, tanto internamente, quanto externamente, após longos anos de conflitos. Os angolanos reconhecem que o país progrediu significativamente desde o fim das guerras. Ocorreu uma reconstrução em larga escala, principalmente devido ao investimento estrangeiro. O maior exemplo é a cidade de Luanda, capital de Angola, que tornou-se um imenso canteiro de obras.

4.3- Posição de Angola em África Subsaariana

Angola responde a uma pequena fração do comércio mundial, porém é uma economia importante no contexto africano. A política externa de Angola procura fortalecer e seguir regras multilaterais da ordem internacional, que deve ser mais igualitária. Por trás desta aspiração política de Angola, existe a intenção do País se integrar ao continente africano e à comunidade internacional. Neste contexto, o relacionamento com os países africanos é especialmente valorizado. Angola aposta na sua posição como um dos países mais fortes da África subsaariana (SADC e CEEAC), com um elevado potencial econômico e militar onde exerce grande influência política. Nos últimos anos, Luanda destacou-se por pautar por uma intervenção ativa, sobretudo na defesa de causas e princípios que norteiam a unidade africana, em particular, uma cooperação aberta e franca entre países africanos em desenvolvimento. As atuais estratégias políticas de Angola condizem com o pensamento de Morgenthau quando este analisa que:

“A política externa tem de ser conduzida de modo a possibilitar a preservação da paz e não tornar inevitável o deflagrar da guerra. Em uma sociedade de nações livres, a força militar constitui um instrumento necessário da política externa, mas não se deve tornar o mestre da política externa. Do mesmo modo que a guerra é travada para se tornar possível a paz, a política externa deve ser exercida no intuito de tornar permanente a paz.” (2003:1018).

Para Luanda, acordos regionais aumentam a capacidade de atuar de modo mais firme e positivo na elaboração de regimes internacionais que são essenciais para a imagem do País, tanto regionalmente quanto externamente. Segundo a agência de informação oficial do estado angolano (ANGOP), os níveis de desenvolvimento econômico que Angola tem alcançado, bem como a sua coerência e estratégia política, contribuíram para que o país conquistasse, por mérito, uma posição de destaque no cenário internacional, sobretudo na resolução de conflitos em África (ANGOP, 2011a).

A paz para Angola é uma de suas estratégias para sua política externa, até mesmo para preservar as suas fronteiras. Esta estratégia surge como consequência do amadurecimento de um país que vivenciou uma amarga experiência da guerra civil e se tornou consciente dos prejuízos causado pela mesma. Esta pacificação consolidada a cada ano tem despertado interesse de organizações internacionais e outros estados em relação a um país rumo ao desenvolvimento.

Implementação da paz no continente africano, nas suas várias vertentes, tornou-se central para a política externa de Angola, tais como a defesa do desarmamento, através da participação em fóruns e a política da Comissão de Desarmamento; negociações sobre a proibição de minas antipessoais; proibição do comércio ilícito de diamantes; atuação no combate das fontes de financiamento de conflitos nos países africanos tanto na África Central como também na região dos Grandes Lagos. Estas ações contribuíram para Angola conquistar uma imagem de respeitabilidade e competência política perante a comunidade internacional (Mosca, 2001). O país assumiu uma nova postura política diante das problemáticas existentes tanto internamente quanto no continente africano. Essa prova de maturidade e responsabilidade política e democrática nas resoluções dos conflitos e consolidação da paz levou o país a se tornar membro não permanente do

Conselho de Segurança da ONU em 2003/2004. A isto, juntou-se a presidência da CPLP em 2010 e a liderança da SADC em 2011.

Luanda defende seus interesses nacionais através da participação ativa nas organizações internacionais de que faz parte como ações no âmbito das Nações Unidas e seus organismos especializados, por exemplo: União Africana, SADC, Comissão do Golfo da Guiné, CEEAC, CPLP e ZOPACAS. Trata-se de organizações que fazem parte da nova conjuntura africana na qual Luanda procura alianças e pontos de apoio geopolítico para o alcance de seus objetivos nacionais, ou seja, pretende salvaguardar a segurança necessária para o seu rápido desenvolvimento.

Como segundo produtor de petróleo em África, a economia angolana é proveniente da distribuição de petróleo e diamantes. A exploração do petróleo é uma grande alavanca para Angola, além de ser um grande trunfo econômico e tecnológico. Oportunidades de investimentos neste setor atraíram grandes investimentos dos atores internacionais, inclusive empresas brasileiras, como a Petrobrás, Queiroz Galvão e a Odebrecht. O setor petrolífero é controlado diretamente pelo presidente da república, que tem como objetivo manter a estabilidade política e econômica, além disto, satisfazer as elites⁴⁶.

O governo visa reduzir a dependência econômica do petróleo, mesmo que este último seja o maior gerador de receita para o Estado. A estratégia de diversificação passa pela aplicação dos excedentes provenientes destes recursos naturais na formação do capital humano e no desenvolvimento de outros setores econômicos, principalmente os que requerem mão de obra intensiva e que venham a garantir níveis mais altos de emprego (Anuário econômico de Angola, 2010). O resultado foi o aumento da contribuição para o PIB em Angola do setor não petrolífero de 43% para 57% no período entre 2008 a 2010 (IMF, 2011).

Esse esforço do governo angolano em diversificar a economia para reduzir a dependência do petróleo é considerado fundamental para a sustentabilidade orçamental do país a longo prazo. O governo ponderou a criação de fundos de estabilização para obter receitas extraordinárias do petróleo. Neste sentido, foi criado o Fundo Soberano de

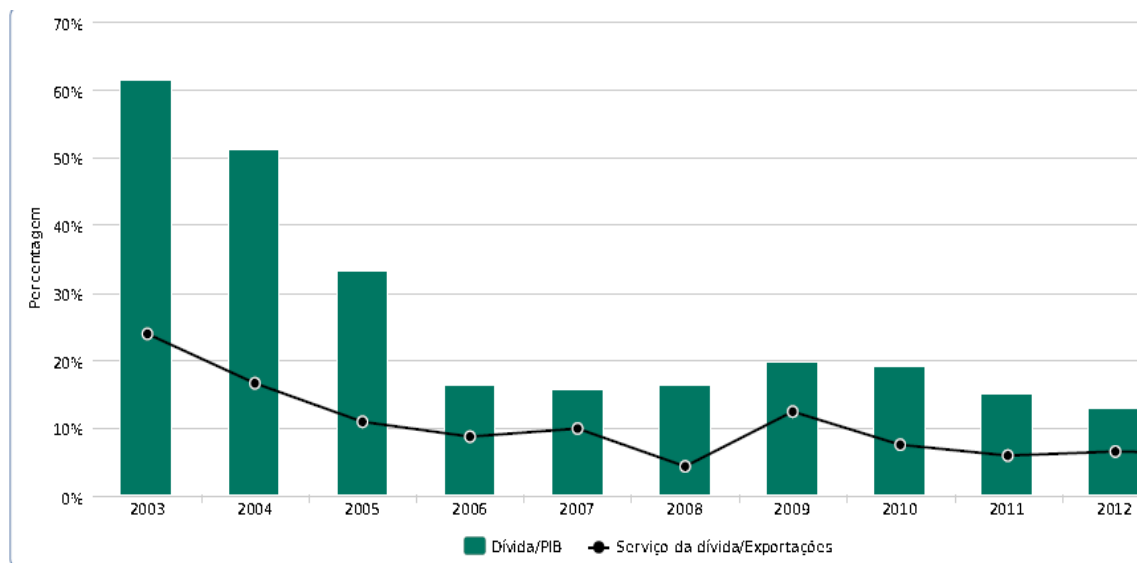
⁴⁶ Em Angola, a elite é composta desde dirigentes do governo central, passa pelos dirigentes dos escalões intermediários e chega a chefia dos aldeões, como sobas - nome do chefe local- com uma população significativa. Uma minoria que recebem dos benefícios do governo que a outra parte da população não é contemplada.

Angola (FSDEA). Este fundo, oriundo das receitas provenientes do petróleo, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de Angola e gerar riquezas para as futuras gerações do País, com o intuito de favorecer uma estabilidade macroeconômica. Segundo o governo Angolano: “Vai ser dada prioridade a projetos de infraestrutura, incluindo energia, água e transportes, ativos financeiros, indústria, agricultura e turismo, tendo em vista criar riqueza “para as gerações futuras.” (Republica de Angola, 2012)

A criação do FSDEA teve uma positiva repercussão na comunidade internacional segundo o relatório da Agência *Fitch Ratings*⁴⁷. A criação do fundo é considerada positiva para aspirações de cimentar as recentes melhorias no perfil de crédito, ou seja, contribuir para redução da vulnerabilidade externa que reflete o compromisso de Angola com reformas macroeconômicas e políticas prudentes. Ainda segundo agência *Fitch*, além de melhorias de crédito, Angola poderá incluir melhorias nas perspectivas de evolução da notação da dívida angolana de “estável” para “positivo”, no nível “BB-”-corresponde ao grau de não investimento, especulativo, porém com perspectiva positiva-(Reuters, 2013). O governo de Angola também participa na negociação da dívida externa do país e apoia as iniciativas para o perdão da mesma. O país procura novos financiamentos com condições favoráveis para impulsionar a reconstrução nacional, além do desenvolvimento econômico e social. Para isso, é importante continuar a estratégia das articulações com países que também têm interesse em cooperar com Angola, como veremos mais adiante a China e o Brasil.

Gráfico 1 - Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012

⁴⁷ Agência de notas de crédito, ou seja, de classificação de risco de crédito que classifica todos os países do mundo em dois grandes grupos: os que possuem grau especulativo e os que possuem grau de investimento.



FONTE: Banco Mundial

A aproximação com instituições internacionais como o FMI demonstrou o empenho do governo em transformar o sistema econômico e lançar-se na economia de mercado. Esta abordagem sinalizou uma mudança de comportamento, já que durante muitos anos, Angola mantinha distância dos condicionamentos do FMI e evitava reformas fundamentais na gestão das finanças públicas apesar de sérios desequilíbrios macroeconômicos e da grande dívida externa (Vicente, 1995). Um exemplo dessa aproximação foi a implementação do *Stand-By Agreement* (SBA) do FMI, em novembro de 2009. O objetivo deste acordo foi implementar uma disciplina orçamentária e monetária, avançar com a reforma do sistema de taxa de câmbio, melhorar a gestão financeira de Angola, criar um sistema bancário sólido e aumentar a transparência orçamental (Perspectiva econômica em África, 2012).

De acordo com o relatório desenvolvido pela *United Nation Industrial Development Organization* (UNIDO) em 2011, muitos países africanos estão em uma fase de industrialização que eles denominam de *catching up*. Angola está classificada como um país *catching up*, um fator positivo para os angolanos quando se tem como parâmetro outros países da África que ainda se encontram na categoria de *falling behind*. Segundo Abramovitz (1986), *catching up* compreende a implementação de órgãos institucionais, de pesquisa, fomento e cooperação, desenvolvimento da infraestrutura educacional, valorização da força do trabalho e a fixação de condições macroeconômicas e monetárias que sejam capazes de garantir a mobilidade de recursos no país.

Ainda segundo o relatório da UNIDO, Angola representa um dos mais dinâmicos processos de crescimento nas últimas décadas, mesmo tendo uma base industrial muito baixa. Apesar desse crescimento e das melhorias acima expostas, Angola enfrenta muitos desafios que atrapalham o seu desenvolvimento. O governo afronta obstáculos para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento do sector privado. O Relatório *Doing Business 2012*, do Banco Mundial, mostra que o *ranking* de Angola desceu uma posição, para a 172ª entre 183 países, atingindo a mais baixa da região da SADC. De acordo com o relatório, Angola apresenta um mau desempenho na “execução de contratos” e no item “como começar um negócio” (Angola, 2012).

Como resultado da crescente inadequação das competências ao mercado de trabalho, a maioria dos trabalhadores qualificados em Angola são "importados" de outros países. Há quotas para o emprego de cidadãos angolanos (com algumas exceções de aplicação em setores como construção, que tem uma grande parte de trabalho não qualificado chinês). Os contratos de trabalho tendem a ser de curto prazo e a maioria das Pequenas e Médias Empresas (PME) enfrentam dificuldades no cumprimento dos acordos contratuais. No relatório *Doing Business 2012*, já citado, Angola ocupa o 178º lugar no item “empregar trabalhadores”, o que representa o *ranking* mais baixo da África Subsariana. O maior índice de desemprego registra-se em jovens sem qualificações.

Os Angolanos reivindicam os benefícios do crescimento do seu país, após anos de guerras, o que gera um dever do governo em fornecer para a população melhores serviços incluindo: água potável, energia elétrica, saúde, educação e habitação decente. Angola é considerada um dos países com maior desigualdade social no mundo, o crescimento econômico está concentrado em Luanda, que produz 75% do PIB e abriga 1/3 da população. Um levantamento socioeconômico de 2008/2009 indica que 33.6% da população vive abaixo da linha de pobreza de 2 USD/dia. Este número sobe para 56.2% na população rural, em comparação com 14.9% em áreas urbanas (IBEP, 2011). Entretanto, esses valores são contestados pela UCAN (Centro de Estudo e Investigação da Universidade católica de Angola) que aponta que mais de 50% dos angolanos vivem abaixo da linha da pobreza contrariando os 33.6% da IBEP (UCAN, 2011).

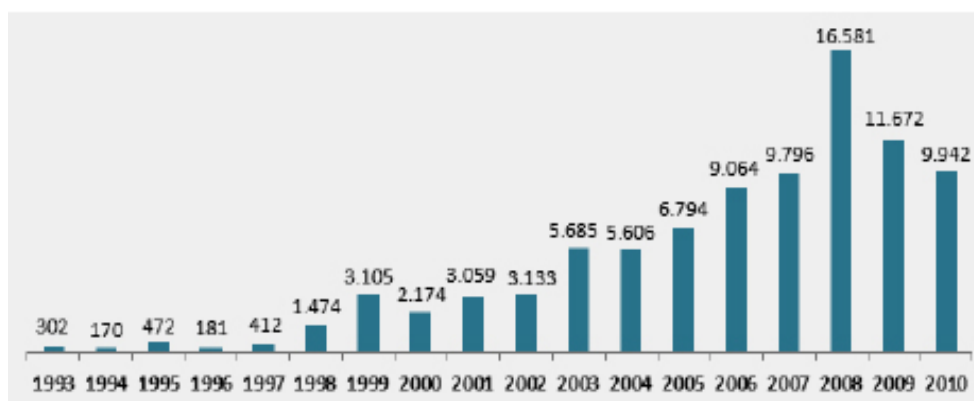
O que se observa é uma realidade distante do aproveitamento dos benefícios, das conquistas positivas de Angola nos mercados internacionais. A sociedade civil, que não

faz parte da elite e que não se vê beneficiada dessas conquistas, está ainda debilitada das consequências de uma longa guerra, o que deixou aprofundada ainda mais as desigualdades sociais. A grande parte da população de Angola luta desde o fim da guerra, continuamente para suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. A imprensa local destaca a corrupção vigente no país, porém não na medida suficiente para a solução deste problema. Uma parte do problema dos meios de comunicações é o número cada vez mais crescente de membros da MPLA que assumem o controle sobre os jornais independentes. Ainda que a imprensa às vezes critique funcionários do governo, são muito raras críticas públicas direcionadas ao presidente Eduardo Santos e sua família.

Para superar estes problemas estruturais, faz-se necessário a presença de países com um *know how* em áreas como educação, saúde, agricultura, tecnologia, indústria e principalmente detentores de recursos financeiros para investir em Angola. O conjunto destas características representa uma pré-condição para uma política que possa auxiliar o país a superar os traumas da guerra. No entanto, as autoridades angolanas estão conscientes da necessidade de estabelecer cooperação com países que possam investir em Angola e ajuda-la a superar essas problemáticas e desenvolver áreas de sua economia que ainda são incipientes. Neste contexto, é importante destacar um grande potencial agrícola no país; no passado, Angola foi um grande produtor de café e também de outros produtos agrícolas. As novas oportunidades abrem-se no contexto da importação dos conhecimentos e tecnologia do Brasil para o seu desenvolvimento como veremos mais adiante.

Investimentos estrangeiros diretos em Angola são essenciais, pois, representam um potencial de reverter à situação econômica no país. O momento de paz que Angola está a viver e os crescentes interesses do governo angolano em oferecer generosos incentivos para atrair investidores refletem a importância desses recursos para o desenvolvimento do País. Angola integra, ao lado de Moçambique, África do Sul, Namíbia e Zâmbia, um conjunto de países que tem atraído investidores estrangeiros para a região. O gráfico I apresentado abaixo mostra a evolução da entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país, entre 1993 e 2010. Nota-se a forte entrada de IED no país, especialmente a partir da última década, com destaque para o ano de 2008, quando essa entrada alcançou o valor de US\$ 16,58 bilhões (APEX Brasil, 2013).

Gráfico 2- Investimento estrangeiro direto em Angola em US\$ milhões (1993-2010)



Fonte: UNCTAD. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

Em Angola encontram-se empresas e trabalhadores de diferentes nacionalidades: portugueses, americanos, indianos, chineses, brasileiros, uns em maior número que outros. Entre os países que pretendem estabelecer ou reforçar a sua cooperação em Angola, destacam-se, por um lado, grandes e novos parceiros como a China, um dos maiores investidores, e, por outro lado, países-investidores que partilham com Angola características comuns, como é o caso do Brasil, que partilha não só uma parte da sua história com Angola, mas também a mesma língua. Dito isto, China e Brasil representam investidores diferentes, em termos de capacidade financeira. O que os governos da China e do Brasil têm em comum é o mesmo objetivo de conquistar um espaço em Angola para suprir suas necessidades tanto no campo econômico quanto político, valendo-se de estratégias ligada ao *soft power* na conquista dos seus objetivos.

4.4 – Aliança histórica entre Brasil e Angola

Os países lusófonos africanos são aqueles com os quais o Brasil mantém os relacionamentos mais duradouros, sólidos e diversificados. Dentre eles está a relação Brasil e Angola. Ambas foram colônias de Portugal e tiveram formações nacionais distintas e as suas independências ocorreram em momentos históricos diferentes. O início das relações afro-brasileiras deu-se com a chegada ao Brasil dos primeiros angolanos, na condição de escravos, para trabalhar nas lavouras por cerca de 470 anos, sendo o tráfico a base do intercâmbio comercial.

Este intercâmbio comercial entrou em declínio com a proibição dos ingleses do tráfico negreiro, situação que perdurou até as vésperas da independência angolana. Outros fatores contribuíram para o afastamento bilateral nesse período, um deles sendo a inserção de Angola no circuito capitalista após a conferência de Berlim, em 1885, que resultou na ocupação total da África pelas potências europeias. Angola passou de exportadora de mão de obra escrava para exportadora de matérias primas agrícolas e minerais. Esta situação provocou uma profunda mudança nas relações Brasil e Angola já que elas se tornaram concorrentes na exportação de alguns produtos, principalmente café.

Em 1975, o Brasil foi o primeiro a reconhecer a independência angolana, em um momento em que o partido governista em Luanda era visto negativamente pela maioria da comunidade internacional. Ovídio Andrade de Melo recebeu do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, no início de 1975 a função de Representante Especial do Brasil em Angola. Esta função incluía o papel de coordenar a posição do governo brasileiro diante de prevista independência de Angola e a formação do seu novo governo. O objetivo do Itamaraty era buscar um novo momento nas relações com o continente africano e mostrar à comunidade internacional que o Brasil romperia definitivamente a solidariedade que mantinha com o colonialismo português (Melo, 2000). Este ousado gesto trouxe para o Brasil um relacionamento especial com também uma ex-colônia portuguesa que perdura até os dias atuais. Conforme Ovídio Andrade:

“Uma atitude nítida e firme em Angola: reconhecer logo, ou imediatamente tirar o time de campo. E se optássemos pela segunda solução, eu bem esclareceria o MPLA não nos perdoaria as falhadas promessas de isenção e durante muito tempo poderíamos esquecer as relações com Angola, com Moçambique e provavelmente com toda África negra. Seria um fiasco com repercussões continentais, bastante serias e duráveis.” (2009:130)

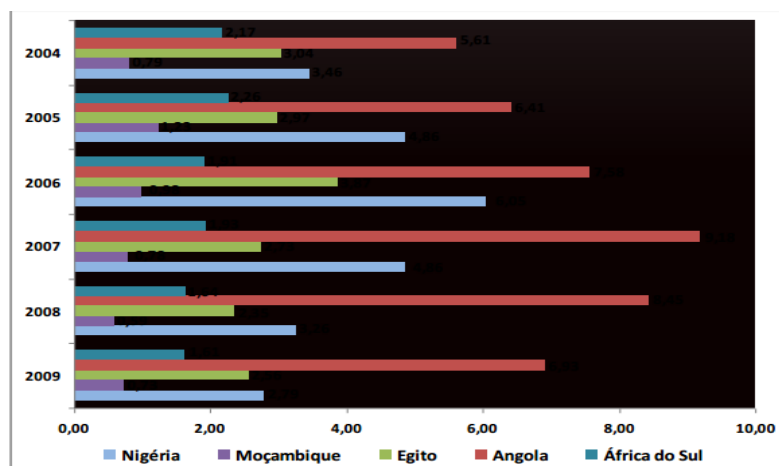
Em hipótese nenhuma o Brasil queria perder o vínculo com o continente africano já que tinha o objetivo de ampliar sua presença em África e, dessa forma, projetar-se como um país influente. Analisando a abordagem do Brasil do ponto de vista construtivista, destaca-se o fato do Brasil ter examinado o contexto social que Angola estava a viver, bem como ter realçado o sentimento de identidade que unia os dois países e assim ter determinado as estratégias a serem utilizadas para conquistar os seus objetivos em terras angolanas.

Outros momentos na história entre os dois países foram cruciais para o bom relacionamento que os países possuem hoje. Como por exemplo, na década de 1980, uma atitude importante tomada pelo Brasil a favor de Angola, foi a condenação das agressões perpetuadas pela África do Sul contra aquele país. As relações com Angola evoluíram de maneira positiva e de forma mais intensa até o início da década de 1990. Durante este período, a cooperação entre os dois países se deu pela criação de uma linha de crédito do Brasil para Angola, do estabelecimento de acordos de cooperação na área técnico científica, da criação da Comissão Mista Brasil-Angola e da participação da Petrobras, na prospecção e exploração do petróleo em Angola. Também foram estabelecidos acordos de comércio compensado, em que o petróleo angolano seria trocado por serviços brasileiros.

Já na década de 1990, com uma agenda neoliberal brasileira e a guerra civil de Angola foram fatores que determinaram uma baixa bilateral na área comercial. Vale salientar que houve algumas iniciativas importantes ao longo do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso que viriam a ser aprofundadas por Lula da Silva. Em 1995 o Exército Brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola. No plano econômico, empreiteiras brasileiras têm vindo a participar em obra de infraestrutura urbana e energética em Luanda. Para a atuação dessas empresas, o governo brasileiro facilitou a capacidade de créditos e criou linhas especiais de financiamentos a partir do perdão de dívidas bilaterais.

Em 2003 foi um dos pontos áureos desta relação. Durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva houve uma expansão das relações entre os dois países e Angola foi um dos maiores receptores de investimentos do Brasil tornando-o um sustentáculo dessa política brasileira em África, conforme o gráfico abaixo. O resultado desta expansão para o Brasil foi o crescimento das exportações brasileiras para Angola. Por exemplo, enquanto em 2000 as exportações brasileiras foram de US\$ 200 milhões, em 2008 esse montante atingiu quase US\$ 2 bilhões (APEX Brasil, 2009). Em 2009, sob o efeito da crise mundial, as exportações brasileiras para Angola alcançaram o valor de US\$1,3 bilhões. Com esses resultados, Angola passou a ocupar a 23ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, à frente de países como Canadá, África do Sul, Emirados Árabes, Austrália e Índia (APEX Brasil, 2009).

Gráfico 3 - Índice de intensidade de comércio – Brasil-Angola e Brasil-Países selecionados



Fonte: Comtrade/ONU. Elaboração: UICC, Apex-Brasil

Devido ao comportamento brasileiro, os estados que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa olham para o Brasil como uma fonte de cooperação dentro da área técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante, a atração defendido pelo *soft power*. Existe também um grande interesse pelos avanços da agricultura brasileira e um desejo de intensificar os contatos voltados ao desenvolvimento rural (Celso Amorim, 2003). A cooperação entre os dois países dar-se em áreas como:

- Agricultura Tropical: A empresa Brasileira (EMBRAPA) em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) atua com parceiros locais na implementação de projetos e modelos em agricultura.
- Medicina tropical: Acordos bilaterais sobre saúde no tratamento de HIV e outras doenças frequentes como malária. A FIOCRUZ, voltada para pesquisa e desenvolvimento de ciências bioquímicas executou projetos modelos de medicina tropical.
- Ensino profissionalizante: O SENAI construiu centros de ensino profissionalizante em Angola abordando a questão do ensino profissionalizante no contexto da promoção da industrialização e apoio a políticas de promoção de emprego para os jovens.

- Energia: Energia sustentável é outra área em que o conhecimento especializado do Brasil tem atraído atenção de diversos países africanos. O sucesso na área agrícola, no entanto, não foi suficiente para reduzir a pobreza. Dessa forma, políticas públicas que promovem o crescimento econômico e a inclusão social são centrais no processo de produção de cana de açúcar no Brasil, por exemplo, as pequenas propriedades locais e de agricultura familiar recebem ajuda para produzir energia (etanol). O setor privado brasileiro também está envolvido com questões energéticas em África, como comprova a Companhia de Bioenergia de Angola (BIOCOM), uma *joint venture* entre a empresa brasileira Odebrecht, a empresa estatal Sonangol de Angola e a firma angolana Demer. O investimento de US\$ 400 milhões visa à utilização da cana de açúcar para produzir açúcar, etanol e eletricidade.

- Proteção social: Apesar dos enormes desafios enfrentados pelos formuladores de política de um país conhecido por ter um dos maiores índices de desigualdade social da América Latina, foram concebidos alguns programas para implementar proteções sociais. Desde 2003, vêm sendo inseridas políticas voltadas para o combate à fome e à marginalização, sendo o programa Fome Zero uma das mais bem sucedidas, que inclui diversos programas (como o referido Bolsa Família), promovido por meio de forte parceria entre 12 ministérios e agências governamentais. A experiência brasileira em proteção social está sendo adaptada e reproduzida em outros países em desenvolvimento, como Angola. Trata-se de atividades que visam a criar condições para a geração de um crescimento mais inclusivo.

Durante o seu mandato, o presidente Lula da Silva visava estabelecer uma nova orientação na relação entre Brasil e Angola. Uma parte central desta orientação foi o rompimento, como já fora mencionado, com o discurso culturalista que conduzia a uma imagem de Angola como uma zona sem conflitos, em estado permanente de equilíbrio. Os discursos de presidentes anteriores a Lula da Silva referiam-se frequentemente, e com ênfase, as noções de “familiaridade” ou “historia em comum”. Além disto, se transmitia a mensagem paternalista em relação aos países africanos, conforme a declaração do ex-presidente do Brasil Janio Quadros (1961): “(...) os novos grandes estados da África deveriam encontrar na maturidade internacional do Brasil a coragem que lhes faltava para acelerar a inevitável emancipação” (O Globo, 31 de maio de 1960 p. 07 *apud* Saraiva, 1993).

O velho discurso de solidariedade brasileira era visto com desconfiança por funcionários dos governos africanos que visitavam o Brasil e pela elite africana que considerava lacunoso, romântico e pouco atento à evolução histórica da própria África. De acordo com Saraiva, as suspeitas africanas não eram infundadas: “o discurso culturalista, ademais, embutiu uma série de disfarces para justificar uma aproximação que, do ponto de vista político e econômico, era bastante pragmática e mercantil.” (2012:110). O presidente Lula da Silva revisou esse discurso, elevando-o para uma dívida histórica com a África, especialmente com a África de língua oficial portuguesa, como Angola. Isso demonstra a construção de uma imagem completamente diferente daquela que foi construída anteriormente pelo Brasil em relação à África.

“Nós queremos estreitar e aprimorar, ainda mais, a boa relação existente entre Angola e Brasil. Nós entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa e economicamente mais forte, maior em população e um país mais rico, precisa fazer gestos concretos de generosidade e, ao mesmo tempo dar sinais para o resto do mundo que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, que o Brasil tem dívidas históricas com Angola, e que o Brasil quer, com gestos e com políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que, durante muito tempo ficou esquecida.” (Lula, 2003 – Reunião Ministerial Brasil-Angola em Luanda)

Para Angola, esse novo discurso apresenta uma reflexão mais sólida no campo do desenvolvimento social e econômico para sua população. Uma relação onde os interesses e os benefícios devem ser simétricos. Lula da Silva atuou para suprir o período de silêncio da década de 1990 com o território angolano e substituir por um ciclo virtuoso de cooperação e projetos humanitários para com a outra margem do Atlântico Sul. As visitas do presidente Lula da Silva a Luanda através dos seus discursos mostraram o compromisso do governo brasileiro em aprofundar cooperações, na área política, comercial, educacional e científica (ANEXO I).

Atualmente há um número importante de empresários brasileiros em Angola. Suas reivindicações por representação bancária do Brasil em Luanda e por conexão aérea assegurada por companhia brasileira encontram voz junto aos seus parceiros africanos que também são beneficiados. As empresas brasileiras têm prestígio, em todo o mercado de produtos brasileiros. Muitos angolanos estão a fazer a ponte aérea das mercadorias entre

Brasil e Angola, intensificando a relação entre ambos. Isso é devido à qualidade dos produtos, tendo como comparativo os produtos chineses que lá são negociados. Um exemplo do crescimento nas relações comerciais com o Brasil entre Brasil e Angola é a participação da Feira Internacional de Luanda (FILDA), um evento importante para empresários, tanto para possibilidades de negócios, como divulgações de produtos.

A FILDA representa um recurso importante para investimentos de empresas brasileiras em Luanda, bem como nas regiões da África Central e Austral. Em grande medida devido à importância desta feira, Angola é considerada a porta de entrada para o Brasil em continente africano. Em 2000 o Brasil participou na FILDA com 7 expositores. Em comparação com a participação de Portugal com 53 expositores, em comparação com África do Sul com 22, Alemanha com 16, além de países como China, Holanda, EUA, Moçambique, Costa do Marfim, Polônia, UK e Zâmbia, o Brasil teve uma atuação modesta nesse período. Contudo, o fortalecimento das relações entre os dois países durante o governo Lula da Silva resultou num expressivo aumento do intercâmbio comercial. O resultado desse fortalecimento foi o aumento da participação do Brasil na FILDA em 2009. Luanda contou com a presença de 75 empresas em 45 estandes, sob a coordenação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil, 2010).

Os resultados do aprofundamento político e econômico do relacionamento bilateral tem que ser levados em consideração na análise da presença de outros parceiros de grande peso, como a China, nas terras angolanas.

4.4.1 - Contra peso chinês em Angola

Atualmente, Angola é a maior parceira comercial da China em África, superando a África do Sul. Em 2005, o volume dos negócios atingiram 7 bilhões de dólares; em 2006, U\$ 9,3 bilhões de dólares e, em 2008, chegou a U\$ 10 bilhões de dólares. A China importou 18,2% de petróleo de Angola do total de importações chinesas de petróleo (Angonoticias, 2007).

Como já mencionado no terceiro capítulo, as relações sino-africanas representam uma das principais dimensões na estratégia diplomática da China. Reorientar a sua

política para o continente africano foi uma forma de se adaptar e sobreviver à mudança da situação internacional. Em um discurso intitulado “Para uma Nova Ordem Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”, Jiang Zemin⁴⁸ em sua primeira viagem a Etiópia em 1996, ele desenvolveu cinco sugestões de ação para os dois lados, que veio a colocar um novo patamar de entendimento referente à cooperação da China com os países da África, considerada uma das medidas mais importantes tomadas por Pequim (Hong Ming, 2004):

- 1- China e África devem tratar-se como amigos fiéis em todos os tempos;
- 2- Devem, igualmente, agir de acordo com os princípios de igualdade, respeitar mutuamente a soberania e abster-se de ingerência nos assuntos internos de cada um;
- 3- Devem ainda envidar esforços para assegurar o desenvolvimento comum, procurando vantagem recíproca;
- 4- Devem multiplicar as consultas entre a China e a África e intensificar a cooperação em matéria de assuntos internacionais;
- 5- Unir-se a fim de pensar o futuro e criar um mundo melhor.

Para Oliveira (2007) estas sugestões expressavam, entre outras coisas, a preocupação do governo de Pequim com a recente transformação da China e indicava a correspondente aspiração em ser um importador líquido de petróleo. Geralmente, uma das estratégias rentáveis da China seria buscar países dotados de reservas petrolíferas, que Pequim encontrava na África:

“A África precisa da China e vice-versa. A China está prestes a consolidar e desenvolver suas relações regulares e em longo prazo de cooperação conjunta com todos os países africanos. Relações orientadas no século XXI, com base nos cinco princípios de coexistência pacífica. (...) A China apoia firmemente os esforços dos países africanos para desenvolver sua economia e continuará fornecendo-lhes, dentro dos limites de suas possibilidades, uma assistência oficial, sem impor condições políticas. O governo chinês estimulará as empresas e firmas chinesas economicamente fortes a praticarem na África uma cooperação reciprocamente vantajosa, de variadas amplitudes, em muitos campos e de diversas formas, no respeito dos contratos, garantindo a qualidade e buscando a credibilidade.” (Jiang Zemin *apud* Oliveira 2007)

⁴⁸ Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica em 1996. Convocou a primeira conferência nacional sobre a cooperação econômica e comercial com a África. Com a implantação crescente de empresas chinesas na África, para facilitar o estabelecimento de contatos diretos entre as empresas chinesas e africanas, a partir do segundo semestre de 1998

Analisando as afirmações acima mencionadas e o discurso do Ministro do Comércio da China, pode-se concluir que as enfatizadas declarações são típicas de um país que utiliza-se do *soft power* em suas estratégias. Contudo, ao contrário deste discurso, não é essa realidade que o acompanha e que a presença Chinesa demonstra em Angola. O conceito mais apropriado para a relação entre Pequim e Luanda é o conceito de cunho econômico, *power currencies*. Este último refere-se quanto aos recursos específicos de um país que são valorizados por atores num contexto de relacionamento. A denominação de *power currencies* explica-se pela analogia com o dinheiro. Controle dos recursos, relações interpessoais, habilidades de comunicação e especialidade no assunto são os diferentes recursos de *power currencies* que um ator pode ter sobre a outra (Wilmont & Hocker, 2011). O poder econômico, dependendo do contexto pode ser considerado *hard* ou *soft*. Esta visão é defendida por Alexander Vuving:

“A relação entre Angola e China (como sua relação com a União Europeia e os Estados Unidos) é dominada pelo petróleo. Várias companhias chinesas estão a trabalhar na construção de casas públicas e projetos de infraestrutura em Angola, financiados pelo petróleo. Esta importante relação bilateral é provável de se manter tão forte, enquanto o fluxo contínuo do petróleo permitir”.
(2009:06)

As relações sino-angolanas foram reatadas em 12 de janeiro de 1983 em consequência da independência angolana (1975) e também pela abertura política lançada por Deng Xiaoping no contexto da política externa chinesa. Como consequência, para evitar o isolamento e a sua necessidade de importar o petróleo, China projeta-se de maneira intensa em Angola. Pequim, para suprir as suas necessidades, custeia o crescimento de Angola através do financiamento de inúmeras obras públicas, especialmente em Luanda. Os técnicos chineses estão em quase todas as principais obras do país africano, desde a construção de escolas até as redes de saneamento básico, energia elétrica e comunicações, além de infraestrutura urbana (Pautasso, 2009). A China utiliza-se do seu *power currencies*, expressos na demanda do mercado interno, no dinamismo comercial e na capacidade financeira, como instrumento de política externa para obter o petróleo e diversificar a inserção internacional do País.

Os benefícios econômicos são evidentes nesta relação: enquanto houver petróleo, ambos serão beneficiados. Os recursos chineses representam volumosos montantes em investimentos estrangeiros em Luanda. A relação sino-angolano é um exemplo de que o *soft power* chinês é apenas aplicado enquanto houver uma relação econômica. No caso de Angola, é especialmente relevante o *soft power* enquanto durar o fornecimento de petróleo. Ou seja, Luanda será beneficiada na sua reconstrução devido ao interesse pelo petróleo.

As relações Pequim e Luanda apresentam contradições e assimetrias, resultado dos respectivos interesses nacionais. A China é alvo de muitas críticas acerca da sua atuação no território angolano. Por exemplo, o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola critica o fato das empresas contratadas para execução de projetos financiados pelo China Exim Bank serem apenas originárias da própria China (CEIC/UCAN, 2012). Este acontecimento tornou-se obviamente uma barreira à concorrência internacional. Considerou-se que esta ação foi devida as supostas medidas tendenciosas e não transparente entre o governo angolano e chinês, o que facilitou a China a controlar todos os fundos que disponibilizou até agora. Outro ponto obscuro é a preferência dada a Pequim em projetos que não vão a concursos públicos. Ultimamente, esta medida prejudica as próprias empresas angolanas, que não recebem apoio do governo a fim de alcançar um maior nível de desempenho (Silva, 2011). O porta-voz do governo angolano, Rui Falcão, rebate as críticas e diz que os investimentos representam o caminho certo para Angola:

“Nos EUA e na Europa há muita gente a viver debaixo da ponte; sejam humildes! Não exija da África aquilo que os países desenvolvidos não conseguiram resolver. É fundamental primeiro sabermos de onde viemos. Como se sabe, tivemos longos anos de guerra, uma guerra que destruiu o país quase por completo. Para reconstrução do país precisamos de recursos, não tivemos condições de resolver os problemas sozinhos. Apareceu um amigo que deu a mão, você vira as costas? Ou aperta-lhe a mão? A comunidade internacional virou-nos as costas, o único país que apareceu na altura disponível para nos ajudar no momento de reconstrução do país foi a China e nós temos que estar eternamente gratos à China.”⁴⁹

⁴⁹ China bankrolling Angola with billions –Filme distribuído por Journeyman Pictures, 2011
http://www.youtube.com/watch?v=QkjH_0wKPfo

Outro fator agravante é o fato de empresas chinesas trazerem para o trabalho a sua própria mão de obra. As empresas chinesas não absorvem a população local, aumentando ainda mais os problemas sociais do país e principalmente o comércio informal em Angola.

“Os chineses vieram com o seu dinheiro, seus equipamentos e tudo que é deles. Trouxeram os ajudantes, os mestres, eletricitas, os pedreiros, e os angolanos que poderiam está fazendo este trabalho, não há espaço, não há emprego para nós.”⁵⁰

A falta de qualidade é outro problema que Luanda enfrenta com o término das obras, depois de algum tempo aparecem problemas estruturais. Um dos exemplos apontado é o Hospital Geral de Luanda. Poucos anos depois da sua construção, este apresentou danos estruturais. Apesar dos baixos preços das construtoras chinesas, as empreitadas na construção desse hospital ainda não permitiram um retorno do investimento para a população, onde continua a ser atendida em tendas. Associa-se esta situação também à incapacidade do Instituto Nacional de Regulação de Qualidade, que é responsável pela certificação da qualidade dos projetos de construção em Angola, de não acompanhar as construções em curso no País. Ao respeito do hospital, o diplomata chinês em Angola Gao Kaxiang afirmou que:

“Acredito que o povo angolano quer resultados na reconstrução o mais cedo possível. Eu não posso dizer que as construções são perfeitas, nenhuma empresa de nenhum país pode dizer isso. Se nós tivermos algum problema ou dificuldade, nós discutimos sempre com a parte angolana”⁵¹

Este comportamento chinês não é visto com legitimidade e autoridade moral pelos angolanos, exceto para o governo que compactua com a atuação chinesa através de acordos obscuros. Ativistas contrários ao governo consideram que as empresas chinesas são cúmplices da corrupção e desvios de verbas públicas (Silva, 2011). Esses são fatores que representam o oposto da preconização da política *soft power* no que se refere a admiração pelos respectivos valores, comportamentos e certamente ausência de subornos para o alcance dos seus objetivos.

⁵⁰ *Idem*

⁵¹ *Idem*

Entretanto, são relações bilaterais que apresentam também grandes oportunidades e desdobramentos para o sistema internacional. Para a China, estas representam a manutenção do suprimento de recursos naturais e a projeção internacional do País. Para Angola, com uma visão mais pragmática, as relações com a China são a possibilidade de barganhar a inserção internacional, escapando às imposições das grandes potências (EUA e antigas metrópoles) e dos organismos internacionais (como FMI) que frequentemente violam a soberania dos países periféricos (Pautasso, 2009).

Conforme o presidente angolano José Eduardo dos Santos resumiu: “China precisa de recursos naturais e Angola de Desenvolvimento” (citado em Vuving, 2009). Isso mostra que Luanda tornou-se mais hábil nas negociações internacionais em termos comerciais que são “favoráveis” ao país e dessa forma busca balancear as suas relações internacionais, mesmo sendo alvo de críticas internas e externas mediante a sua relação com os chineses.

4.5 – A ação do *soft power* brasileiro em Luanda

Muitos analistas veem uma disputa por “corações e almas” angolanos entre Brasil e China. Porém, para Pimenta (2010) esta relação tem uma longa trajetória e isso faz com que o Brasil adote como diferencial de sua política comercial a combinação entre negócios e soluções de desenvolvimento institucional e social não oferecidos pela China. Para evitar uma clara confrontação com a China, a diplomacia brasileira afirma que há espaço para todos na economia angolana, discurso este ratificado por Alberto Esper, presidente da Associação de Empresários Brasileiros em Angola (AEBRAN) quando este diz:

“Não achamos que haja competição, porque ainda existe muito espaço para cada um se desenvolver na sua capacidade. Tudo o que o Brasil disponibilizou em termos de recursos foi utilizado. O Brasil não deixa de colocar seus investimentos, seus recursos, seus financiamentos em Angola por causa da presença chinesa ou portuguesa, existe espaço para todos”. (Esper *apud* Uchoa 2010).

Percebe-se uma clara intenção dos investidores brasileiros em desenvolver uma política de conciliação aos interesses em Angola, de modo que um importante aliado brasileiro (já que ambos fazem parte dos BRICS) não se sinta explicitamente ameaçado

pela concorrência econômica brasileira. Assim o Brasil pode manter Angola sob sua área de influência. Trata-se de uma estratégia que podemos atrelar ao *soft power* brasileiro: uma atuação que escolhe a forma pacífica de relações com outras nações, porém sempre objetivando o seu crescimento em proporções globais.

Durante o governo de Lula da Silva o Brasil frisou uma relação simétrica com Angola. Um exemplo dessa relação foi a participação de empresa privada angolana na exploração de hidrocarboneto no Brasil que deu novo impulso às relações comerciais entre os dois países. A empresa angolana Somoil venceu a concorrência para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo Baiano, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização.

A empresa brasileira a Odebrecht, considerada a segunda empresa empregadora em Angola, está no mercado angolano há mais de 26 anos, emprega 12 mil trabalhadores, chegando até 20 mil em períodos de alta requisição de mão de obra. Além disto, as empresas brasileiras e angolanas têm vários projetos que eles desenvolvem juntamente em Angola. A Odebrecht e a Sonangol lançaram durante a visita de Lula da Silva uma empresa mista que espera produzir açúcar e etanol. Este projeto foi orçamentado em 200 milhões de dólares em investimentos, com a geração de dois mil empregos diretos, traduzindo-se em um exemplo de cooperação com repercussão social. A Odebrecht tem um programa que busca mão de obra nacional proveniente das faculdades para estagiarem e trabalharem no programa denominado “Jovem Aprender”, assim substituindo a mão de obra brasileira pela angolana em quase 80% em 2011 (ANGOP, 2011b).

Essas ações influenciam o crescente comércio exterior entre as partes contratantes, sendo uma das empresas chaves para a expansão e fortalecimento da presença brasileira em solo africano. Uma tentativa de alcançar autonomia pela diversificação, onde o governo brasileiro se proporia a expandir e diversificar suas parcerias e estratégias em atuação no cenário internacional (Vigevani, 2007).

Os investimentos brasileiros em Angola não se comparam aos da China, em termos de valores econômicos, porém, o Brasil acredita ter uma vantagem em relação a China, nomeadamente, em termos da política para os trabalhadores africanos. Esta política representa um recurso que está a ser utilizado nas investidas econômicas em Angola.

Conforme o ministro do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior do atual governo brasileiro Fernando Pimentel:

“Esse é o nosso maior cartão de visitas de que estamos chegando nesses países fazendo mais do que vender produtos e serviços. As empresas brasileiras têm uma imagem boa na África. Isso compensa a nossa fragilidade de financiamento em comparação com a China”. (*apud* Gruddings, 2011)

A relação entre Brasil e Angola é cada vez mais crescente. Para Nedilson Ricardo Jorge⁵², “a Cooperação Sul-Sul⁵³ está baseada na solidariedade e no interesse mútuo, o Brasil quer ajudar o País a desenvolver-se”. O modelo brasileiro de desenvolvimento em algumas áreas, conforme já visto, provoca admiração. Esta imagem construída pelo Brasil, atração em decorrência de suas atitudes externas é resultado de país que aplicou ferramentas do *soft power*. Outros resultados são o reconhecimento dos seus valores, admiração pela sua cultura que inspiram os outros a segui-lo.

Contudo, além do âmbito comercial no continente africano, podemos citar também o papel do Brasil no âmbito da segurança a ZOPACAS e no âmbito político, o exemplo da CPLP. Estes dois mecanismos também marcam a presença brasileira em Angola.

Lula da Silva realizou um outro tipo de cooperação entre Brasil e Angola que foi o curso para Diplomatas Africanos oferecido pela Fundação Alexandre de Gusmão, ligada ao Itamaraty. Ministrado no Rio de Janeiro, o curso tem como participantes diplomatas de países como Angola, África do Sul, Botsuana, Gana, Namíbia, Nigéria, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O Brasil aposta numa estratégia na formação intelectual de Angola e outros países africanos que no futuro possam a ser um recurso utilizado a favor do Brasil.

Além da área econômica e intelectual, o Brasil tem com Angola projetos na área cultural, gerido pelo Ministério da Cultural em coordenação com o Itamaraty. No dia 10 de novembro de 2008, a TV Globo Internacional, emissora brasileira de grande audiência

⁵² Diretor do Departamento para a África no Itamaraty durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva. Diplomatas estrangeiros procuram formação no Brasil <http://envolverde.com.br/noticias/diplomatas-estrangeiros-procuram-formacao-no-brasil/>

⁵³ A partir de 1970 o termo sul passou a ser empregado aos países em desenvolvimento. Localizam-se geograficamente ao sul do globo. Porém o termo Cooperação sul-sul ganhou destaque da pressão dos países em desenvolvimento por acordos internacionais que reduzissem as disparidades econômicas entre as nações norte e sul. Está cooperação está a ganhar forças atualmente e tem exercido um papel diferenciado na atual conjuntura.

em Angola através de suas telenovelas, realizou o “Dia da Amizade Angola-Brasil” por meio de um espetáculo musical que reuniu mais de 20 mil pessoas em Luanda com apresentações artísticas dos dois países.

O resultado dessas investidas levaram os angolanos a ter o Brasil como uma referência. É visto como um país que libertou-se primeiro, um irmão mais velho. Por exemplo, no campeonato de futebol, os angolanos torcem pelo Brasil. Pode-se dizer que isso é uma reminiscência de tempos antigos. O povo angolano assiste telenovelas brasileiras, emissoras brasileiras passam em Angola. Uma forte presença brasileira na religião, principalmente em igrejas evangélicas, onde há centenas de templos em Angola. Angolanos que creem tem uma boa visão do Brasil. Essas igrejas são vistas como um refúgio espiritual que os brasileiros estão levando (Pepetela, 2011). Isso mostra como os valores morais e culturais, além é claro, de investimentos econômicos em um país que precisa de auxílio como Angola, são importantes para uma integração e cooperação entre si.

4.6 - A ação do *soft power* em discursos de Lula da Silva em terras angolanas

Lula da Silva durante o seu mandato realizou duas visitas em terras angolanas através de seus discursos possibilitou um curso de ação particular para alcançar os seus objetivos, pelo qual firmou a sua legitimidade, a fim de realizar determinadas práticas políticas e econômicas dentro dos recursos do *soft power*, bem como é levantado no terceiro tema apresentado por Gill. Será analisado discursos do presidente Lula da Silva na sua primeira viagem para Angola em ambos os mandatos, observando a empregabilidade em seus discursos características do *soft power*, bem como a funcionalidade e o significado da região angolana para a política externa do Brasil. Discursos importantes que direcionaram qual a política e postura que seriam adotadas durante o mandato de Luis Inácio Lula da Silva em Angola.

4.6.1 – Discurso de Luis Inácio Lula da Silva no primeiro mandato

O discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva ocorreu na reunião ministerial Brasil e Angola, no dia 03 de novembro de 2003, em Luanda. Esta foi a sua primeira

viagem como presidente em Angola. No início do discurso Lula da Silva enfatizou conjuntos de temas de interesse em comum para ambos os países, onde o contexto que os envolviam era do lado brasileiro, um interesse de um fortalecimento das relações Brasil e África, sendo a Angola o início deste objetivo, e em contra partida Angola necessitava de apoio de países para sua reconstrução. Diante desta conjuntura firmariam novos acordos que impulsionariam ainda mais o relacionamento de ambos, ou seja, a afirmação dos ideais do Brasil que se adaptam as necessidades das autoridades angolanas.

Lula da Silva no decorrer do discurso mencionou a aproximação dos dois países os chamando de irmãos e, logo após, enfatizando a promoção das relações bilaterais. Ele fez recordar durante o discurso o período de guerra e o momento de paz que o País estava a viver, sendo assim, Luanda está propícia para uma maior consolidação e cooperação entre ambos. O presidente Lula da Silva ressaltou que Angola é um dos maiores beneficiários dos programas de cooperação técnica brasileiro. Enfatizou que Angola é ainda o destino de grande parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistemas de crédito por parte do governo brasileiro que têm funcionado de maneira eficiente. Esta posição fez elevar o Brasil perante Angola a uma liderança econômica, que reforça a sua legitimidade.

Durante o discurso Luis Inácio Lula da Silva afirma que a relação entre os dois países está embasado em afinidade espontânea e de solidariedade recíproca. Segundo Lula da Silva: “Essas circunstancias explicam porque Angola é, desde sua independência, uma prioridade em nossa diplomacia”. Ele também defendeu um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico, fatores que estão presentes nas manifestações da tabela 3. Áreas como agricultura, educação, formação profissional combate à fome e à miséria, combate epidemia a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) foram questões mencionadas pelo presidente Lula da Silva, no qual o Brasil atuou fortemente para contribuir para o processo de reconstrução de Angola.

Um dos acordos mencionado durante o discurso foi o Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente. Como o próprio Lula da Silva falou um tema novo na agenda bilateral, no entanto para a comunidade internacional isso já era bastante difundido e bem aceito. Podemos verificar neste tópico do discurso o que os construtivistas consideram fundamental que é a distribuição de ideias. Um dos pontos áureos do discurso foi a

menção do assento do Conselho de Segurança da ONU, segundo Lula da Silva: “ Brasil e Angola estarão ocupando simultaneamente assentos no Conselho de Segurança, coincidência que deve ser aproveitada para aumentarmos nossa sintonia em temas relacionados com a paz e segurança internacional”. O presidente também mencionou da importância da atuação da CPLP, que na época o Brasil presidia. Após esse discurso segundo a reportagem de Becoccina (2003) o presidente Angolano, José Eduardo dos Santos apoiou a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de eleger o presidente Lula da Silva como o representante dos pobres no mundo (Sant’Anna, 2003). Objetivos alcançados depois da retórica do discurso.

Lula da Silva finalizou o seu pronunciamento ao falar da dívida histórica do Brasil com Angola, por causa da escravidão, os laços históricos entre os dois países. O fato do Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e os quase 40 anos de guerra que o país viveu foram várias vezes mencionados pelo presidente brasileiro.

4.6.2- Discurso de Luis Inácio Lula da Silva no segundo mandato.

Em seu segundo mandato (2007-2010), o presidente Lula da Silva fez-se novamente presente em Angola a fim de reafirmar os compromissos políticos e econômicos defendidos em seu primeiro mandato com Luanda. Em uma sessão solene de abertura do encontro bilateral com o presidente Angolano, José Eduardo dos Santos em 18.10.2007. O presidente brasileiro, no início do discurso, demonstrou em palavras o prazer de estar de volta em terras angolanas: “Sinto-me em casa nesta terra, um dos berços da nossa nacionalidade”. Palavras que objetivavam exaltar a importância do povo angolano na formação cultural dos brasileiros, que através de palavras chaves cria uma relação de confiança e respeito que implicará na boa recepção das autoridades angolanas aos objetivos brasileiros, o poder suave em ação.

Lula da Silva menciona o progresso econômico e as dívidas externas decrescentes que o Angola estava a conquistar, exaltando a paz que o País estava a viver e que influenciou para esta positiva situação. O presidente brasileiro fez menção ao crescimento do comércio entre os dois países desde a sua última visita a Angola, frisando que Angola é o terceiro maior fornecedor africano para o Brasil. Um dos fatores relevantes durante o discurso foi ao citar a Somoil, empresa petrolífera angolana, que está a explorar petróleo e

gás na Bacia do Recôncavo, na Bahia, tornando-se a primeira empresa angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Resultados como este demonstra que a adoção da política *soft power* pode levar a ganhos simétricos e não somente ganhos assimétricos. No decorrer do discurso o presidente brasileiro ainda fez questões de mencionar os ganhos obtidos por Angola através de parcerias com o Brasil, como por exemplo, a hidrelétrica de Capanda afirmando que era o mais importante projeto de infraestrutura do país, além dos investimentos brasileiros que ajudaram Angola a modernizar-se. Um discurso, que segundo os temas básicos defendidos por Gill, tem uma linguagem construtiva que reflete de forma transparente os acontecimentos.

No decorrer do discurso Lula da Silva mais uma vez menciona as relações históricas, o reconhecimento da independência Angolana pelo Brasil. O presidente assumiu o compromisso de ampliar a linha de crédito para obras de infraestrutura a serem realizadas por empresas brasileiras em Angola, segundo suas palavras: “Tomei essa decisão, pois, confio na capacidade das empresas brasileiras de ajudar a encontrar soluções apropriadas a Angola”. Diante deste compromisso Lula da Silva reforça o recurso da política externa, defendido pelo *soft power*, utiliza-se da atuação comercial, como observado na tabela 3, para expansão do Brasil em terras angolanas.

O presidente brasileiro fez questão de mencionar os sucessos que o Brasil está obtendo em área de biocombustível, através das políticas adotadas durante o seu mandato. Ou seja, uma forma de persuadir Angola a fazer uma cooperação com o Brasil neste campo, já que o Brasil demonstra certa legitimidade neste assunto. Os valores políticos do Brasil foram exaltados por Lula da Silva: “O mecanismo de consultas políticas que estamos estabelecendo espelha a maturidade alcançada em nossas relações bilaterais”. Acordos na área da educação, iniciação científica, ampliação de programas de graduação e pós-graduação para os Angolanos foram mencionados. Na questão cultural Lula da Silva defendeu o aprofundamento das afinidades entre os dois países e a formação de parcerias com a instalação da Casa da Cultura nos dois países.

Lula da Silva finalizou o seu discurso com a demonstração de agradecimento ao apoio de Angola para que o Brasil assumisse assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ele enfatiza que é um gesto de confiança no qual o Brasil aprecia. O presidente do Brasil falou do importante papel que Angola está a fazer em África, como a assinatura

de acordo de paz na República Democrática do Congo. No âmbito da CPLP o Brasil e Angola estão a trabalhar em conjunto para a recuperação econômica de Guiné Bissau. A restauração e aprofundamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foram defendidas pelo presidente do Brasil, no qual o benefício será para todos os participantes. Lula da Silva, com sua autoridade carismática, encerrou a sua fala com o “Renascimento Angolano” um exemplo de inspiração para as demais nações do continente que buscam uma estabilidade política e econômica. Palavras que possuem uma boa retórica a fim de tornar-se persuasivo para as questões de interesse.

Os recursos do *soft power* encontram-se nos dois discursos acima referidos. Os discursos foram realizados em anos diferentes, porém a situação era semelhante em ambos os casos o presidente Lula da Silva estava no primeiro ano do seu mandato. A postura do presidente brasileiro era a mesma em ambas as falas. Lula da Silva utilizou-se da sua autoridade carismática para se posicionar perante as questões das políticas internacionais e o anseio do Brasil em assumir um lugar no Conselho de Segurança da ONU, além de deixar clara a importância do apoio de Angola para a conquista dessa posição.

Pelos exemplos citados neste capítulo, o Brasil utiliza mecanismos do *soft-power* que representam um modelo geoeconômico de inserção na África por meio de empresas nacionais, acordos políticos, mecanismos de segurança, formação intelectual, afirmação cultural e discursos. O Brasil demonstrou uma nova forma de fazer política externa que não depende apenas de poderio militar, mas de diferentes frentes de atuação. A presença do Brasil em Angola não deixa de ser estratégica, no entanto, o Brasil passa a agir com responsabilidade, buscando seus objetivos, mas permitindo que os parceiros também alcancem os seus. O Brasil durante o governo de Lula da Silva trabalhou para encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável e equitativo. A cooperação foi crucial para transformar afinidades e interesses comuns em benefícios concretos para ambos os povos (Campos, 2008).

Como observamos, a política externa brasileira tenta manter uma coerência entre as suas atuações e a teoria *soft power* com objetivo de articular os interesses nacionais, bem como está em sintonia com os interesses do estado angolano. O Brasil busca acercar-se de Angola, acompanhar suas atividades e estabelecer mecanismo de cooperação.

Considerações finais

A agenda da política mundial é algo mutável, e como tal, faz-se necessário entender as alterações nas “regras do jogo” da política internacional, e especialmente observar as táticas que são adequadas para vencer num tabuleiro internacional, onde o mundo contemporâneo está inserido. Para os Estados não ficar a margem, do mundo contemporâneo sempre em mudança, é necessário desenvolver e fortalecer capacidades para manter-se em evidência, e assim atrair outros países a fim de realizar os seus objetivos. No capítulo I foi explorado o que Nye (2004) chama da segunda *face* do poder, o *soft power*, uma habilidade para estabelecer-se na agenda política mundial e atrair o apoio de outros países para a realização dos seus objetivos.

A perspectiva do *soft power* demonstra que um país pode obter o seu prestígio e manter a sua autoridade sem coagir ou subornar o outro, ou seja, o comportamento dos outros dependerá da forma em que os recursos defendidos pelo *soft power* são convertidos em resultados. Dessa forma, estratégias no âmbito da política externa, cultura e nos valores políticos são importantes para o país que deseja promover a democracia, direitos humanos, além de serem fatores relevantes que conduzem a uma abertura de mercados para sustentar a sua economia, já que no mundo globalizado o equilíbrio do poder está atrelado a interdependência econômica entre os países.

A fim de responder a pergunta de investigação estabelecida inicialmente referente à forma como a política externa brasileira, adotada durante o governo de Lula da Silva, atestou a operacionalização do conceito *soft power* em Angola, verificamos que os recursos salientados por Nye foram importantes na dinâmica das relações entre Brasil-Angola. Estas conclusões são resumidas e apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 8: O *soft power* em Angola

Recursos do Soft Power	Tipos	Manifestações	Manifestações do <i>soft power</i> brasileiro em Angola
Cultura	Cultura/ Identidade cultural	Literatura, arte e música.	A presença da cultura brasileira através de: telenovelas, -espetáculo musical: Dia da Amizade Angola-Brasil -futebol Aspetos da cultura/identidade cultural: - cursos para diplomatas africanos

			-refúgio espiritual: Igreja Univeral em Angola
Política Externa	Política externa, atuação comercial, legitimidade e credibilidade	Diplomacia, coalizões, fóruns multilaterais, acordos internacionais	- atuação em conjunto na CPLP - país que mais recebeu investimentos do Brasil (FILDA). -cooperação no âmbito da agricultura (Embrapa), medicina (Fiocruz) e energia. Dimensões de legitimidade e credibilidade: - relação simétrica (a presença da empresa angolana Somoil no Brasil juntamente com a atuação das empresas brasileiras em Angola) Atuação comercial -perdão das dívidas
Valores Políticos	Ideais, valores políticos/ domésticos.	Defesa da democracia, direitos humanos, liberdade religiosa e política e igualdade social.	Igualdade social - empregabilidade de angolanos pelas empresas brasileiras. -cooperação de proteção social. - formação profissionalizante Defesa da democracia e direitos humanos - cursos para diplomatas africanos. - refúgio espiritual: Igreja Universal em Angola -perdão das dívidas - a imagem do Brasil como um “irmão mais velho”. -rompimento com o discurso culturalista.

Fonte:Sumário da autora

A tabela acima indica como o Brasil tornou-se atrativo através dos recursos do *soft power* e o(s) meio(s) através dos quais estes foram operacionalizados no território angolano. Trata-se de ações que integram o que Nye retrata: “A imagem ou atratividade de um país é composta de atitudes externas em variedade de tipos e níveis” (2004:35). Neste campo tridimensional, verificamos a importância da utilização de cada recurso defendido pelo *soft power*, no que se refere as ações do Brasil no território angolano.

Retiramos da nossa análise que a cultura, utilizada como recurso do *soft power*, traduz os valores e práticas que o Brasil possui como referência e deseja compartilhar-las para assim tornar-se atrativo. Em Angola foi utilizado o que se denomina “alta cultura”, tendo como ação os cursos para diplomatas africanos, exatamente com o objetivo de atingir as elites, como propõe esta parte da ação cultural. O governo brasileiro esteve preparando o campo político/diplomático na relação entre Brasil e Angola, onde esses diplomatas compartilharam dos valores e práticas que o governo brasileiro defende em questões nacionais e internacionais. Além disso, as telenovelas, o futebol, espetáculos e refúgio espiritual foram também uma forma do governo brasileiro compartilhar os seus valores e práticas para sociedade angolana em geral, especialmente as classes mais

baixas. O objetivo da referida ação que se enquadra na dimensão cultural é que todos, tanto a elite quanto as baixas classes sociais, sejam atraídos cada vez mais e assim o Brasil possa obter o que se deseja.

No que se refere à política externa, esta foi a ferramenta mais visível do Brasil como retrata a tabela 8. As ações na CPLP, na FILDA, as cooperações realizadas tanto com a Embrapa e a Fiocruz foram estratégias utilizadas pelo Brasil para alcançar seus interesses tanto nacionais quanto internacionais. Dentro dos interesses do governo brasileiro, conforme vimos nos capítulos anteriores, está à legitimidade diante da comunidade internacional. Foi demonstrado como a intencional relação simétrica e perdão das dívidas dentro do recurso da política externa do Brasil levou a realização dessas ações a fim de alcançar o referido interesse diante do governo angolano.

A utilização do recurso dos valores políticos do Brasil foi materializada em ações que se adequavam as necessidades de um país em reconstrução. A igualdade social através da empregabilidade do povo angolano foi um diferencial em relação à China: como já mencionamos as empresas chinesas utilizam a sua própria mão de obra, causando insatisfação do povo angolano. Enquanto o Brasil procurava o seu espaço em território angolano e como não tinha condições de competir com a China em termos de investimentos econômicos, optou pela valorização da mão de obra angolana através da empregabilidade e aperfeiçoamento profissional. Eventualmente, esta postura do Brasil tornou-se num poderoso recurso de atração, criando, ao mesmo tempo, um diferencial no que se refere à posição da China. A imagem do Brasil como irmão mais velho e o rompimento com o discurso culturalista também contribuíram para a admiração dos valores brasileiros.

Como resultado das ações acima mencionadas, o Brasil sob a égide do *soft power*, conquistou em Angola coberturas políticas e econômicas. Estas manifestações do governo brasileiro, bem como ajuda econômica aos países menos favorecidos, conduziram ao fortalecimento da legitimidade do Brasil, um instrumento essencial na aplicabilidade do *soft power*. Verificamos no decorrer do trabalho o reconhecimento da legitimidade do governo de Lula da Silva, como por exemplo, no caso da indicação do presidente do FEM, Klaus Schwab, como presidente modelo, a ser seguido globalmente devido aos seus comprometimentos com o crescimento econômico e justiça. Este exemplo é indicativo da

legitimidade conquistada pelos atores brasileiros, com a referência à autoridade carismática e valores domésticos defendidos particularmente. Podemos concluir que se trata, segundo Weber, de uma aprovação social que é essencial para a consolidação das relações de poder.

A análise realizada nesta dissertação permite concluir que a referida relação de poder associada à legitimidade esteve presente nas relações Brasil e Angola de forma mais geral. Não podemos deixar de acrescentar que os valores domésticos e políticos defendidos por Lula da Silva construíram um dos recursos do *soft power* na conquista do seu espaço no território angolano. Esses valores foram reconhecidos pelo presidente angolano José Eduardo dos Santos ao eleger Lula da Silva como o representante dos pobres no mundo (Sant'anna, 2003). O referido posicionamento aponta para uma hegemonia da política externa do Brasil no campo das ideias e da cultura, como defende Gramsci.

A construção da legitimidade e hegemonia do Brasil perante Angola está também atrelada à história que envolve os dois países, desde a escravidão ao reconhecimento da independência de Angola. A teoria construtivista pode iluminar importantes características na identidade de cada um que veio a fortalecer a política externa do Brasil e levou a manifestações de coalizões, fóruns multilaterais e acordos internacionais como retratado na tabela 8. Neste sentido, podemos confirmar que a teoria construtivista e o *soft power* complementam-se. O presidente Lula da Silva amparou seus discursos no sentido de sempre enfatizar uma identidade comum entre Brasil e Angola como ferramenta para demonstrar e reforçar legitimidade e hegemonia brasileira de uma forma persuasiva e não coercitiva em Angola. Os angolanos foram conduzidos a verem o Brasil como um país irmão, ou seja, um irmão mais velho que tem valores que são admirados pelos angolanos, tal como reconhecido por um dos escritores angolano, Pepetela.

Os discursos de Lula da Silva foram um exemplo da própria ação política no qual se demonstrou o poder da linguagem enquanto uma forma de alcançar os seus objetivos. Acima de tudo, a mudança na retórica do discurso constitui-se enquanto um fator central, deixando de ser um discurso de solidariedade, para dar espaço a um discurso apontando para a existência de uma dívida histórica. Esta mudança tornou-se mais atrativa aos olhos dos angolanos devido à fase de crescimento que o país estava a viver e as necessidades de

investimentos, ao contrário dos atos solidários. Ao afirmar um interesse no fortalecimento das relações Brasil e África, sendo Angola o início deste objetivo, Lula da Silva confirma um discurso em forma de ação, ou seja, a orientação da função do discurso, conforme defendido por Gil (2002) que resultou em manifestações em Angola conforme tabela 8.

Da parte da liderança brasileira, foram expressas e transmitidas palavras que se destacaram pelo poder de persuasão sobre os angolanos, reforçando a ideia de o Brasil estar a ajudar a reconstruir Angola como um país irmão e parceiro. Com uma visão mais pragmática, toda a exaltação no discurso e as ações defendidas por Lula da Silva em Angola tiveram por objetivo ampliação da influência do Brasil no território africano, movimentar a economia brasileira através de acordos bilaterais, especialmente obter uma projeção internacional, através do fortalecimento de comunidades como a CPLP, Zona de Paz e Cooperação Sul-Sul. O Brasil também quis mostrar ao mundo que tem condições de ajudar a reconstruir um país africano, como é o caso de Angola, referindo-se a boa fase que o país estava a viver.

Podemos verificar mediante a comparação entre a atuação do Brasil e da China, que apesar da força econômica que a China possui, esta não tem o carisma que o governo brasileiro conquistou durante o período de Lula da Silva, nem atitudes que se enquadram com a política *soft power*. Constatamos isso através das declarações do povo africano no que se refere ao descontentamento com as obras de infraestrutura e da política adotada pelos chineses em terras africanas demonstrando uma atuação assimétrica da China na região. Observamos que a China tem os recursos financeiros que Angola precisa para o seu crescimento, mas também vimos que o interesse chinês em relação a Angola está relacionado com algo que Angola possa oferecer a Pequim, nomeadamente, o petróleo. Constatamos a presença do *power currencies* na relação China e Angola, sendo o poder financeiro chinês um dos principais recursos nesta relação, que somente é atraente para o governo angolano, já que a população pouco tem acesso aos benefícios que esta relação traz ao país. Isso é perceptível nas queixas das classes mais pobres dos cidadãos africanos devido à ausência de oportunidades de trabalhos para eles, bem como construções de má qualidade, como o hospital em Angola.

Em contrapartida, a dissertação analisou as estratégias das empresas brasileiras que procuram adotar mão de obra local, adotando uma postura de valorização do povo

angolano, bem como de ajuda ao desenvolvimento do país, cooperando para o desenvolvimento intelectual, profissional e educacional dos jovens angolanos, através de programas como Jovem Aprender e cursos para diplomatas africanos no Brasil. Trata-se de ações que resultam em atratividade dos angolanos em relação ao Brasil no campo da cultura, política e valores domésticos do governo brasileiro. Eventualmente, estabelece-se uma visão de simetria entre as duas regiões e não de uma assimetria ao que o continente africano estava habituado. Tudo isso foram fatores relevantes para o papel e ação do Brasil em Angola.

Durante o governo de Lula da Silva percebemos a importância e a abertura que foi dada à participação dos *decision-makers* na condução da política externa brasileira, o que diferenciou a política externa deste presidente em relação aos governos e políticas antecedentes. Ao fazer uma análise da evolução da política externa do Brasil democrático verificamos como a postura de um presidente tanto em questões domésticas, quanto em questões internacionais refletem na imagem de um país. Podemos dizer que um presidente não governa sozinho, é de grande importância a participação do MRE com os seus *decision-makers* na construção da imagem de um país.

Vimos que o MRE não esteve atuante nas políticas de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, porém, observamos que houve uma forte influência no governo de Lula da Silva. O modelo adotado pelo presidente brasileiro juntamente com os seus *decision-makers* foi meritório na construção do país. Lula da Silva com orientação para o autonomismo, mostrou-se firme em seus propósitos, não se deixando intimidar por grandes instituições financeiras como o FMI e potências internacionais como EUA na imposição de regras que regem a comunidade internacional. A aspiração de tornar o Brasil num país mais ativo e influente na política internacional ficou bem clara no discurso proferido por Lula da Silva ao FEM afirmando qual seria o posicionamento brasileiro, ou seja, um país mais ativo e influente na política internacional.

Tanto em discursos do presidente Lula da Silva como também pronunciamentos dos *decision-makers* foram observados a presença da exaltação dos recursos do *soft power*. Também foi claro que o Brasil, um país emergente, quer ter uma palavra a dizer nas decisões tomadas ao mais alto nível, no plano da política internacional. Podemos dizer que através dos seus discursos o presidente Lula da Silva demonstrou-se a credibilidade

política, a boa fase econômica do país, atração cultural, e o interesse em cooperações. Esse tipo de atuação levou a conclusão que a política externa do Brasil durante o governo de Lula da Silva tinha a preocupação de enaltecer os atributos do *soft power* em Angola.

Considerando esses aspectos podemos concluir que o Brasil percebeu a importância da cooperação entre os países, enquanto fonte da sua legitimidade, atração e credibilidade. Neste sentido, o Brasil procurou comunicar-se com o mundo, expondo suas habilidades políticas e o crescimento econômico que o país estava a viver, ação que foi direcionada para aqueles países que necessitam de ajuda para o seu desenvolvimento político e econômico, como foi o caso da Angola, um país devastado pela guerra civil, porém disposto a reconstruir-se através de investimentos estrangeiros, e não de doações.

De acordo com Nye (2004), o *soft power* ganha importância relativa nesse quadro de divisão de poder. Entretanto, os países que forem mais ágeis em desenvolver atratividade vão ganhar mais espaço no cenário internacional através da adoção da política *soft power* devido aos três fatores: comportamento, moedas primárias e políticas governamentais. Dado exposto, concluímos que foi dentro dessa conjuntura que o Brasil atuou em Angola, tendo como vantagem a mesma língua, o português, além do fato de ambos os países pertencerem a uma mesma comunidade da CPLP.

Durante o período em que Lula da Silva esteve no poder procurou adotar políticas relacionadas com a implementação dos recursos defendidos pelo *soft power* na ação externa brasileira. Verificamos que o presidente Lula da Silva percebeu que para o Brasil conseguir sua legitimidade e um lugar de destaque no cenário internacional, este tem que competir com outras potências com uma força maior de influência, como a China. Neste caso, fazia-se necessário adotar uma postura caracterizada pelo *soft power* levantando questões de interesses globais, para demonstrar o interesses do Brasil em contribuir para o cenário internacional.

Tendo em vista os aspectos observados, esta dissertação conclui com afirmação de um atuante papel do Brasil na reconstrução de Angola. O governo brasileiro aproveitou a oportunidade de estreitar os seus laços com o continente africano, afirmar a legitimidade, capitalizando nas suas conquistas enquanto país que estava a viver um momento econômico positivo e que estava disposto a aumentar o seu ativismo nas questões internacionais, principalmente em relação ao seu interesse por assento permanente no

Conselho de Segurança da ONU, que foi apoiado pelo governo angolano. A retomada do continente africano como propriedade da agenda de política externa do Brasil nos levou a acreditar que foi uma manobra para afirmação da política externa do País, adotando o *soft power* como estratégia.

Durante os seus oito anos de governo Luis Inácio Lula da Silva escreveu um novo capítulo nas relações entre Brasil e África, principalmente com Angola. Isto foi realizado especialmente com apoio das ações no espírito do *soft power*, que foram operacionalizadas por Lula da Silva em terras angolanas em diferentes áreas de atuação. Concluindo a análise do discurso, bem como o comportamento político do presidente Lula da Silva, constatamos o respectivo alinhamento tanto de interesses e oportunidades materiais, e também a aspiração de fazer crescer economicamente, politicamente e culturalmente um país considerado irmão, ajudando-o a conquistar seu lugar na nova ordem internacional.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Amorim, Celso. 2003a. Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de secretário-geral das Relações Exteriores, em Brasília. In: AMORIM, C.; Guimarães, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. A política externa do Brasil. Brasília: IPRI/Funag,

Amorim, Celso. 2003c. Entrevista do embaixador Celso Amorim à revista CNI – Indústria Brasileira. Brasília: MRE, 1º out. 2003b. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=2175>. (Consultado em 10 maio de 2011).

Amorim, Celso (2008). Entrevista a PAIVA, Fred Melo. “Notícias do Itamaraty”. Caderno Aliás, J4 e J5. O Estado de S Paulo, 16 de Março de 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm (Consultado em 10 de maio de 2013)

Discurso de posse do Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro mandato 01/01/2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view> (Consultado em 10 de maio de 2013)

Discurso do Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial Mundial – Davos, Suíça, 26/01/2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/525723777076-Discurso-do-Senhor-Presidente-da-Republica-Luiz> (Consultado em 30 de janeiro de 2013)

Discurso do Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva para o Fórum Econômico Mundial Mundial – Davos, Suíça, em 29 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/904677838759-discorso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva> (Consultado em 30 de janeiro de 2013)

Discurso de Celso Amorim na transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores Brasília 01/01/2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/discursos-palestras-artigos/arquivos/2003> (Consultado em 12 de dezembro de 2012)

IBEP - Inquerito Integrado sobre o bem estar da população. 2011 – Instituto Nacional de Estatística do Ministério do Planeamento em Angola. Disponível em: http://www.childinfo.org/files/Angola_IBEP_2008-09_Relatorio_de_Tabelas_Vol2_Por.pdf (Consultado em 28 de agosto de 2013)

International Monetary Fund, “IMF Data Mapper,” April 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php> (Consultado em 30 de janeiro de 2013)

Rice, Condoleeza. 2005. Remarks at the Memorial Museum of Juscelino Kubitschek. Brasília, Brazil, April 27, 2005. Disponível em <http://www.state.gov/secretary/rm/2005/45276.htm>. (Consultado em 10 de janeiro de 2012)

_____. 2008. Remarks with Brazilian Foreign Minister Celso Amorim. Itamaraty. Brasília Brazil, March 13. Disponível em www.state.gov/secretary/rm/2008/03/102228.htm. (Consultado em 10 de 2012)

Sites Oficiais

ANGOP. 2011a - Relações Exteriores: Ano marcado pela redefinição da política externa angolana. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/11/50/Relacoes-Exteriores-Ano-marcado-pela-redefinicao-politica-externa-angolana,24c5121e-e18c-43d6-8e47-aaae750eb57f.html (Consultado em 12 de dezembro de 2012).

ANGOP. 2011b-Gestora apela cooperação entre universidades angolanas e brasileiras. Disponível: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/especiais/reconstrucao-nacional/2011/10/47/Gestora-apela-cooperacao-entre-universidades-angolanas-brasileiras,c28c9d52-4fcc-415b-8641-2ae5926ac99b.html (Consultado em 25 de outubro de 2012)

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp> (Consultado em 12 de dezembro de 2012).

EMBRAPA-Empresa Brasileira para Pesquisa Agropecuária. Disponível em: http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex/africa/Escritorio_Africa#

Fundação Oswaldo Cruz: Uma Instituição a serviço da vida. Disponível em <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-%C3%A1frica>

G-20 – Inauguração da página eletrônica do G-20. Nota n. 376. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/08/20/inauguracao-da-pagina-eletronica-do-g-20/?searchterm=G-%20pa%C3%ADses%20em%20desenvolvimento> (Consultado em 12 de dezembro de 2012).

República de Angola Portal Oficial do Governo Angolano-Fundo Soberano reforça economia,2012. Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=15729> (Consultado em 12 de dezembro de 2012)

Resenha de Política Exterior do Brasil. Numero 96, 1 semestre de 2005 . Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n96-1sem-2005> (Consultado em 25 de julho de 2013)

UNIDO- United Union Industrial Development Organization: Economic Development in Africa. Report 2011. Disponível em http://unctad.org/en/Docs/aldcafrica2011_en.pdf (Consultado em 30 de abril de 2012)

World Economic Forum . Disponível em <http://www.weforum.org/> (Consultado em 10 de fevereiro em 2013)

World Bank, 2011- Bridging the Atlantic Brazil and Sub-Saharan Africa: South-South partnering for growth. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final.pdf> (Consultado em 10 de fevereiro em 2013)

Fontes Secundárias

Livros

Alden, Chris. 2008. *China in Africa*. New York: Zed Books

Brautigam, Deborah. 2009 *The Dragon's Gift: the Real Story of China in Africa*, Oxford: University Press

Cervo, Amado Luiz. 2009. *O Brasil e os países emergentes*. Brasília: Edt Thesaurus.

Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. 2010. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB.

Dahl, Robert. 2011. *Sobre a Democracia*. Brasília: UNB.

Fonseca Jr, Gelson. 2004. *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais*. São Paulo: Edt. Paz e Terra.

Garcia, Eugenio Vargas. 2005. *O Brasil e a Liga das Nações (1919- 1926)*. Porto Alegre: Edt UFRG

Gilpin, Robert. 1981. *War and Change in World Politics*. Cambridge: University Cambridge

Gramsci, Antonio. 1978. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição.

Halliday, Fred. 2001. *The World at 2000*. London: Palgrave.

Huntington, Samuel. 1997. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Taylor, Ian. 2010. *The international relations of sub-Saharan Africa*. New York: Edt. Continuum.

Kaldor, Mary. 1998. *New and old wars*. Cambridge: Stanford University Press.

Keohane, Robert O; NYE, Joseph S. 1989 *Power and interdependence*. New York: Longman.

Kingdon, John W. 2003. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. New York: Longman.

Kennedy, Paul. 1989. *Ascensão e queda de grandes potências*. Rio de Janeiro: Edt Campos.

Kenneth, N. Waltz. 1959 *Theory of International Politics*. New York: Edt. Ramdon House

Kindleberger, Charles P. 1986 *The world in depression 1929-1930*. California: University of California.

Kissinger, Henry. 1998 *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Edt. Francisco Alves.

Kratochwil, Friedrich V. 1989 *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: University Press.

Lafer, Celso. 2001. *A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Edt. Perspectiva

Lyrio, Mauricio Carvalho. 2010. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: Edt. FUNAG.

Maluf, Sahid. 2007. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Edt. Saraiva.

Melo, Ovídio de Andrade. 2009. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Edt. Fundação Alexandre de Gusmão

Morgenthau, Hans. 2003. *A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UNB.

Mosca, João. 2001. *Encruzilhadas da África: Ênfase para os PALOP*. Lisboa: Instituto Piaget.

Nogueira, João; Messari, Nizar. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Edt. Campus.

Nye, Joseph. 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York. Public Affairs

_____ 2009. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Edt. Gente.

Oliveira, Amaury Porto de. 2007. *A Política Africana da China in África*. Rio de Janeiro: Edt. Fundação Alexandre Gusmão.

Saraiva, José Flavio Sombra. 2012. *África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte. Edt. Fino Traço.

Semeraro, Giovanni. 1999. *Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Edt. Vozes.

Silveira, Rosa Maria Hessel. 2005. *Cultura, Poder e Educação: Um debate sobre os Estudos Culturais em Educação*. São Paulo: Edt Ulbra

Vicente, São. 1995. *A Gestão Política da Economia de Angola*. Luanda: Edt. INLAD Instituto Nacional do Livro e do Disco.

Vines, Alex; Weiner, Markus. 2011. *Angola Assessing Risks to Stabilit*. CSIS. Washington 2011.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2008. *Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula*. São Paulo: Edt Fundação Perseu Abramo.

Weber, Max. 1999. *Economia e Sociedade V.2*. Brasília. Edt UNB

Wendt, Alexander. 2004. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: University Press. Cambridge.

Wilmot, W. & Hocker, J. 2011. *Interpersonal Conflict*. (8th ed.). (pp. 118-221). New York: McGraw Hill.

Zani, Alexandre Patera. 2005. *As Relações comerciais entre Brasil-Angola- África do Sul: face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: FFLCH/ USP

Zehfuss, Maja. 2004. *Constructivism in International Relation- The Politics of Reality*. Cambridge: University Press.

Obras Coletivas

Ali Mazrui. 2002 "Foreword". in: Ricardo R. Laurent (ed), *The causes of war and the consequences of peacekeeping in África*. Portsmouth: Heinemann, p. xi.

Gill, Rosalind. 2002. "Análise do discurso" in: BAUER, Martin; GASKELL, George (org). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático*. Petrópolis: Vozes p. 244-270

Jaguaribe, Anna. 2011- "Brasil e China na Reorganização das Relações Econômicas Internacionais: Desafios e Oportunidades" in *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília. Edt Fundação Alexandre Gusmão. (35-48)

Jorgensen, Knud Erik. 2001. "Four Levels and a Discipline" in Fierke, Karin M and Jorgensen, Knud Erik *Constructing International Relations-The Next Generation*. Nova York: M.E. Sharpe p.36-53.

Pinheiro, L. 2000. "Traídos pelo desejo: Um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. v. 22, n. 2, p. 305-336.

Ramazini Junior, Haroldo. 2006. "O G-20 e a política externa brasileira". Belo Horizonte. Edt. Fronteira, V.5 n.10p-33-58.

Zau, Felipe. 2007. "O Ano Zero que se Perdeu" in *Angola Ano Zero*. Luanda. Edt. Chá de Caxinde

Artigos em publicação periódica

ABC - 2010. "Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar: Combate à Fome e Desenvolvimento Rural". ABC, Brasília.

Almeida, Paulo Roberto. 2005. "Uma Nova Arquitetura diplomática ? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)". *Revista Brasileira de Política Internacional* 49 (1) 95-116 – 2005

Amorim, Celso. 2003b. “O Brasil e o renascimento africano” - Folha de São Paulo , 25 de maio de 2003

Anuário econômico de Angola. Luanda: Toskan, 9 edição, 2010.

Baldwin, David A. 2002 “Power and International Relations *in Handbook of International Relations*”. Longres. Sage Publications LTDA

CEIC/UCAN – “Relatório econômico e social 2011” - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CEIC/UCAN – “Relatório econômico de Angola 2012” - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Ferguson, Niall. 1999. “Desperately Seeking a Perfect Mode” *The Economist*, April 10,1999, pp.67-68

Fishlow, Albert. 2008. “Brasil e EUA: Nova ligação bilateral na era Obama”. *Revista da Nova Bolsa Out/Dez* P-15-19

Flemes, Daniel. 2010. “O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem mundial em mudança?.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 53, nº 1 (2010): 141-156.

Gomes, Miriam Saraiva. 2011 *A Política Externa do Governo de Rouseff : Continuidade nas estratégias e ajustes nas prioridades de estilos in Umbreles de America Del Sur* n. 12. Buenos Aires, Cepes

Haibin, Niu. 2010. “Emerging Global Partnership: Brazil and China”. *Rev. Bras. Polít. Int.* 53 (Special Edition)

Hirst, Monica, Maria Regina Soares de Lima et Leticia Pinheiro. 2010. “A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios” . *Análise de Conjuntura* n.12, dez 2010

Hong-Ming, Zhang. 2004. “A Política Chinesa na África”, in *Abrindo os Olhos para a China*,org. Beluce Bellucci. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), pp. 233-295

Kritsch, Raquel. 2013. “De Gramsci à teoria das poses essenciais: Política, cultura e hegemonia em os 45 cavaleiros húngaros”. *Revista Estudos Políticos* n.6

Mapa, Diego de Moura. 2010 “Inserção Internacional no Governo Lula: interpretações divergentes.” *Revista Política Hoje* 19, nº 1: 34-79

Nkrumah, K. 1958 “African prospects”, *Foreign Affairs*, 37, 1, outubro, pp. 45-53.

Nogueira, Joana Laura Marinho. 2008. “A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS”. *Conjuntura Internacional – PUC Minas*.

Pecequillo, Cristina Soreanu. 2008 “A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 51, nº 02: 136-153

Saraiva, Jose Flavio Sombra. 1993. “Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil”. *Revista de Informação Legislativa*, 113 pp.219-236.

Saraiva, Jose Flavio Sombra. 2008. “A África na ordem internacional no Séclo XXI : mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?” *Rev. Bras. Polit. Int.* 51(1) : 87-104

Sophie Harman and William Brown. 2013. “In from the margins? The changing place of Africa in International” *Relations International Affairs* 89: 1 69–87 .

Vigevani, Tullo and Gabriel Cepaluni. 2007 “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. *Contexto Internacional* vol.29, n. 273-335.

Artigos científicos de internet

IANSA, Oxfam, and Saferworld. 2007. “Africa’s missing billions” Disponível em <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/africas%20missing%20bils.pdf> (Consultado em 10 de junho de 2012)

Amorim Celso. 2005. “Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos”. Rio de Janeiro: OPSA/Iuperj, . Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. (Consultado em 03 novembro de 2011)

Angola 2012 – Disponível em www.africaeconomicoutlook.org (Consultado em 25 de janeiro de 2013)

Angonotícias 2007 “Negócios com a China atingem U\$ 9.3 bilhões”. Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/12004> (Consultado em 25 de outubro de 2012)

Apex Brasil. 2009 “Bons Resultados para participantes da FILDA 2009”. Disponível em <http://www2.apexbrasil.com.br> (Consultado em 10 de junho de 2013)

Apex Brasil. 2010 “Angola estudo de oportunidades”. Disponível em http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/angola_16102012173218.pdf (Consultado em 10 de junho de 2013)

Apex Brasil. 2013 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Disponível em <http://mercadofoco.apexbrasil.com.br/angola/informacoes-estrategicas/macroindicadores-/panorama-economico> (Consultado em 10 de junho de 2013)

Becoccina, Denize. 2003. “Governo de Angola promete apoiar o Brasil na ONU”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031103_angolaebc.shtml (Consultado em 20 de janeiro 2012)

Berlinck, Deborah. 2011. “Instituto de Estudos Políticos”- Entrevista com o Diretor do Science-po Richard Descoings Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/09/22/instituto-de-estudos-politicos-de-paris-diz-seu-diretor-quer-investir-em-emergentes-925424265.asp> (Consultado em 30 de junho de 2011).

Campos, Diego Araújo. 2008. “A África na Política Externa Brasileira”. Disponível em <http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-na-politica-externa-brasileira-por-diego-araujo-campos/>. (Consultado em 15.de junho de 2011)

Carneiro, Julia Dias. 2011. “Entrevista com Pepetela: Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola, diz escritor”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110908_angola_entrevista_jc.shtml (Consultado em 13 de agosto de 2011)

Fagundes, Pedro Ernesto. 2011. “A Crise no Mundo Arabe e seus efeitos na 3ª Cúpula America do Sul- Países Arabes (ASPA)” Disponível em <http://mundorama.net/2011/03/03/a-crise-no-mundo-arabe-e-seus-efeitos-na-3%C2%AA-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspapor-pedro-ernesto-fagundes/> (Consultado em 13 julho de 2013)

Fellet, João. 2011a. “Popularidade do Brasil é a que mais cresce em Pesquisa Global”. Disponível em: Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110304_pesquisa_brasil_jf.shtml?s (Consultado em 13 de julho de 2011)

Fellet, Joao. 2011b. “Angola, com líder mais longevo da África, tem 25 mil profissionais brasileiros”.Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110908_angola_presidente_jf.shtml (Consultado em 12 de outubro de 2011)

Gilley,Bruce. 2010 “The End of the African Renaissance”. Disponível em:[\[www.twq.com/10october/docs/10oct_Gilley.pdf\]](http://www.twq.com/10october/docs/10oct_Gilley.pdf). (Consultado em 05 de janeiro de 2011)

Glaser, Bonnie S. & Melissa E. Murphy. 2009. “Soft Power with Chinese Characteristics”. Disponível em

http://csis.org/files/media/csis/pubs/090310_chinesesoftpower__chap2.pdf (Consultado em 10 de janeiro de 2012)

Grudgings, Stuart. 2011. “Análise em meio a crise dos ricos. Brasil volta-se para a África”. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/analise-em-meio-a-crise-dos-ricos-brasil-volta-se-para-a-africa.html> (Consultado em 12 de maio de 2013)

Huse, Martine Dahle & Muyakwa, Stephen. 2010 L. “China in Africa: lending, policy space and governance” Disponível em: <http://www.eurodad.org/uploadedFiles/Whats_New/Reports/China_in_Africa.pdf> (Consultado em 14 de abril de 2012)

Mendonça, Gustavo Resende. 2011. “Resenha do livro: The future of power”. Disponível em <http://mundorama.net/2011/04/25/resenha-do-livro-%E2%80%9Cthe-future-of-power%E2%80%9D-de-joseph-nye-por-gustavo-resende-mendonca/> (Consultado 25 de julho de 2013)

Melo, Ovídio de Andrade. 2000. “O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975”. Disponível em <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2000-2%20075-133%20ovidio%20de%20andrade%20melo.pdf> (Consultado em 12 de janeiro de 2013)

Muniz, Renata Cavalcante. 2011. “Inserção Geo-econômica do Brasil na África”. Disponível em <http://mundorama.net/2011/05/05/insercao-geo-economica-do-brasil-na-africa-por-renata-cavalcanti-muniz/> (Consultado em 13 de junho de 2011)

Naves, Luís. 2010 “Nova Constituição Angolana reforça poderes do Presidente”. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1475996&seccao=CPLP (Consultado em 12 de setembro de 2011)

Pepetela. 2011. “Entrevista concedida a BBC Brasil”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110908_angola_entrevista_jc.shtml (Consultado em 11 de novembro de 2011)

Perspectivas Econômica na África -2012 Disponível em [:http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/southern-africa/angola/#](http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/southern-africa/angola/#) (Consultado em 02 de fevereiro de 2013)

Pimenta, João Ulisses Rabelo.2010 “Angola Estudos de Oportunidades 2010”. Apex – Brasil-Brasília.

Roncaglia, Daniel. 2010 "Lula conquista prêmio de Estadista Global do Fórum Econômico Mundial" Folha OnLine . Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/brasil/ult96u682217.shtml> (Consultado em 25 de maio de 2013)

RPT-“Fitch affirms Angola at 'BB-'; positive Outlook”. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2013/05/07/fitch-affirms-angola-at-bb-positive-outl-idUSFit65692220130507> (Consultado em 14 de maio de 2013)

Sant'Anna, Lourival. 2003 "Lider Angolano vê em Lula o advogado dos pobres". Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.lourivalsantanna.com/angola0001.html> (Consultado em 01 de setembro de 2013)

Silva, Guilherme Correia. 2011 "Negocios da China com cunho Angolano". Disponível em: <http://www.dw.de/neg%C3%B3cios-da-china-com-cunho-angolano/a-6648933> (Consultado em 10 de julho de 2012)

Uchoa, Pablo. 2010 "Brasil mostra o lado mais agressivo em Angola". Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100908_eleicoes_angola_pu.shtml?s. (Consultado em 25 de janeiro de 2010)

Villaverde, João. 2011. "O poder muda de mãos" Disponível em <http://www.outroladodanoticia.com.br/inicial/15058.html> (Consultado em 20 de maio de 2013)

Anexo I - Acordos Bilaterais Brasil-Angola

Acordos	Data da Celebração
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980
Acordo de Cooperação no campo das Comunicações (Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	20/10/1983
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/05/1999
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000
Acordo para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional Escola para Todos (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	01/08/2002
Acordo para a Implementação do Projeto Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	03/11/2003
Acordo para a Implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	03/11/2003
Acordo para Implementação do Projeto de Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	03/11/2003
Acordo para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	03/11/2003
Acordo para Implementação do Projeto Inserção Social pela Prática Esportiva (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	19/01/2005
Acordo para Implementação do Projeto Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	09/07/2007
Acordo para a Implementação do Projeto Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	09/07/2007
Acordo para a Implementação do Projeto Escola para Todos (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	18/10/2007
Acordo para a Implementação do Projeto Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	18/10/2007

Acordo para a Implementação do Projeto Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	18/10/2007
Acordo para Implementação do Projeto Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	17/07/2008
Acordo para Implementação do Projeto Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	17/07/2008
Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil, no domínio do turismo	17/04/2009
Acordo para Implementação do Projeto Piloto em Doença Falciforme (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	23/06/2010
Acordo para Implementação do Projeto Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	23/06/2010
Acordo para Implementação do Projeto Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	23/06/2010
Acordo para Implementação do Projeto Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	23/06/2010
Acordo para Implementação do Projeto Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola (Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica)	23/06/2010
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa	23/06/2010
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação	23/06/2010
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010
Protocolos	Data de Celebração
Área de Desenvolvimento Educacional	10/09/1991
Coordenação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública	14/11/2000
Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente	03/11/2003
Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03/11/2003
Cooperação de Técnica para apoio ao Instituto de Formação de Administração local	03/11/2003

Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	03/11/2003
Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo	04/11/2003
Cooperação Técnica na Área de Administração Pública	03/05/2005

Fonte: APEX Brasil Disponível em <http://mercadofoco.apexbrasil.com.br/angola/informacoes-estrategicas/acordos-bilaterais>

Anexo 2 – Discurso do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil – Angola, 03/11/2003

É imensa minha satisfação em inaugurar este encontro de trabalho. Queremos examinar aqui, com as autoridades angolanas, extenso conjunto de temas de interesse comum para nossos países. Como resultado desse esforço, estou certo de que iremos firmar novos acordos que impulsionarão ainda mais o nosso relacionamento. Gostaria de agradecer a todos os membros dos governos de Angola e do Brasil que participam desta reunião. Obrigado por seu trabalho, por seu entusiasmo e por sua contribuição para levar adiante esta já antiga e sólida amizade entre os dois países irmãos.

Quero dedicar um agradecimento especial ao Presidente José Eduardo dos Santos, pelo carinho que tem pelo Brasil e pelos brasileiros e pela dedicação à promoção de nossas relações bilaterais. Devo felicitá-lo muito especialmente pelo fato de nos encontrarmos hoje em um país em paz. A nação angolana, após décadas de sofrimento, pôde retomar o caminho da reconciliação nacional e da prosperidade. Com sabedoria e visão de futuro, Angola pode hoje voltar-se também para os problemas de sua região.

Merece reconhecimento a ação diplomática angolana para o bom encaminhamento da questão da República Democrática do Congo, bem como no que concerne às crises em Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe; nossos parceiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhor Presidente,

Associados de longa data, Angola e Brasil preparam-se para consolidar e aprofundar sua cooperação. Este país é hoje o principal beneficiário dos programas de cooperação técnica brasileiros. Angola é ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistema de crédito por parte do governo brasileiro, que tem funcionado de maneira eficiente.

Por isso, nossas relações se inscrevem em um contexto de afinidades espontâneas e solidariedade recíproca. Essas circunstâncias explicam por que Angola é, desde sua independência, uma prioridade de nossa diplomacia. Antevemos um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico. Uma Angola forte e próspera poderá ser o motor do avanço de toda uma região. O desenvolvimento de Angola se refletirá em benefícios também para o Brasil, e vice-versa.

Senhor Presidente,

Nossos companheiros de governo tratarão hoje da cooperação em áreas como agricultura, educação e formação profissional, entre outros. O objetivo é contribuir para o processo de

reconstrução nacional angolano. Na área agrícola, as possibilidades são extremamente promissoras. A EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição de reconhecida excelência, apoiará o projeto de fortalecimento dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola.

Há projetos em matéria de extensão rural e agricultura familiar, áreas relevantes para o desenvolvimento rural sustentável, e, claro, para o combate à fome e à miséria. Na área de saúde, queremos trabalhar juntos em matéria de imunizações e malária. O Brasil quer também continuar a apoiar Angola no combate à devastadora epidemia da SIDA.

Tenho, igualmente, grande expectativa em torno da execução do acordo, assinado há pouco mais de um ano, relativo ao apoio brasileiro à reestruturação do programa de ensino básico e médio em Angola. O Brasil entende a fundamental importância do programa angolano, Escola para Todos, e quer contribuir, conforme as orientações e prioridades do governo angolano, para seu bom encaminhamento.

Senhor Presidente,

Os documentos que subscrevemos ao fim destes encontros marcarão os novos caminhos da nossa cooperação. Um bom exemplo é o Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente. O tema, praticamente novo na agenda bilateral, poderá ter desdobramentos positivos, inclusive na área de licenciamento ambiental.

Será assinado também um Programa de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Esse documento reflete a determinação de estendermos a nossos cidadãos os benefícios dos avanços do conhecimento. No setor petrolífero, contemplamos a participação da Petrobrás e da Agência Nacional do Petróleo em projetos de cooperação técnica, como o levantamento de dados em bacias terrestres de produção.

Há ainda um acordo a ser assinado entre o Ministério da Juventude e Desportos de Angola e o Ministério do Esporte do Brasil, projetos de apoio ao Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola, bem como a cooperação para a modernização do Estado. A extensa e diversificada agenda bilateral inclui vários outros temas igualmente relevantes.

Temos, igualmente, ampla gama de temas regionais e multilaterais de interesse comum. Devemos demonstrar capacidade de compartilhar pontos de vista e articular posições sobre temas como comércio internacional, direitos humanos, cooperação internacional para o desenvolvimento, reforma das Nações Unidas, entre tantos outros.

Dentro de poucos meses, Brasil e Angola estarão ocupando simultaneamente assentos no

Conselho de Segurança, coincidência que deve ser aproveitada para aumentarmos nossa sintonia em temas relacionados com a paz e segurança internacionais, com vistas a uma participação coordenada e afirmativa em favor da solução pacífica de conflitos e do multilateralismo. Isso tudo sem falar nos interesses que nos unem na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, que atualmente tenho a honra de presidir.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que nossos trabalhos, no dia de hoje, contribuirão para a construção de um relacionamento ainda mais consistente e produtivo, baseado nos tradicionais laços que unem Angola e Brasil. Eu queria dizer ao presidente José Eduardo que a nossa visita à Angola é o cumprimento de um compromisso histórico. Em primeiro lugar, do meu partido; em segundo lugar, do meu programa de governo. E essa visita visa a fazer um sinal para dentro do Brasil e para fora do Brasil.

Nós queremos estreitar e aprimorar, ainda mais, a boa relação existente entre Angola e Brasil. Nós entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa, e economicamente mais forte, maior em população e um país mais rico, precisa fazer gestos concretos de solidariedade, fazer gestos concretos de generosidade e, ao mesmo tempo, dar sinais para o resto do mundo que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, que o Brasil tem dívidas históricas com Angola, e que o Brasil quer, com gestos e com políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que, durante tanto tempo, ficou um pouco esquecida.

Eu quero terminar agradecendo ao Presidente José Eduardo pelo apoio que tem dado ao Brasil em ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. E dizer ao Presidente que nesses próximos três anos de mandato, que tenho como Presidente da República do Brasil, dedicarei todo esforço possível, de todo o meu governo, para que a relação entre Angola e Brasil seja a mais perfeita e a mais produtiva possível. Se depender de nós, queremos fazer em três anos aquilo que, possivelmente, não tenhamos feito durante tantos anos. E isso não é nenhum favor. É apenas fazer justiça com um povo que tanto contribuiu para que o Brasil fosse o que é hoje.

Muito obrigado.

Anexo 3 - Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Solene de Abertura do Encontro Bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos - Luanda, Angola, 18/10/2007

É um prazer retornar a Luanda e reencontrar o presidente José Eduardo dos Santos. Sinto-me em casa nesta terra, um dos berços da nossa nacionalidade. Vim a Angola na minha primeira visita à África. Retorno no início de meu segundo mandato, para ver de perto os progressos de nossa parceria. Angola começa a realizar o imenso potencial de sua natureza e de seu povo. A economia cresce a taxas elevadas, com inflação e dívida externa decrescentes.

É uma nação em paz, que fortalece suas instituições democráticas. Desde minha última vinda, nosso comércio aumentou quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de 460 milhões de dólares. Angola é o terceiro maior fornecedor africano do Brasil e quarto maior importador de produtos brasileiros na África. Este ano, os números são ainda mais promissores. Até julho, o fluxo total já ultrapassou um bilhão de dólares. Nossas relações são históricas. Em 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Financiamentos brasileiros tornaram possível a construção da Hidrelétrica de Capanda, o mais importante projeto de infra-estrutura do país. Nossos créditos ajudaram o país a se modernizar. Hoje, mais do que nunca, o Brasil redobra essa aposta. Por isso, anunciei nova ampliação de um bilhão de dólares desta linha de crédito.

Tomei essa decisão, pois confio na capacidade das empresas brasileiras de ajudar a encontrar soluções apropriadas a Angola. São obras de infra-estrutura viária, habitacional, de saneamento básico, de exploração e produção de energia. A Petrobrás triplicou o número de blocos em que está explorando petróleo. Os investimentos angolanos também estão presentes no Brasil: a Somoil venceu disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, na Bahia, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. A expressiva participação brasileira na Feira Internacional de Luanda, em julho deste ano, ajudou a identificar novas parcerias, na agricultura e construção naval, por exemplo.

Esse também é o objetivo da missão empresarial que me acompanha hoje. A abertura de um Consulado-Geral angolano, em São Paulo, em abril deste ano, foi outro passo importante para estreitar contatos. Angola é uma potência petrolífera. O Brasil é auto-suficiente na produção de petróleo. Não obstante, podemos, juntos, participar da próxima revolução energética: a dos biocombustíveis. Há mais de 30 anos, o Brasil produz carburantes que combinam segurança energética com amplos benefícios econômicos, sociais e ambientais. A mistura de 25% de etanol à gasolina e o uso do álcool combustível em veículos flex fuel permitiram diversificar nossa matriz energética. A indústria de biocombustíveis já criou 6 milhões de postos de trabalho no Brasil. Gera renda e colabora para evitar o êxodo rural e o inchaço urbano.

Entre os beneficiados estão pequenos agricultores em zonas semi-áridas deprimidas. A cooperação em biocombustíveis é somente um exemplo do que podemos fazer juntos. O Brasil ajudou a estabelecer um centro de formação profissional em Cazenga, hoje plenamente administrado pelos angolanos. Assinaremos hoje acordos sobre iniciação científica, prevenção e controle da malária, reforma curricular e execução do Projeto "Escola de Todos". São iniciativas destinadas a habilitar o povo angolano a apropriar-se das conquistas da tecnologia moderna. Vamos ampliar os programas de graduação e pós-graduação para estudantes angolanos no Brasil, com a vinda mais 100 estudantes por ano para cursos de verão em instituições científicas brasileiras.

O aprofundamento de nossas afinidades e parcerias passa também pela instalação de Casas de Cultura nos dois países. O Mecanismo de Consultas Políticas que estamos estabelecendo espelha a maturidade alcançada em nossas relações bilaterais. Concordamos que essa coordenação deve incluir os grandes temas globais, desde as negociações comerciais multilaterais até a mudança de clima. A expansão do Conselho de Segurança é, nesse contexto, inadiável. O apoio de Angola a que o Brasil assumia assento permanente no Conselho é gesto de confiança que muito apreciamos. Expressa a excelente colaboração que nossos países mantiveram no recente período em que estivemos juntos no Conselho. Reflete também a época em que o Brasil esteve à frente da luta pela pacificação de Angola nas deliberações do Conselho de Segurança.

Angola é hoje reconhecida como um fator de estabilidade no continente africano. Exerceu papel fundamental na assinatura dos acordos de paz na República Democrática do Congo, em meados de 2003, e empenha-se pela estruturação das forças de paz regionais na África. No âmbito da CPLP, nossos países estão trabalhando pela normalização política e recuperação econômica em Guiné Bissau. Com este fim, consideramos fundamental que Guiné Bissau passe a integrar a agenda da Comissão de Construção da Paz da ONU. Para aprofundar a união entre Angola e Brasil, estamos revigorando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

A iniciativa angolana de organizar a reunião ministerial de junho deste ano foi passo importante nessa direção. Caro amigo José Eduardo, Nunca o Brasil buscou tanto se aproximar dos países africanos. Estive em dezenove países do continente - em alguns, mais de uma vez - e recebi grande número de chefes de Estado africanos no Brasil. Determinei a abertura de Embaixadas e o envio de múltiplas missões de cooperação. É com o compromisso de aproximar mais nossos países que volto a este país tão querido dos brasileiros. O "Renascimento Angolano" servirá de exemplo e inspiração para as demais nações do continente que buscam estabilidade política e desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que faço sinceros votos pelo continuado êxito de Angola e sua história de lutas e vitórias. Contem com o Brasil.

Muito obrigado.